

MENSAGEM

APRESENTADA AO

CONGRESSO NACIONAL

POR OCASIÃO DA ABERTURA DA SESSÃO LEGISLATIVA DE 1947

PELO

GENERAL EURICO GASPAR DUTRA

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

RIO DE JANEIRO
1947

MENSAGEM

APRESENTADA AO

CONGRESSO NACIONAL

POR OCASIÃO DA ABERTURA DA SESSÃO LEGISLATIVA DE 1947

PELO

GENERAL EURICO GASPAR DUTRA

PRESIDENTE DA REPÚBLICA



**SENHORES MEMBROS DO CONGRESSO
NACIONAL :**

Em cumprimento a preceito constitucional, tenho a honra de remeter-vos esta mensagem, na qual dou conta da situação do País e solicito as providências julgadas necessárias.

Quero, inicialmente, congratular-me convosco pela reabertura dos vossos trabalhos, após a livre escolha dos representantes do povo que completarão a Câmara dos Deputados e o Senado, tornando assim definitiva a composição do Poder Legislativo.

Desejo, igualmente, regozijar-me com a Nação pelo esforço feito e pela obra realizada na marcha para a plenitude constitucional: encontram-se em perfeito funcionamento os poderes institucionais da União, e já eleitos ou investidos nas suas atribuições os correspondentes órgãos estaduais.

O povo brasileiro confiantemente acompanha os trabalhos complementares, que darão a cada uma das unidades federativas a sua Constituição própria, dentro das normas traçadas pela da União, e ressuscitarão a vida municipal, em bases autônomas, e já agora com mais amplo suporte financeiro, possibilitando, assim, o desenvolvimento e a realidade do governo local.

A jornada está em meio, mas é certo que, em pequeno lapso de tempo, estará em execução toda a sistemática

IV

constitucional, em que a Assembléia Constituinte de 1946 traduziu os anelos do povo brasileiro.

Sinto-me, portanto, aliviado dos encargos excepcionais e provisórios que a conjuntura política aticou aos ombros do Presidente da República, escolhido no pleito de 2 de dezembro de 1945, atribuindo-lhe, como lhe atribuiu, preocupações e providências, algumas já agora dos Governadores estaduais, e que nunca, na vida pública brasileira, foram, dentro de um regime constitucional, da responsabilidade de um mandatário do povo com funções executivas.

Quando assumi, perante meus concidadãos, o compromisso de empenhar-me na reconstitucionalização do Brasil, a que vim presidir, não subestimei resistências, estorvos e obstáculos, mas acreditei nas virtudes de nossa gente, no acêrto do caminho escolhido e no vigor da tradição de legalidade que procurávamos retomar.

Por isso é que posso, neste ensejo, manifestar aos soberanos representantes da Nação o aprêço — que é também do povo brasileiro —, pelos serviços prestados na elaboração da Constituição, exprimindo a certeza de que o País contará com a assistência da vossa sabedoria para as tarefas que desafiam o patriotismo de todos nós.

* * *

Situação
interna

Assumi a Presidência da República em circunstâncias que são do conhecimento geral. Em 29 de outubro, ficara assegurado, com o apoio unânime do Povo e das Forças Armadas, o caminho da reestruturação constitucional, sem hesitações nem contramarchas. Foi a manifestação mais democrática de que há notícia na história das nossas instituições políticas.

Dentro da lei de fato vigente, foi chamado à Suprema Magistratura do País o juiz eminente que presidia, na ocasião, o Supremo Tribunal Federal.

As eleições de 15 de Novembro, realizadas pela Judicatura, fizeram-me Presidente legítimo do Brasil em momento excepcional, que me impôs — soldado de carreira e alheio a qualquer disciplina que não a da honra e do patriotismo — uma atitude de afastamento das contendas partidárias, buscando a união dos meus concidadãos. E' que os superiores interesses da Pátria me ordenavam governar com os partidos democráticos, considerando-me o Presidente de todos os brasileiros. Assim o deliberei; assim o tenho feito.

O Governo me foi transmitido em periodo dos mais difíceis da vida nacional, vivamente conturbada não só pelo desequilíbrio econômico-financeiro, mas também pelas paixões políticas, intranqüilidade e desconfiança gerais, — tudo agravado por uma situação internacional agitada e incerta. Tornava-se preciso empregar tóda a fôrça, prestígio e autoridade do Executivo para o mais rápido e completo restabelecimento da ordem jurídica no País, recomposição das instituições e sua volta à normalidade constitucional. Urgia vencer a etapa política, para consagrar tóda a atividade aos reclamos da administração pública.

Reconheço que, ao inteirar-me da realidade dos grandes e dos pequenos problemas — todos a assoberbar a ação do Chefe do Estado —, difficilmente poderia evadir-me ao sentimento de grave responsabilidade de que estava e ainda me encontro possuído e de que certamente compartilharão todos quantos bem avaliam a pesada herança que nos tocou, e quantos sintam a magnitude das questões de nossa época e dos seus reflexos no Brasil.

Das condições em que transcorria a vida política e administrativa do País — que não teve em funcionamento os órgãos previstos no regime anterior — resultou, a pouco e pouco, uma centralização tão intensa e congestionante, que a atividade do Estado amorteceu na periferia e mesmo

em pontos-chave, para condensar-se superlativamente na sede do governo.

Sem o funcionamento das Câmaras Municipais, das Assembléias Legislativas e do Congresso Nacional, sem as suas comissões e órgãos técnicos, — ficou a administração privada de admirável escola, onde repontam as vocações para o trato dos negócios públicos e em cujos quadros se formam os que nasceram sob o signo do serviço da coletividade.

Ainda desfalcado de elementos valiosos por força de antagonismos estéreis, via-se o País na contingência de enfrentar situação para a qual dificilmente encontraríamos paralelo em nossa história. Tudo indicava que as dificuldades econômicas e financeiras, que se avolumavam, iam atingir seu ponto culminante no momento exato do retorno à vida constitucional. Era previsto que se agravaria a crise do abastecimento, principalmente nos centros de grande população. A inflação do crédito criara ambiente de desconfiança e de intranquilidade no meio bancário, receoso de novo "encilhamento". O temor da repetição desse fenômeno determinou natural retração do capital; este, desinteressando-se de inversões econômicas produtivas, passou a procurar preferentemente aplicação imobiliária, cômoda e segura. Essa fuga dos capitais para o emprégo em imóveis concorreu — a par da escassez de materiais e mão-de-obra — para a formação de um mercado especulativo, de que resultou o encarecimento exagerado da habitação.

As necessidades cada vez mais amplas do consumo interno e a maior procura de produtos nossos por parte do exterior, não foram seguidas do correspondente aumento da produção. Esta, por sua vez, viu-se sem a capacidade necessária para suportar os aumentos de salários — exigidos pela alta das utilidades —, sem a conseqüente ele-

vação dos preços dos produtos, o que colocou num círculo vicioso a economia de preços e salários.

A não renovação do material determinou o decréscimo da eficiência dos transportes, e, com êle, o aumento do seu custo.

A escassez de mercadorias importadas e de produção interna, e paralelamente o aumento dos meios de pagamento, geravam desequilíbrio que, agravado pela precariedade dos transportes, abalava os alicerces do nosso organismo econômico. A inflação estimulava inquietantemente a alta dos preços, não tendo as providências adotadas conseguido paralisar os fenômenos que se haviam desencadeado, uma vez que a solução definitiva reside no ataque às suas causas e no incremento da produção. Com o surto inflacionista — era inevitável — sobreveio o cortejo clássico dos seus malefícios: especulação, alto custo da vida, insatisfação, intranquilidade. Também a “bandeira inversa”, que atraía para o litoral homens e recursos do interior, acentuava as nossas dificuldades, para as quais concorria ainda a ação canalizadora das instituições de seguro e previdência social, a drenar recursos da periferia para o centro.

As conseqüências da guerra, que determinara a eclosão de alguns desses males e os agravara a todos, ainda se faziam sentir com acuidade. Beligerantes, ela nos havia atingido diretamente, pelas despesas a que nos obrigou e pelo ataque às nossas rotas marítimas, costeiras e internacionais, e indiretamente, pelas restrições, que ainda persistem, ao nosso abastecimento em combustíveis, gêneros de alimentação e equipamento industrial e de transportes. Encerradas as hostilidades, patentearam-se os efeitos dos deslocamentos da mão-de-obra e da acentuação da atividade econômica no sentido da produção de materiais estratégicos, necessários às nações aliadas e à vitória comum, com sacrifício, porém, de produções mais vinculadas às

VIII

exigências do consumo interno. Por outro lado, os preços mais altos oferecidos pelo mercado internacional constituíam permanente estímulo à remessa para o exterior de mercadorias de que necessitávamos, e agiam, dentro do País, como fator de elevação dos preços daquelas utilidades.

A crise econômica se acompanhava da crise moral: sonegação de utilidades para efeitos especulativos; delírio de lucros fáceis no mundo dos negócios; e, conseqüentemente, senso exclusivo de gôzo, traduzido no afrouxamento do padrão de moralidade, no seio de determinados agrupamentos sociais. O quadro correspondia, assim, à fisionomia típica de uma época de inflação. São fenômenos sociais, que acompanham as crises, e não se ajustam à responsabilidade exclusiva dos indivíduos.

A par disso, manifestavam-se greves generalizadas, muitas delas de natureza política, o que gerava a paralisação, às vészes longa, de serviços públicos, vias de comunicação, portos, minas, e outras atividades fundamentais.

Diligentes inimigos das instituições não perdiam oportunidade de ressaltar as dificuldades, concorrendo para exagerá-las.

Nessa situação de sacrifício, reponava o velho vêzo de tudo esperar do Governo e também de considerar o Tesouro Nacional endossante nato de iniciativas fracasadas, para dele exigir o possível e o impossível, como nesta última fase da vida nacional, dado o desejo imoderado e sem limite de arrancar créditos e mais créditos, sem olhar fontes de receita. Fizeram-se justas concessões, mas nem tudo o que é justo é suscetível de concessão: não pode haver obra social duradoura sem alicerce econômico que a suporte.

Essa a realidade que deve ser encarada de frente. Se movimentos de impaciência e ação descoroçadora não ajudam a resolver problemas, o bom-senso e a cora-

gem da Nação já a fizeram ultrapassar com felicidade o marco difícil da sua recomposição política. No restabelecimento da normalidade econômica, não lhe faltarão aquelas mesmas virtudes. Com devoção ao trabalho e ânimo construtor, transporemos essa segunda fase das tarefas que nos deparam, trazendo, como as gerações anteriores e as que nos sucederem, a nossa contribuição à grandeza nacional.

* * *

Empossado em 31 de janeiro de 1946, a primeira fase do período presidencial foi dedicada especialmente à reposição do País na ordem legal.

Doze meses,
a serviço da
reconstituição
nacional

Encontrando o cargo de primeiro Magistrado com as funções dilatadas pela responsabilidade com a governação de todos os Estados e Territórios, e, conseqüentemente, de todos os Municípios, — não poderia subtrair-me, constitucionalmente, embora transitòriamente, a êsse constante, indeclinável e imenso encargo.

Tive, assim, de partilhar meus cuidados, diretamente e por intermédio de delegados, entre a União e as unidades federativas. Acompanhar os trabalhos da Assembléia Constituinte, velar pela sua soberania, facultar-lhe os meios de realizar a sua missão, prestigiá-la enfim, — tudo me reclamou, mais como brasileiro do que como Chefe do Poder Executivo, uma atenção permanente no sentido de que a tarefa técnica não fôsse embaraçada por fatores externos, mas se consumasse soberanamente dentro do recinto das suas deliberações, e não nas agitações de rua, algumas vèzes de fundo intencionalmente perturbador.

Dessa forma, procurou o Govêrno dar à Assembléia Constituinte o mais firme apoio, tanto na material quanto na ordem moral. De como conseguí realizar êste superior intento, diz-me a consciêcia que nenhum funciona-

mento de corpo constituinte se verificou neste País com melhores e mais puras garantias, e num ambiente de mais confiante segurança.

Duas datas marcam o período transcorrido: 18 de setembro e, mais recentemente, 19 de janeiro. A Constituição de setembro foi a primeira votada no Brasil sem a mais leve intervenção do Poder Executivo, isto é, sem a apresentação de projeto constitucional, sem a decretação prévia de regimento e sem a presença sequer de Ministros de Estado no recinto das deliberações, com direito a voto, ou sem ele. Em função dela, não atuou o Governo nem direta, nem indiretamente. Trata-se, portanto, de um diploma emanado genuinamente da soberania popular e cujos dispositivos devem ser rigorosa e exemplarmente observados.

A outra data relevante é a das recentes eleições para governadores, senadores, deputados federais e estaduais e vereadores da Capital Federal. Nelas, o Presidente da República não teve candidatos; não permitiu abusos, frequentes no passado, na base dos favores governamentais, tendo timbrado em prestigiar a Justiça — responsável pelo processo eleitoral, do alistamento à expedição dos diplomas —, objetivando a pureza do voto e a liberdade do eleitorado.

A despeito de prognósticos em contrário, 19 de janeiro foi uma etapa do aperfeiçoamento político da nossa gente. As próprias lacunas e decepções havidas são as da nossa insuficiente formação. Mais rigorosas leis eleitorais e mais intensa educação cívica certamente farão sentir no futuro os seus efeitos.

Esse pleito mereceu os mais desvelados cuidados. Foi assim que, além das indispensáveis medidas legislativas, com relação ao alistamento, ao registro dos partidos políticos, à extinção do antigo Departamento Nacional

de Informações, e outras providências assecuratórias da livre manifestação do pensamento, — promoveu o Governo a substituição de autoridades que, por suas atitudes ou filiações partidárias, pudessem não oferecer, aos olhos de todos, a segurança de um pleito isento de senões. E, como consequência, a Nação pode hoje reconhecer nesse prélio o de resultados mais representativos da vontade popular, entre quantos já se processaram em nossa vida política.

* * *

Manterá o Governo o mesmo interesse pela efetividade e regularidade da manifestação da vontade popular nas futuras eleições municipais, pois, no seu entender, elas concluem a execução do primeiro mandato recebido dos brasileiros. Repartindo as responsabilidades com os Governadores eleitos, é justo esperar que estes, sob a fiscalização da Justiça Eleitoral, procurarão assegurar o mesmo ambiente de liberdade, e empregar ativamente a sua força moral para que nenhuma coação se exerça sobre o eleitorado, nem haja a utilização de dinheiros públicos ou favores, como elemento de corrupção, ou para sustentar organizações partidárias, as quais, em definitivo, devem aprender a viver a expensas próprias.

Lição da
experiência

Embora possa ter esta Mensagem divulgação tora do âmbito doméstico das coisas brasileiras, — não me dispenso de ser inteiramente sincero, salientando que é preciso urgentemente melhorar o processo das eleições e o funcionamento das organizações partidárias, sobretudo para expungir da ação do dinheiro a seleção eleitoral. Tornaram-se recomendáveis a limitação do total dos dispêndios e a verificação da origem dos recursos financeiros aplicados pelos partidos e pelos candidatos.

E' mister acabar com o monopólio do uso das legendas partidárias, e realizar a escolha dos candidatos através de eleição prévia entre os seus correligionários.

É forçoso coarctar a proliferação e multiplicidade de partidos, e a conseqüente perda de substância eleitoral, obrigando a composições, anteriores ou posteriores às eleições, em que o interesse público não se constitui no elemento dominante.

Ao Poder Legislativo não escaparam essas e muitas outras lições do pleito de 19 de janeiro, sendo de esperar suas providências, na certeza, porém, de que a democracia não depende somente da lei escrita, mas ainda dos costumes e da conduta dos que participam da vida pública, o que não pode ser aperfeiçoado por simples desígnio do Estado.

Finalmente, constitui fato normal, em regime como o nosso, federal e democrático, a ocorrência de governos de procedência partidária diversa, na União, nos Estados e nos Municípios. É evidente que um governante, ao investir-se na função pública para a qual foi eleito, adquire, para com todos aquêles sobre os quais exerce a sua autoridade legal, obrigações que são a conseqüência lógica do respeito que igualmente todos lhe devem tributar. A esfera de ação própria a cada um está delimitada na Constituição, quanto à área administrativa e à competência, não devendo a colaboração entre todos, no interesse público, sofrer restrições oriundas do espírito de facção.

De minha parte, o interesse de nenhum Estado, região econômica ou grupo social, deixará de ter a atenta consideração que merecer, pela circunstância de seu governante ou representante ocasional filiar-se a este ou àquele dos partidos democráticos e nacionais, ou não se filiar a nenhum. O exercício do governo importa uma constante advertência de equilíbrio e um permanente

conselho de sobriedade. E o ensejo que os brasileiros quiseram conceder a concidadãos de matizes partidários diversos; ao invés de ser um motivo de ansiedade, pode mesmo constituir um benefício para o País, que assim experimenta os homens e os partidos, simultâneamente no exercício das funções de govêrno e de fiscalização, adquirindo, com vistas às eleições seguintes, elementos para lhes estimar as possibilidades reais de trabalho construtivo.

* * *

Os govêrnos dos Estados vêm sofrendo as consequências inevitáveis de um período de transição política. Concluída esta com a instalação das administrações municipais, terá chegado o inadiável momento da ampla aceitação das responsabilidades que lhes são próprias. Com a perspectiva oferecida pelos mandatos de prazo certo, em que estão sendo investidos, torna-se plenamente possível a realização de providências em benefício das respectivas populações.

Aspectos da
Administração

A cooperação que a todos asseguro, da parte do Govêrno Federal, deve assumir caráter generalizado e recíproco, de sorte que, pelos esforços comuns, possa o País transpor o atual momento de dificuldades, proporcionando-se ao povo tranqüilidade e bem-estar. Êste objetivo só se realizará, porém, pelo fortalecimento da nossa economia, que, por sua vez, estará em função da capacidade de todos os brasileiros e de sua dedicação ao trabalho.

Com os Municípios, os Estados e a União em firmes bases políticas, estará alcançada a primeira condição para que êsse trabalho se desenvolva normalmente. Refiro-me à segurança da ordem legal, que constitui o ambiente propício ao surgimento e expansão das iniciativas, pois garante a todos os cidadãos, com um tratamento igual perante a lei, a firmeza dos seus direitos. Dela também se

XIV

beneficiam os governantes, que têm esclarecidas as suas relações recíprocas e com os governados —, as quais se podem estabelecer na base do sentimento de mútua confiança. Para isso não concorre, por certo, sugerir aos últimos que os primeiros pretendem conduzir-se de maneira diversa dos mandamentos legais, nem, correspondentemente, inculcar, no espírito dos que têm a responsabilidade de governo, a convicção de que precisam dedicar o melhor do seu tempo e dos seus esforços à defesa da própria autoridade, contra os assaltos da desordem e da maledicência obstinada. O espírito de legalidade — fazendo-se sentir no respeito à autoridade e também no que esta deve às normas e garantias consagradas na Constituição — permitirá a libertação de energias, que se encaminharão para o trato e resolução das questões realmente substanciais para a boa ordenação da nossa vida.

De fato, a ordem e a estabilidade são os pressupostos necessários à remoção dos óbices que impedem ou retardam o nosso desenvolvimento. Para atacá-los, empenhou-se o Governo, no ano que findou, na dominação do processo inflacionista, sendo, no entanto, ainda muito forte a pressão exercida por conhecidos fatores que lhe deram origem. Estamos a braços, como os demais países, com um aumento excessivo do meio circulante, a que se houve de recorrer para enfrentar as despesas extraordinárias — entre outras causas internas —, com a efetiva participação no conflito mundial. Emitiu-se não só para atender a esses encargos, para adquirir cambiais provenientes das exportações, mas, ainda, para cobrir deficits consecutivos. Essas causas da emissão de papel-moeda não são suscetíveis de imediata e completa paralisação. Assim, o saldo deixado pelo comércio exterior, em 1946, elevou-se a mais de 5 bilhões de cruzeiros, sendo, por outro lado, o deficit do exercício de mais de 2 bilhões e 600 milhões de cruzeiros. Em consequência, foram

emitidos, durante o ano, 2 bilhões e 959 milhões de cruzeiros, sendo responsável pela maior parcela o desequilíbrio orçamentário, apesar das providências para a compressão das despesas, tomadas no correr do exercício, e do fortalecimento da receita, cuja arrecadação excedeu a estimativa.

A execução do orçamento de 1946 se iniciara sob o efeito de despesa que nele não se inscrevera, determinada pelo reajustamento, intercorrentemente feito, dos vencimentos, salários e pensões dos servidores civis e militares, calculada inicialmente em mais de dois bilhões de cruzeiros. O orçamento sancionado para 1947 estava equilibrado, apresentando mesmo um ligeiro superavit. Com as alterações feitas posteriormente, na verba de Obras e Equipamentos, passou êle a ser deficitário, situação essa que, normalmente, tenderá a agravar-se em face das despesas de caráter imprevisível que sempre ocorrem. As dotações destinadas àquela despesa, e constantes da proposta apresentada, correspondiam às possibilidades da receita. O Congresso, no entanto, deliberou aumentar de mais de duas vezes e meia o seu total, o que levou o Govêrno a proceder a uma revisão nos seus planos de trabalho.

Por outro lado, as indispensáveis reformas da legislação tributária, destinadas também à restauração do equilíbrio da lei de meios, só poderão surtir efeito no exercício de 1948. A proposta orçamentária para 1947 — em que se podiam notar falhas decorrentes da sua elaboração anterior à aprovação da Constituição — foi estabelecida com a consciência da dificuldade de comprimir a verba de pessoal. A ampliação desta, no quadro do orçamento federal, bem como no de emprêsas industriais da União, ameaça transformar a administração pública em mera coletora dos salários dos que a servem, com prejuízo de obras e serviços de interêsse geral. Foi a outras verbas

que o Governo recorreu para a realização de economias imperativas, propósito que não perderá de vista na execução do orçamento. Não renunciou, no entanto, ao estabelecimento de melhor equilíbrio entre as verbas consignadas na lei ânuua. Esse objetivo terá de ser alcançado em etapas sucessivas, e à medida que se atenuem as dificuldades gerais. Por outro lado, a compressão das despesas terá de obedecer a critério pelo qual tenham preferência, para a sua realização, as que visem a fins reprodutivos.

Realizado o equilíbrio orçamentário, por meio de uma constante política de compressão de gastos, do prudente recurso às fontes de renda e do incremento da arrecadação, reduzidos os malefícios do surto inflacionista, e praticada uma orientação econômica que acorde as energias vivas do País, — não será otimismo esperar dias mais prósperos e mais tranquilos.

* * *

Não menos importante que o problema econômico-financeiro é o da educação, a que, em minhas manifestações de candidato, reconheci aquêle primacial relêvo que o torna em preocupação constante do meu govêrno.

Cinquenta e cinco por cento da população de maiores de 18 anos carecem dos benefícios da alfabetização. Dois milhões e trezentas mil crianças, em idade escolar, não dispõem de matrículas, enquanto as escolas existentes, por falta de adequado aparelhamento, ou por não se poderem subtrair a determinadas condições do meio social, — não conseguem fixar, senão por um período de todo insuficiente, uma parte insignificante dos que necessitam de aprender.

O ensino de grau médio apresenta-se destituído de flexibilidade, desempenhando mal, tanto em quantidade como em qualidade, o objetivo — a que se deveria pro-

por, — de finalidade em si, e não apenas de preparo para a continuação de cursos superiores. Êstes, embora em progressivo aperfeiçoamento, ainda são encarados, por uma grande parte da sociedade, não como instrumento de habilitação e de cultura, mas como estágio necessário à obtenção de diplomas, destinados a facilitar oportunidades desiguais na luta pela vida.

Impõe-se tornar mais democrática a educação e, através dela, o próprio País. O problema, porém, cresce de gravidade porque, se, como tècnicamente é reconhecido, nenhuma obra educativa conscienciosa e eficiente pode ser realizada senão de cima para baixo, isto é, preparando os mestres para que êstes preparem os educandos —, por outro lado não se podem menosprezar os direitos das gerações atuais de receber o máximo de educação que lhes possamos ministrar, sob pena de, entregues à própria ignorância, se converterem em jazidas inesgotáveis, nas quais, valendo-se do estado de semi-alfabetização, as propagandas fáceis e perturbadoras irão procurar o elemento político passivo, com ajuda do qual submeterão as nossas instituições a um combate cada vez mais violento e fanatizado.

O problema terá de ser atacado pelas duas extremidades, estimulando-se o florescimento das instituições universitárias, sob o regime de autonomia, embora apoiadas financeiramente, de maneira substancial, pelo Poder Público, — e marchando-se ao encontro das necessidades populares de ensino primário, com largo programa custeado pelo Fundo Nacional de Educação.

Uma promissora experiência foi iniciada, agora, com a criação de universidades regionais. Entretanto, para que elas possam realizar sua intransferível missão de unificadoras da cultura e do pensamento nacional, é necessário que, a par do desenvolvimento dos recursos de inves-

XVIII

tigação, e da elevação cada vez maior do seu nível de ensino, sejam propiciadas condições materiais que as tornem centros de atração e fixação da juventude estudiosa nas regiões que intentam servir.

Sem discriminar, aqui, as providências destinadas a saldar a nossa dívida para com a geração atual e as futuras, desejo acentuar que se tem em mira converter o sistema educativo num instrumento de esclarecimento do povo e de preparação para a prática da verdadeira democracia. É mister dar a cada brasileiro igualdade de oportunidade, a começar pelo ensino primário, extensivo aos adultos, tanto mais quanto nossa população escolar vem apresentando nos últimos tempos progressivo declínio.

Assim como dentro de poucos anos haveremos de alcançar a liquidação da nossa dívida externa, envidemos esforços para que se extinga, com o analfabetismo, a fonte maior do nosso atraso.

* * *

Tem sido realizado o que é materialmente possível no campo da saúde. Tornam-se necessários, porém, recursos mais amplos para montar o aparelhamento material adequado e preparar e movimentar técnicos em quantidade suficiente, a fim de empreender uma batalha de envergadura e dar ao homem brasileiro as condições de saúde, sem as quais êle não poderá vencer o meio físico, nem suportar a luta na concorrência mundial.

O problema da criança, de extrema complexidade, liga-se estreitamente ao da educação e ao da saúde, sem subestimar causas outras, de natureza social, as quais dificultam imensamente sua solução num prazo razoável. Seu vulto gigantesco e a desproporção dos recursos que podem ser mobilizados para enfrentá-lo não devem ser senão motivo para redobrados esforços no sentido de atenuar-lhe a gravidade.

Entre tantos aspectos angustiosos de que se reveste tal problema, nenhum talvez mais chocante que o da mortalidade infantil. De cerca de dois milhões de crianças que nascem anualmente no território nacional, quase um quinto não chega a completar um ano de idade. Considerado que, no consenso dos sanitaristas, mortalidade infantil superior a cem por mil nascimentos é sintomática de más condições de organização social, — pode-se compreender o que significam os coeficientes registrados no Brasil, sobretudo se atentarmos em que, ao contrário do que sucede em quase todos os outros, somente em raras regiões do nosso País tais coeficientes denotam tendência à redução.

Entre as causas da mortalidade infantil, algumas derivam, como é sabido, de condições de vida cuja correção está além das possibilidades imediatas da economia do homem brasileiro; nelas se entrosam problemas subsidiários, entre os quais o das famílias ilegítimas e o da falta de noção de pátrio poder nas camadas menos educadas da população.

Outras causas da mortalidade infantil podem, entretanto, ser atenuadas por uma política que objetive resultados imediatos: as que se prendem à saúde, à educação maternal e à assistência alimentar.

Lastimavelmente, pouco se tem realizado nesse setor. Algumas iniciativas de caráter local produziram bons resultados. Contudo, limitado se conserva o campo de aplicação de suas atividades, geralmente por força de insuficiência de verbas.

A rigor, o desenvolvimento amplo da higiene infantil, em tôdas as suas fases, poderá ser conseguido unicamente quando o sistema nacional de centros de saúde e postos de higiene dispuser de recursos suficientes.

Presentemente, o Governo está incentivando a articulação das várias organizações de serviços sociais, forne-

cendo-lhes auxílio técnico e financeiro, para a criação de novos centros de puericultura, e desenvolvimento dos existentes, ao mesmo tempo que lança as bases de extensa campanha no sentido da instalação e manutenção de outras unidades de assistência social à infância, conforme plano que já é do domínio público.

* * *

Nos demais aspectos da política social, como previdência, assistência e proteção ao trabalho, há que ampliar e aperfeiçoar a obra existente, com o objetivo de elevar o padrão de vida e a capacidade dos brasileiros.

Já temos acentuado, em outras oportunidades, que é preciso sejam os benefícios de tutela do Estado estendidos a toda a coletividade, inclusive ao homem do campo, até aqui tão esquecido nas suas privações e nos seus desejos de participar das vantagens do progresso. O Estado tem deveres para com todos.

Verificando o Govêrno a conveniência de conter o êxodo para as cidades e de atrair para os campos parte da população marginal existente nos centros urbanos — objetivo que só poderá ser atingido mediante uma substancial elevação do padrão de vida das populações do interior —, resolveu tomar a iniciativa de legislação que facilite o acesso à terra a quantos brasileiros queiram fecundá-la com o seu trabalho.

Não se trata nem de socializar o solo, nem de destruir a propriedade privada, mas de cumprir preceito constitucional por uma larga política de aproveitamento de terras públicas com a fundação de colônias agrícolas e núcleos agroindustriais em terrenos irrigáveis ou saneáveis e nas zonas em que o Poder Público tenha exe-

cutado ou venha a executar grandes obras de recuperação e valorização do solo.

As linhas fundamentais dessa intentada reforma agrária serão prudentemente inspiradas na realidade, e encontram seu marco inicial nos arts. 147 e 156 da Constituição. Prevê este último o estabelecimento de planos de colonização e de aproveitamento das terras públicas para a fixação do homem no campo, tudo beneficiando preferentemente os nacionais e, entre estes, os desempregados e habitantes de zonas empobrecidas.

* * *

Por outro lado, a necessidade de incentivar a produção de gêneros alimentícios e matérias-primas de origem extrativa e agropecuária levou o Governo à convicção de que, a par das medidas já em curso, se faz mister o estudo das condições atuais da nossa economia agrícola, como base para providências de envergadura e a longo prazo. São de considerar tanto a produção destinada à exportação — imprescindível às trocas por meio das quais o País adquire combustíveis, equipamento e mesmo gêneros procedentes do exterior — quanto a dos artigos de alimentação e das matérias-primas de nosso consumo. Dadas deficiências regionais da produção de gêneros alimentícios, é manifesta a necessidade de criar em vários pontos do País base agrícola alimentar de mais fácil e econômico acesso.

Esse estudo terá de objetivar o aperfeiçoamento dos processos de produção, a desenvolver por etapas, porquanto, se em alguns lugares há a possibilidade, técnica e financeira, de passar aos métodos mais modernos e ao equipamento mais recente, — em outros, a elevação da produtividade dever-se-á fazer lentamente, de modo que cada fase sirva de base e justificação à seguinte, do ponto de vista das relações entre o homem, os seus instrumentos

de trabalho, o solo e o rendimento da exploração. Diferindo muito as condições de apropriação e exploração do solo nas diversas zonas do País, é preciso estudá-las em função das peculiaridades regionais, da evolução histórica de cada uma e das modificações de que se possam beneficiar.

Em princípio, inclina-se o Governo por uma política experimental, em áreas limitadas e bem definidas, e de cujos problemas se tenha perfeito conhecimento, o que possibilitará medidas capazes de assegurar o sucesso das iniciativas. No correr da sua execução, deve-se ter sempre em vista a aquisição de conhecimentos que permitam ir estendendo o âmbito da reforma da nossa vida agrícola, com razoáveis garantias de êxito. Nesta fase da vida brasileira, restabelecida a autonomia dos Estados, devem êstes sentir-se encorajados a pôr em prática providências que visem à consecução dêsses mesmos fins e sirvam de exemplo e advertência, nos seus acertos e nos seus erros. O Governo Federal prestará todo o apoio ao seu alcance às iniciativas que lhe pareçam bem fundadas.

Não se coaduna, porém, com uma concepção acertada do processo legislativo, deliberar sem a fixação das necessidades por atender e dos meios por adotar para a sua satisfação. Daí a necessidade de prévio e amplo inquérito nacional — em que os interessados e estudiosos tenham ensejo de manifestar-se — não só para conhecimento do problema em tôdas as suas peculiaridades, senão para facilitar a cristalização do pensamento público sôbre o assunto, e ainda pela conveniência imperativa de não tornar uma obra, que todos devemos desejar profunda e definitiva, em pretexto para demagogia. É matéria que reclama o concurso de tôdas as capacidades de que o País disponha, transcendendo limites partidários ou inclinações pessoais.

Esse tentame se justifica seguramente, pois que, se terras há sem braços para amanhã-las, — por outro lado, inumeráveis brasileiros encontrarão na posse útil do solo a realização das suas aspirações e o seu quinhão de felicidade.

* * *

Quanto à missão das Fôrças Armadas, a Lei Magna já proclamou a sua finalidade, tanto na defesa da Pátria, como na garantia dos poderes políticos, da lei e da ordem, o que elas têm realizado tradicionalmente, por forma impecável, na sua devoção aos supremos interêsses do povo brasileiro.

Pela primeira vez, volvem os nossos soldados às terras da América, após exercer no Velho Continente um papel de alta significação, a benefício das prerrogativas democráticas e da libertação de povos escravizados. Pela Humanidade, derramou o seu sangue a América Latina, representada pela bravura, pela estoicidade e pelo sacrifício dos nossos compatriotas, exalçando o nome e a bandeira do Brasil.

Em virtude dos ensinamentos adquiridos com a nossa participação na segunda guerra mundial, estão sendo introduzidas modificações na organização das nossas Fôrças Armadas. Algumas já foram tornadas leis, tais como a criação do Estado-Maior Geral e a estruturação do Conselho de Segurança Nacional, aos quais incumbem agora a elaboração do sistema uno de defesa e a coordenação de esforços e objetivos do Exército, Marinha e Aeronáutica.

Hoje em dia, com a guerra total, a defesa das Nações não repousa simplesmente numa estrutura militar forte e tècnicamente aparelhada. Deve pressupor base muito mais ampla: sólida economia de abundância, em que os

preços e salários estejam em paridade; ambiente social onde existam a harmonia entre as classes e a segurança das liberdades públicas.

Assim, e só assim, criar-se-á aquela consciência de Pátria e aquela energia espiritual que fazem de cada habitante um soldado pronto a lutar pelo solo comum.

* * *

Sem prejuízo da continuação das linhas tradicionais de nossa política externa — cooperação e solidariedade com os demais países dêste hemisfério, visando à segurança e ao progresso comum das nações americanas, e colaboração com os demais países do mundo, nos seus esforços, através da Organização das Nações Unidas, para a paz mundial, — o Governo procurará emprestar-lhe um sentido mais ativo, para corresponder às necessidades internas do Brasil, e que se deverá traduzir numa ação diplomática vigilante, rápida e vigorosa no que se refere aos nossos interesses econômicos.

Dêsse modo, no campo da política econômica internacional, envidaremos os melhores esforços para que o Brasil transforme os saldos congelados nos Estados Unidos da América e na Grã-Bretanha e demais países, em equipamentos e máquinas, tão vitalmente necessários ao reaparelhamento dos nossos portos, vias e meios de transporte, à mecanização da agricultura, à ampliação e modernização da nossa indústria.

No setor da imigração, deveremos concluir acórdos com países europeus, a fim de que nos fique assegurada, em caráter permanente e intensivo, a vinda de elementos convenientes aos nossos interesses sociais, políticos e econômicos, indispensáveis para suprir a falta de braços.

* * *

Eis, Senhores Membros do Congresso Nacional, os aspectos gerais da situação do País, e a indicação das providências mais urgentes reclamadas pelas necessidades da administração. Em anexo, encontrareis a síntese das atividades governamentais durante o ano de 1946, na qual estão incluídas sugestões ao Poder Legislativo.

* * *

Encerrado o ciclo da reconstitucionalização, pode o Governo dedicar-se, inteiramente, às providências iniciadas, em prol do bem-estar geral.

Contemos, nesta hora de reconstrução, com as forças espirituais que sempre imprimiram impulso decisivo à marcha ascendente da nacionalidade, dando inspiração para o corajoso e constante cumprimento do dever.

Nesta magna oportunidade, dirijo-vos, e, assim, aos milhões de brasileiros por vós representados, o mais sincero e caloroso apêlo para que, cada um e todos, nos devotemos ao Brasil, enfrentando os nossos problemas com fé, lealdade e trabalho.

Distrito Federal, em 15 de março de 1947.

EURICO GASPAR DUTRA,
Presidente da República

- 1946 -

ATIVIDADES GOVERNAMENTAIS

PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS

POLÍTICA INTERNA E NEGÓCIOS INTERIORES

Não basta votar uma Constituição. Importa pô-la a vigor. Para isso, é mister desdobrar as normas constitucionais em leis complementares. Para administrar segundo um novo regime instaurado, fôrça é atualizar a legislação. E' certo que aquela, a anterior ao regime instituído, não caduca senão naquilo que contrariar a nova Carta.

Revisão da
Legislação

Leis comple-
mentares

Impõe-se uma geral revisão em nosso direito civil, comercial, penal e processual. O nosso Código Civil tem uma fisionomia nova, mas as suas diferentes províncias foram traçadas no começo do século, ou seja, antes da primeira guerra mundial. O Código Comercial, em face da legislação posterior, ficou praticamente obsoleto, estando a desafiar o interêsse e o patriotismo dos legisladores. A nossa codificação penal não integra todos os campos do ilícito, nem prevê tôdas as formas de criminalidade. A processualística, se bem que já despida dos ranços do passado, ainda não atingiu o grau de aprimoramento desejável, no sentido de acelerar a solução das demandas.

A máquina administrativa se conserva ronceira, sem a celeridade recomendável, reclamando retoques nas leis a ela pertinentes, mormente agora que a própria Constituição, no § 36 do art. 141, incluiu entre os direitos e as garantias individuais o rápido andamento dos processos administrativos e a presteza no serviço de informações e expedição de certidões.

Por outro lado, não é possível lutar contra as causas e efeitos da crise brasileira sem uma legislação adequada que atualize as normas gerais do direito financeiro, e planifique a ação governamental em matéria de seguro e previdência social, de produção e consumo, de regime dos portos e navegação de cabotagem, de tráfego interestadual, de comércio exterior e interestadual, de instituições de crédito, câmbio e transferência de valores para fora do país.

Merecem especial cuidado dos legisladores os assuntos referentes à organização administrativa e judiciária do Distrito Federal e dos Territórios, tanto mais quanto não se justifica como vigente uma legislação inspirada por um regime constitucional diverso.

A obra de governo é o resultado da ação conjugada do Poder Executivo com o Poder Legislativo, tudo dependente de um acervo de leis oportunas e esclarecidas que complementem a Constituição.

Assim é que, nas esferas econômica e social, importa criar o órgão previsto na Constituição, destinado a orientar os serviços de seleção, entrada, distribuição e fixação de imigrantes, atendidas as exigências do interesse nacional, para dirigir tais serviços e coordená-los com os de naturalização e de colonização. Urge legislar no sentido de reprimir tôda e qualquer forma de abuso do poder econômico, evitando a dominação de mercados nacionais, defendendo a livre concorrência e proibindo o aumento arbitrário de lucros. Torna-se necessário decretar medidas que facilitem a fixação do homem no campo, estabelecendo planos de colonização e de aproveitamento das terras públicas e das glebas não utilizadas. Não tardarão, de certo, provisões do Congresso Nacional que regulem a assistência à maternidade, à infância e à adolescência, com a instituição, em bases concretas, do amparo a famílias de prole numerosa. Tudo culminará na criação do previsto Conselho Nacional para estudo da vida econômica do País.

Muitas outras iniciativas se impõem de imediato, para a solução de problemas fundamentais, que reclamam pontos de vista assentados e base legislativa.

* * *

Ordem Pública

O problema da ordem interna é o primeiro na vida do Estado. Todos os países se encontram a braços com a delinqüência contra a ordem política e social. E' preciso não fugir ao dever de reconhecer que a nossa pátria não tem estado indene a essa virulência dos fermentos sociais, últimamente reativados nos períodos anteriores e posteriores à guerra. Ideologias alienígenas se infiltram no organismo, sem resistências, da nossa sociedade, e delas tivemos surto de gravidade inesquecível, quando cidades e regiões do nosso território estiveram nas mãos de inimigos da democracia e mesmo a Capital Federal foi teatro, mais de uma vez, de ocorrências lamentáveis.

A democracia justifica e reclama providências de defesa, tanto mais salutares, quanto mais entranhadas de ânimo preventivo. Remediar é sempre mais penoso que acautelar. Contra as ideologias declaradas partidárias do emprêgo da violência, a luta começa no lar, desdobra-se na escola e acompanha a cada um e a todos no decorrer da inteira existência. De tempos em tempos, as sociedades humanas têm recaídas nos sentimentos primitivos, retardando seu aperfeiçoamento. Praticada abertamente em nome de princípios totalitários, ou mascarada sob disfarces democráticos, — a tirania de um homem ou de um grupo é sempre indesejável e incompatível com a nossa tradição e os nossos antecedentes históricos.

Eis porque, na Constituição de setembro, a sabedoria dos legisladores inscreveu duas regras políticas de grande atualidade para os que acompanham, com patriotismo e consciência, a realidade que ameaça as instituições dos países democráticos. A primeira delas foi colocada no coração da Magna Carta, ou seja, no capítulo dos direitos e garantias individuais, estabelecendo que não será tolerada propaganda de processos violentos para subverter a ordem política e social. Essa regra é completada e esclarecida, no mesmo capítulo, pelo princípio exemplar de que é vedada a organização, o registro e funcionamento de qualquer partido político ou associação, cujo programa ou ação contrarie o regime democrático, baseado na pluralidade dos partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem.

Não basta, porém, adotar, em teoria, tão sábios mandamentos. E' indispensável fazê-los respeitar e cumprir. Tais regras de conduta social devem inspirar, animar, vivificar tôda a legislação derivada, a fim de colocar nas mãos do Poder Executivo os meios de defesa da própria Constituição, do regime a que ela dá corpo e, assim, dos poderes da República.

Certamente, no complementar a Lei Básica, o patriotismo dos legisladores não esquecerá, além desses princípios, a decretação de providências conexas, como a lei de autorização da produção e fiscalização do comércio de material bélico, a lei de expulsão dos estrangeiros nocivos à ordem pública, a definição do que é atividade perniciosa ao interesse nacional para os efeitos de naturalização, a seleção de imigrantes em face das nossas conveniências e a condição de lealdade ao Brasil para o exercício de funções públicas.

Ainda, relativamente à matéria da ordem pública, o Congresso Nacional de certo estudará a legislação adequada para regular a participação obrigatória e direta do empregado nos lucros das empresas, o direito ao repouso semanal remunerado, a estabilidade do trabalhador rural, o exercício do direito de greve e finalmente o seqüestro e perda de bens, no caso de enriquecimento ilícito, por influência, ou com abuso de cargo ou função pública, ou de emprego em entidade autárquica.

A experiência, a retidão, a prudência e a sabedoria dos constituintes de 1946, ajudados por novos eleitos do povo, iluminarão os rumos da legislação porvindoura.

* * *

Principais
decretos-leis
expedidos

Durante a fase anterior à instalação do Poder Legislativo, no setor interno da atividade governamental, devem ficar realizadas, entre outras, as seguintes iniciativas consubstanciadas em decretos-leis: proibição da prática ou exploração de jogos de azar; atribuições ao Departamento Federal de Segurança Pública para apurar, em todo o território nacional, as infrações contra a personalidade internacional, a estrutura e a segurança do Estado, a ordem social e a organização do trabalho; reorganização do Ministério Público Federal; locação dos prédios urbanos; restauração dos Conselhos Administrativos dos Estados; organização das sociedades civis e religiosas, para efeito de registro; extinção do Departamento Nacional de Informações; outorga de atribuições à Inspeção Geral Penitenciária; definição de crimes contra a economia popular e estabelecimento de sua inafiançabilidade; autorização ao Governo Federal para ocupar as minas de carvão de São Jerônimo e Butiá, no Rio Grande do Sul, cuja greve de operários ameaçava o funcionamento dos serviços públicos em Porto Alegre, e do parque industrial daquele Estado; financiamento da safra de algodão do norte do País; disposições sobre as operações de câmbio, a fim de facilitá-las, inclusive estimulando o retorno do capital estrangeiro; extinção do Departamento Nacional do Café; regulamentação da suspensão e abandono coletivo de trabalho, com o fito de evitar perturbações na produção econômica nacional; suspensão da exportação de gado de corte; criação da Comissão Nacional de Trigo; liberação de bens de súditos italianos; controle de preços; criação da Universidade da Bahia; intervenção federal no Porto de Santos, para regularizar a sua situação conseqüente à greve; instituição de imposto sobre lucros apu-

rados na venda de propriedades imobiliárias; reorganização do combate à peste bubônica; fundação do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura; instituição da campanha nacional contra a tuberculose; criação da Universidade do Recife; garantia de dividendo às ações preferenciais da companhia que o Estado do Rio Grande do Sul organizar para a execução do Plano de Eletrificação naquele Estado; proibição da exportação de leite; organização do Estado-Maior-Geral; extinção da cota de 3% sobre as vendas de câmbio; suspensão da exportação de suínos, de sucata de ferro e aço; autorização para a Estrada de Ferro Central do Brasil adquirir materiais e equipamentos estrangeiros; Lei Orgânica do Ensino Agrícola; supressão de cargos em vários Ministérios; proibição da exportação de gêneros de primeira necessidade, de couros e de madeiras; criação do Instituto de Malariologia; congelamento dos aluguéis de habitações; suspensão dos vencimentos de obrigações assumidas pelos pecuaristas e criadores de gado; guarda de filhos menores no desquite judicial; compra de material cedido por empréstimo americano; criação da Fundação da Casa Popular; extinção da Comissão Executiva do Leite; autorização à Confederação Nacional do Comércio para criar o Serviço Social do Comércio; permissão para a industrialização e nacionalização da erva-mate, por parte das cooperativas ervateiras; financiamento com garantia de preços mínimos para a produção de cereais; concessão de facilidades para a venda no Distrito Federal de gêneros agrícolas produzidos em seus arredores; concessão de facilidades para construção de praças de esportes; suspensão de direitos aduaneiros sobre o seguinte: farinha de trigo, farelo, farelinho, triguilho, cebolas, macarrão, talharim, centeio, leite em qualquer estado, soda cáustica, sacos de aniagem e tecidos para a sua fabricação, entrada de gado vacuum, ferramentas agrícolas e material destinado às empresas de navegação aérea.

Foram nomeados e empossados todos os membros da Comissão de técnicos que procederá ao estudo da localização da nova Capital, devendo seus trabalhos ficar concluídos até fins de agosto próximo. Seus estudos serão encaminhados ao Congresso Nacional, ainda na presente sessão legislativa.

Transferência
da Capital
da União

* * *

Como resultado da ação desenvolvida, a ordem, a tranqüilidade e as liberdades públicas estão hoje plenamente asseguradas

em todo o território nacional; a Nação retorna ao seu ritmo de trabalho; há clima para o desenvolvimento das tarefas por executar, para que, vencendo as dificuldades do momento, quer de ordem econômica, quer financeira e social, possa o País prosseguir com segurança na sua marcha em busca da prosperidade e da paz.

O Govêrno tem o firme propósito de respeitar e fazer respeitar a Constituição e a ordem legal vigente, e está convencido, cada vez mais, da urgente necessidade do congraçamento de todos os brasileiros, os quais conclama para a obra comum do soerguimento do País.

POLÍTICA EXTERNA

As atividades da política exterior do Brasil em 1946 assumiram duplo objetivo. De um lado, em nossas relações com os países americanos, continuamos a política tradicional de colaboração e solidariedade continental, como fundamento da nossa defesa, do sistema pan-americano de segurança coletiva e do progresso comum dos países continentais. Por outro lado, na esfera extracontinental, prosseguimos na política de cooperação com os demais países, nos esforços para a paz mundial através de organizações internacionais.

Política ex-
terna

Princípios
que a norte-
aram

Ainda, no plano mundial, além dos nossos esforços para assegurar, em bases sólidas, a expansão do nosso comércio exterior, prosseguimos na política de cooperação com todos os países, no sentido de adoção de acordos de interesse recíproco, como no campo das trocas comerciais, dos transportes, comunicações e intercâmbio cultural.

Diante dos problemas mundiais nascidos da vitória das nações democráticas, a conduta do Governo brasileiro obedeceu aos princípios expostos acima, os quais caracterizaram sempre nossa política externa. Foi inspirado por esses princípios que deliberou reconhecer os novos Governos da Áustria e da Iugoslávia, e a independência do Reino Haximita, da Transjordânia e da República das Filipinas, novos Estados nascidos das condições políticas do mundo de hoje.

Política ex-
traconti-
nental

Reconheci-
mento de
novos go-
vernos

Durante este período, recebeu o Brasil, como um dos países aliados vitoriosos, convite para participar da Conferência da Paz, que se realizou em Paris, a qual foi incumbida de elaborar as bases dos tratados de Paz com a Itália, Rumânia, Hungria e Finlândia.

Conferência
da Paz

Desejamos assinalar a maneira simpática como a opinião nacional recebeu a atitude do Brasil de advogar condições justas de paz com a Itália, dentro do que foi resolvido na Conferência de Potsdam, condições que permitissem e facilitassem àquela nação um pronto soerguimento nacional, no interesse mesmo da prosperidade mundial.

Além da sua atuação na questão do tratado de paz com a Itália, defendeu o Brasil, na Conferência da Paz, o princípio da igualdade jurídica dos Estados, quando lavrou protesto contra o papel, meramente consultivo, atribuído pelas grandes potências a essa Assembléia.

No tocante a reparações de guerra, a Delegação do Brasil resolveu, posteriormente à apresentação das emendas, formular uma declaração, pela qual o nosso País se absteve de apresentar à Itália qualquer pedido de reparações pagáveis, com o desfalque da economia interna daquele país, segundo as modalidades previstas no Tratado, levando em conta que os bens italianos existentes no Brasil, excluídos aquêles cujos titulares aqui residem, seriam, presumivelmente, suficientes para cobrir a justa parte que deve caber à Itália no ressarcimento dos nossos prejuízos de guerra. Acautelados ficaram os interesses do País pela reserva, segundo a qual, liberados os referidos bens e eventualmente deixando de ser coberta a parte de indenizações a ser paga pela Itália, o Brasil se valeria do sistema de negociações diretas para reavê-las.

Desejamos, também, assinalar que, embora contrário em princípio à inclusão da frota italiana entre os despojos de guerra, nem por isso o Governo brasileiro deixou de ressaltar, em nota passada ao Conselho de Ministros de Negócios Estrangeiros, o seu direito a uma parte das unidades a serem confiscadas, caso a Comissão Militar da Itália se decidisse pela partilha.

Tratado de
paz com a
Alemanha

Participando das negociações do tratado de paz com a Alemanha, o Governo brasileiro está-se empenhando por obter indenização que cubra os prejuízos de guerra com aquêles países, na mesma medida em que esse direito já está reconhecido aos demais aliados. Neste sentido foram feitas representações aos suplentes dos Ministros de Estrangeiros das quatro grandes potências, últimamente reunidos em Londres, e a mesma diligência será feita perante o Conselho d'esses Ministros na sua próxima reunião em Moscou.

Instalou-se, no mês de outubro, em Nova York, a Segunda Parte da Primeira Sessão da Assembléia das Nações Unidas. Nas discussões que ali se processaram, relativas ao chamado poder de veto (art. 27 da Carta das Nações Unidas), o Brasil se mostrou, em princípio, favorável às medidas tendentes à sua regulamentação, embora se mantenha fiel à conservação provisória daquele direito, desde que essa atitude se mostre indispensável para a existência da Organização.

Reunião da
Assembléia
das Nações
Unidas

No tocante ao caso espanhol, o Brasil aprovou a emenda belga que propôs a retirada dos Embaixadores e Ministros Plenipotenciários acreditados junto ao Governo de Madri e a posterior aplicação das medidas adequadas, se não se normalizar a situação interna na Espanha. A regra geral de não-interferência, proclamada, aliás, pelo art. 1.º da Carta, presidiu à atuação de nossos Delegados no exame das questões da Grécia, Indonésia, Síria e Irã.

O representante brasileiro no Conselho de Segurança foi um dos maiores defensores do princípio da universalidade das Nações Unidas, batendo-se pela admissão de todos os países que solicitaram a sua inclusão no aludido órgão.

A Delegação do Brasil junto à União Pan-Americana elaborou um projeto de Pacto Constitutivo do Sistema Pan-Americano, nos termos do que se decidiu na Conferência do México, o qual, submetido à Secretaria de Estado, foi aprovado sem restrições, por corresponder, de modo integral, às necessidades dos países americanos.

Política ex-
terna conti-
nental

Projeto de
Pacto Cons-
titutivo do
Sistema Pan-
Americano

Em virtude de entendimentos havidos entre os Chefes das Delegações dos países americanos à Conferência de São Francisco, ficou assentada a celebração de uma Conferência Interamericana destinada a dar forma de tratado aos princípios que se contêm na Resolução VIII da Conferência do México, conhecida por "Ata de Chapultepec". Estabeleceu-se, nessa ocasião, que o Rio de Janeiro será a sede da citada Conferência, encarregando-se o Governo brasileiro de expedir os convites às demais nações do Continente.

Conferência
Interameri-
cana

Os trabalhos da construção da Estrada de Ferro Brasil-Bolívia, ligando as cidades brasileira e boliviana de Corumbá e Santa

Estrada de
Ferro Brasil-
Bolívia

Cruz de la Sierra, a cargo de Comissão Mista de Representantes dos dois países, prosseguiram satisfatoriamente, não obstante as tremendas dificuldades de mão-de-obra e materiais. A estrada, que terá a extensão total de 630 km, já alcançou o km 300.

Exploração
do petróleo
boliviano

A Comissão Mista Brasileiro-Boliviana de Estudos de Petróleo terminou os estudos geológicos da zona petrolífera da região subandina boliviana, em torno de Santa Cruz. No momento, a Comissão executa os levantamentos topográficos necessários ao início das perfurações.

Política cul-
tural interna-
cional

Em nenhum momento descuidou o Governo do fortalecimento do intercâmbio intelectual que o Brasil mantém com os povos amigos. Quer por meio da permuta de missões culturais, quer por meio de concessão de bolsas de estudos a profissionais e estudantes estrangeiros, as atividades de cooperação intelectual se têm desenvolvido em ritmo sempre crescente. Merece referência especial a colaboração que o Brasil tem prestado à instalação da Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas (UNESCO), cuja convenção já foi aprovada pelo Governo brasileiro. Representantes brasileiros participaram de tôdas as reuniões preparatórias daquele organismo, realizadas em Londres, sob os auspícios da ONU, e da Conferência Geral para a instalação definitiva da Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas, que há pouco se reuniu em Paris, tendo sido aí o Brasil representado por um grupo de cientistas brasileiros de nomeada internacional. Nessa importante reunião, acaba de obter o nosso País mais uma prova de confiança das demais nações-membros da UNESCO, tendo sido escolhido, por unanimidade, para um dos lugares do Conselho Executivo, com o mandato fixado para o maior período previsto, isto é, três anos.

Para dar cumprimento a uma resolução da UNESCO, apressou-se o Governo brasileiro a promover a fundação do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), cujo fim é articular com aquêlê organismo internacional os principais grupos nacionais interessados em tais problemas.

Ainda no terreno das atividades intelectuais, merece ser consignado o cuidado do Governo por tudo o que diz respeito à propaganda e difusão de nossa cultura. Um importante aspecto dêsse trabalho é a manutenção de institutos de cultura brasileira no ex-

terior, encarregados da difusão da língua e da civilização de nosso País.

Na conformidade das diretrizes estabelecidas pela Conferência de Chicago em 1944, o Brasil vem imprimindo nova orientação à sua política de transportes aéreos internacionais, encerrando os acôrdos, há pouco concluídos com os Estados Unidos da América, com o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, Portugal e França, sob princípios diversos dos que até então eram seguidos.

Política aérea internacional

Na aludida Conferência chegou-se à conclusão de que o estabelecimento de linhas aéreas se deveria processar por negociações diretas entre governos, afastando-se destarte os entendimentos que, para tal fim, se faziam entre êstes e as emprêsas interessadas.

Tal procedimento se fundamenta no intuito de evitar práticas discriminatórias entre os Estados e no propósito de dar orientação uniforme às normas reguladoras da navegação aérea entre os mesmos.

O Brasil foi convidado para integrar a Comissão Preparatória da Conferência Internacional do Comércio e Emprêgo, que se realizou em Londres, em outubro último, sob os auspícios da Organização das Nações Unidas (ONU). Reafirmando seu propósito de colaboração internacional, nosso País aceitou o convite, enviando à capital do Reino Unido uma delegação, da qual fizeram parte representantes indicados pelas associações da Indústria e do Comércio, além dos escolhidos pelo Govêrno.

Política econômica internacional

Conferência Internacional de Comércio e Emprêgo

Destina-se a citada Conferência a estabelecer normas que possam, tanto quanto possível, desembaraçar, dos empecilhos de origem oficial ou privada, o comércio entre as nações.

Outrossim, colimam as nações participantes daquela reunião encontrar meios que promovam o pleno aproveitamento dos fatores de produção, a elevação do padrão de vida, bem como o fortalecimento econômico das nações em fase de crescimento ou em período de reconstrução.

Empenham-se os países integrantes da Comissão Preparatória em elaborar a Carta Internacional de Comércio, que há de constanciar os princípios orientadores das relações comerciais entre as nações, e as diretrizes para o estabelecimento de um sistema

econômico internacional, em que estejam harmonizados os interesses de todos os países.

Acôrdo com
o Govêrno
britânico

Durante o mês de setembro realizaram-se em Londres, entre o Ministro do Exterior e autoridades britânicas, conversações relativas à solução de vários problemas de interesse recíproco, tendo ficado acordada a utilização dos nossos saldos cambiais naquele país, para aquisição de equipamento e regularização da situação financeira das empresas britânicas no Brasil. Também foram obtidas facilidades para a entrada de vários produtos nossos na Grã-Bretanha. Esse acôrdo de princípios exige ajustes específicos em cujas negociações o Govêrno está empenhado.

Convênios
comerciais

O acôrdo sobre babaçu, de 24 de julho de 1942, entre o Brasil e os Estados Unidos da América, foi prorrogado até 30 de junho de 1947, mediante troca de notas, em 17 de junho último, nesta Capital, entre os representantes dos respectivos Governos.

Nos termos do novo ajuste, o Brasil concordou em destinar aos Estados-Unidos 50% da sua produção de amêndoas e de óleo de babaçu, ficando os outros 50% reservados ao consumo interno. Qualquer sobra que se verifique dentro da segunda cota deverá ser oferecida à *Commodity Credit Corporation*. Se esta agência do Govêrno americano não se interessar pela oferta, ficará a referida sobra livre das restrições previstas no acôrdo.

De sua parte, o Govêrno dos Estados Unidos da América, além do compromisso de compra de qualquer quantidade, dentro da cota que lhe cabe, melhorou os preços que até então pagava, tendo o Escritório de Administração de Preços (*Office of Price Administration*), em consequência do acôrdo, elevado o preço do óleo de babaçu de 11 centavos e um décimo, por libra, para 12 centavos, e o da noz, de 126 dólares e meio, por tonelada, para 145 dólares.

Em virtude, ainda, do mesmo acôrdo, o Govêrno americano obrigou-se a pôr, imediatamente, à disposição do Govêrno brasileiro, os 200 mil dólares a que alude a cláusula 6 do acôrdo de 24 de julho de 1942, e que serão aplicados, exclusivamente, no financiamento do programa de construção de estradas nos Estados do Maranhão e Piauí.

Por troca de notas, datadas de 2 de maio último, o Brasil, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos da América aumentaram os preços de compra até então vigentes para o arroz brasileiro da safra 45/46.

De acôrdo com recente decisão da Comissão de Contrôle dos Acôrdos de Washington, foi atribuída ao Brasil a cota de 10 mil toneladas métricas, destinadas aos seus habituais compradores.

Com relação a essa cota, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos da América propuseram fôsse o acôrdo modificado, no sentido de preencher tal quantidade apenas com o arroz proveniente do norte do País (Piauí, Maranhão e Pará), o qual poderá ser vendido a 150 cruzeiros o saco de 60 quilos, F.O.B., portos de Parnaíba, São Luís e Belém.

O Governo brasileiro aceitou a proposta, considerando que os preços constantes da mesma vinham beneficiar os exportadores do norte do País.

Durante a 2.^a Sessão da Conferência de Alimentação e Agricultura da Organização das Nações Unidas, realizada em Copenhague, de 2 a 13 de setembro último, com a participação do Brasil, foi decidida a criação de uma Comissão Preparatória, encarregada dos estudos necessários à organização do Conselho Mundial de Alimentação.

O Conselho referido, do qual participarão 16 países, inclusive o Brasil, ficará incumbido dos seguintes problemas: a) desenvolvimento e organização de produção agrícola, com o auxílio das instituições financeiras internacionais; b) distribuição e utilização dos gêneros alimentícios; c) estabilização dos preços dos produtos agrícolas.

Por troca de notas, entre o Brasil, a Bélgica e o Grão-Ducado de Luxemburgo, foram concluídos, a 17 de maio último, dois acôrdos: um Ajuste Comercial e um Acôrdo de Pagamentos.

Ajuste comercial e acôrdos de pagamentos

Pelo primeiro, destinado a incrementar o intercâmbio comercial entre as partes contratantes, o Brasil e a União Econômica Belgo-Luxemburguesa se dispensarão um tratamento tão liberal quanto possível na outorga recíproca de licenças de exportação e importação. Uma Comissão Mista, constituída de duas Seções, uma com sede no Rio de Janeiro e outra em Bruxelas, encarregar-se-á da aplicação prática do ajuste, cabendo-lhe, nesse sentido,

rever, periódicamente, a lista dos produtos que serão objeto de transações entre as nações interessadas.

O acôrdo comercial assegurou, ainda, com relação a certos produtos nacionais, a participação equitativa de firmas brasileiras, em equivalência de qualidades e preço.

Pelo segundo, fixaram-se normas que regulem os pagamentos correntes entre o Brasil e a "Zona Monetária Belga", abrangendo esta a Bélgica, o Grão-Ducado de Luxemburgo, o Congo Belga, e o Território sob mandato de Ruanda-Urundi, bem como os demais territórios ulteriormente colocados sob mandato ou contrôle belga.

Acôrdos fi-
nanceiros
com a França

Como resultado de negociações realizadas, no Rio de Janeiro, entre os representantes do Governo brasileiro, os representantes do Governo francês e o representante da "Association Nationale des Porteurs Français de Valeurs Mobilières", com o fim de liquidar, definitivamente, diferentes questões pendentes entre entidades públicas brasileiras e os portadores de títulos de empréstimos brasileiros emitidos na França, concluíram as partes interessadas um acôrdo, em 8 de março último.

O Fundo de Liquidação da Dívida Brasileira na França, criado pelo mesmo acôrdo, será aplicado na compra de títulos de empréstimos (empréstimos federais, empréstimos da Categoria 7 do Plano Aranha, empréstimos da Categoria 8 do mesmo Plano e empréstimos diversos, que foram objeto de ofertas de compras anteriores), compra do ativo da Companhia de Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e companhias anexas, solução das reclamações relativas ao empréstimo de 5%, de 1905/07, da Companhia de Estrada de Ferro do Norte do Brasil e no pagamento de comissões e despesas, até o limite de dois e meio por cento da importância total do Fundo.

Atos econô-
micos com a
República da
Tcheco-eslo-
vâquia

A 16 de outubro, depois de cêrca de dois meses de negociações, foram concluídos os seguintes atos econômicos com a Tcheco-eslováquia: um Tratado Comercial baseado na concessão recíproca dos privilégios de nação mais favorecida; um Protocolo para o intercâmbio de mercadorias entre os dois países e um Ajuste de Pagamentos.

Os três acôrdos, que se ajustam bem à tradição brasileira de facilitar e estimular as transações internacionais de comércio, re-

presentam um esforço eficaz no sentido de desenvolver e consolidar as relações de amizade entre os povos brasileiro e tcheco-eslovaco.

Pelo Protocolo relativo ao intercâmbio de mercadorias, obteve o Brasil, da Tcheco-eslováquia, o compromisso de adquirir, anualmente, pelo período de duração do mesmo, seis mil toneladas de café brasileiro, quantidade muito superior à média anual mais alta das importações desse produto para aquele país. Ficou ainda assentada a aquisição, no Brasil, de apreciáveis quantidades de fumo, algodão e lã bruta. Comprometeu-se o Brasil, por outro lado, a fornecer, respeitados os compromissos internacionais anteriores e as limitações decorrentes das necessidades do mercado interno, quantidades de milho, couros e óleos vegetais comestíveis, produtos dos quais há grande carência no mercado tcheco-eslovaco. Como importações, receberá o Brasil material portuário, máquinas operatrizes e outros artigos industriais necessários ao nosso reequipamento econômico.

Pelo Ajuste de Pagamentos, que regula as modalidades de pagamentos entre os dois países, foi concedido à República Tcheco-eslovaca um crédito de 20 milhões de dólares, que serão despendidos na aquisição de produtos agrícolas e industriais do Brasil.

A 30 de novembro, como resultado das negociações efetuadas um mês antes, no Rio de Janeiro, entre a Missão Econômica Argentina e as autoridades brasileiras, foi assinado em Buenos Aires um novo Acôrdio comercial com a Argentina.

Acôrdio comercial com a República Argentina

A escassez do trigo entre nós e a escassez de borracha e tecidos na Argentina, somadas às dificuldades gerais internacionais, determinaram um entendimento de caráter prático, específico, entre os dois países, para o fim de corrigir, pelo menos parcialmente, as dificuldades em que se debatem as populações dos dois países sul-americanos.

Dentro desse espírito, a contribuição oferecida pelo Brasil em borracha, pneumáticos, fios e tecidos, corresponde à contribuição oferecida pela Argentina em trigo e caseína.

Desde o princípio do ano de 1946, quando foram tomadas as principais medidas restritivas das exportações dos tecidos de algodão do Brasil, de tôdas as partes do mundo começaram a chegar ao Itamarati os mais angustiosos apelos no sentido de ser restabe-

Tecidos de algodão

lecido o livre comércio daquelas nossas utilidades. Na ocasião, tais solicitações não podiam em absoluto ser atendidas, pois a situação do nosso mercado interno não permitiria a dispensa da menor parcela de fazenda de algodão.

Com o correr do tempo, através dos levantamentos estatísticos periódicamente realizados pelos nossos órgãos técnicos competentes, comprovou-se a acentuada melhora do abastecimento do nosso mercado interno, ao mesmo tempo que mais fortemente se faziam sentir as necessidades dos mercados consumidores, impossibilitados de recorrer a outros fornecedores em virtude de os mesmos haverem desaparecido do comércio internacional, forçados pelas contingências da guerra.

As vantagens que dessa situação poderiam decorrer para o Brasil não passaram despercebidas aos responsáveis pela orientação da nossa política têxtil. A existência de um excedente exportável de 200 milhões de metros e a inexistência de competidores no mercado internacional, desprovido de tecidos, eram condições favorabilíssimas ao estabelecimento de uma política de convênios comerciais que garantissem, por um largo período, os mercados consumidores de que forçosamente iríamos necessitar quando os demais países produtores recomeçassem a concorrência de que, na época, eram forçados a abster-se.

Ciente de tal orientação, com a qual concordou imediatamente, o Itamarati iniciou os passos necessários junto aos vários países interessados, para a realização de acórdos, dentro dessa orientação, o que foi alcançado com relação à Argentina, Uruguai, Chile e Paraguai.

POLÍTICA SOCIAL

Dentre os problemas que se impõem à atenção do Governo, os de ordem social estão a exigir, sob os seus múltiplos aspectos, a mais detida e dedicada consideração, não só por sua própria importância, senão também pelo desinteresse com que, até alguns anos atrás, foram tratados entre nós.

Situação singular, e, talvez, contraditória, verifica-se, de fato, em nosso País: de um lado, deparamos com disposições constitucionais e da legislação ordinária a outorgar os mais amplos direitos ao indivíduo e à família, assim como a conferir as mais formais garantias ao trabalhador em vários campos de atividade; do outro lado, com as tristes realidades das condições em que se encontra boa parte das populações urbanas e a maioria da população rural, em relação à efetividade desses direitos e garantias.

Em verdade, o principal objetivo do Governo e a razão de ser do próprio Estado cifram-se na consecução do bem-estar de todos. Servir ao homem desde o nascimento, proporcionar-lhe os meios de desenvolver a personalidade e capacidade, garantir seu aperfeiçoamento e aproveitamento, e promover a sua defesa contra os riscos do infortúnio e da miséria — são, sem dúvida, fins precípuos do Estado moderno.

A solução das questões de educação, saúde, previdência e assistência sociais, assim como as de trabalho e povoamento do solo brasileiro, deverão constituir, em seu conjunto, o alvo dos mais decididos e empenhados esforços do Governo.

Na verdade, todos os direitos entre nós serão vãos, e o exercício da democracia uma realidade distante, enquanto a maioria de nosso povo não possuir educação e discernimento dos seus direitos e deveres. Por outro lado, não pode ser a educação um privilégio de poucos, ou o quinhão de grupos favorecidos pela sorte, mas deve constituir-se em benefício de que se possam valer todos os elementos integrantes da comunidade nacional.

O ensino básico, principalmente, deverá ser propiciado a todos, sendo para isso necessário que se instalem, nos locais indicados, escolas convenientemente providas de pessoal e material. É preciso que esse ensino se estenda a tôdas as idades, conforme a orientação que já está o Governo seguindo no "Plano de Alfabetização de Adultos".

Também, nesse setor da administração pública, cabe à União cobrir as lacunas atuais da ação dos governos estaduais e municipais, notadamente quanto ao ensino primário e ao profissional, promovendo-se, ao mesmo tempo, a intensificação e a coordenação das atividades, sempre dispersas e em geral limitadas, de todos os órgãos e instituições, públicos ou semipúblicos, dedicados ao mesmo ensino.

De defeitos orgânicos graves sofre, do mesmo modo, a estrutura geral dos serviços de saúde do País, traduzidos nos maus índices sanitários das nossas populações, tanto nas cidades como no campo — e os quais constituem a mais dolorosa prova da falta dos benefícios solenemente garantidos pelos textos constitucionais e por tôda a nossa legislação de assistência.

Na campanha de valorização do homem pela melhoria de suas condições de saúde, urge atacar o problema sob todos os aspectos, cumprindo desde logo, a par de uma redistribuição dos atuais recursos específicos existentes, orientar os esforços para a extensão da assistência médica a todos os recantos do País, principalmente àqueles cujas populações disponham de poucos recursos financeiros ou estejam mais sujeitas aos riscos de doença e de morte prematura. Para tanto, porém, pretende o Governo, preliminarmente, organizar e instalar o Conselho Nacional de Saúde, já criado por lei, ao qual caberá a tarefa de orientar e coordenar superiormente tôda a atividade ligada à assistência médica no País; urge, também, a revisão e atualização das leis em vigor sobre a matéria, promovendo-se a expedição do Código Nacional de Saúde.

A educação e a proteção da saúde devem ser, todavia, acompanhadas de outras medidas de assistência, indispensáveis à efetivação do bem-estar geral. Entre elas, estão as referentes à alimentação e à habitação. Para tanto, cumpre que sejam aproveitados, com as indicadas cautelas, os recursos das instituições de

Previdência Social, assim como os capitais representativos da economia popular.

Também ampla deverá ser a proteção dispensada pelo Estado, como impõe, aliás, a própria Constituição Federal, à infância e à maternidade. Sua ação se deverá desenvolver por todo o País, abranger toda a população necessitada, e não restringir-se apenas a pequenos grupos isolados, das grandes cidades, como vem acontecendo.

Aos problemas assinalados, devem ser acrescentados os referentes à paz social, os quais, pôsto que entre nós não ofereçam aspectos de violência nem oposições irreconciliáveis, devem, contudo, ser atendidos cuidadosamente, não apenas para que prevaleçam sempre os ditames da boa justiça social, como ainda para que, por força de conflitos ou desentendimentos, não sofra a nossa produção, ainda incipiente e carecente de braços. Não é demais frisar que sobre os trabalhadores do País pesa a responsabilidade da prosperidade nacional, e que de seus esforços em prol da produção resultará fundamentalmente o bem-estar geral da Nação.

Por fim, faz-se necessário cuidar dedicadamente do melhor povoamento do nosso solo, quer através da redistribuição e fixação da sua atual população, quer mediante o recebimento de imigrantes que se possam integrar vantajosamente na comunhão brasileira, concorrendo com contingentes de natureza étnica, econômica, cultural e social para o progresso qualitativo e quantitativo de nossa população.

Para todo esse conjunto de atividades destinadas à melhoria das condições de vida e do bem-estar geral, os maiores recursos financeiros deverão ser empregados. Como é de reconhecer, essas atividades trazem forçosamente como resultado a ampliação da capacidade produtora do trabalhador, o aumento de sua longevidade, a sua valorização total, enfim, tanto quantitativa, quanto qualitativa, com o conseqüente aumento da produção e o enriquecimento geral; elas protegem e ampliam a capacidade de consumo das grandes massas, assim como obrigam à acumulação de capitais, para o seu mais seguro desenvolvimento, recomendando-se, desse modo, também como providências de grande alcance econômico, dando lugar a que os recursos financeiros nelas utilizados sejam em curto prazo recuperados. Tais iniciativas, no entanto, devem guardar estreita harmonia com as condições econômico-financeiras do País, pois, do contrário, o risco do seu desequilíbrio poderá

comprometer a própria tarefa da assistência direta ao homem, por parte do Estado. Por outro lado, no emprêgo desses recursos deverá observar-se rigorosa escala de prioridades, elaborada de acôrdo com um planejamento que leve em consideração, além das urgentes necessidades de nossa população menos favorecida, aquelas outras em que mais prontamente, e com menor dispêndio, possam ser satisfatòriamente atendidas.

Esboçado êste quadro geral, examinemos em seus aspectos particulares os problemas que se apresentam no campo social à solução do Govêrno, alguns dos quais deverão ser enfrentados no corrente ano de 1947.

Educação
Finalidade da
política de
educação

Os problemas de educação merecem consideração primacial, pois que a êles se acham diretamente ligadas as possibilidades do êxito da democracia em nosso País, sendo certo que a prática de seus postulados só poderá ser plenamente alcançada quando se alicerçar numa opinião pública consciente e esclarecida por sólida e generalizada educação.

Por muito que tenhamos progredido durante os últimos anos, devemos reconhecer que o nosso sistema educativo ainda está longe de ser, como devera, poderoso instrumento assegurador da igualdade de oportunidades.

No aparelhamento e na qualidade do seu sistema educativo é que os povos civilizados encontram o mecanismo seguro para a valorização do seu potencial humano e a sua integração produtiva na vida da coletividade.

Bases para o
exame dos
problemas
da educação

Cotejando os mais recentes dados do nosso crescimento demográfico com os do nosso movimento escolar, verificamos que sôbre uma população total estimada, para 1946, em cêrca de 46 milhões e 700 mil habitantes, contamos com perto de 23 milhões e 200 mil menores de 18 anos; assim, quase 50% de nossa população está, pela sua idade, a exigir que o Estado atenda ao seu direito a uma educação sadia e construtiva, que os habilite, de futuro, a colaborar eficientemente para a prosperidade e grandeza do País.

Sôbre êste amplo fundo demográfico, o quadro de nossas realidades culturais e educativas é, ainda, acanhado e diminuto.

Ensino
pré-escolar

Dos citados 23 milhões e 200 mil menores de 18 anos, pouco mais de 10 milhões e 100 mil estão na idade pré-escolar até 6 anos. Rudimentar e incipiente é o aparelhamento do nosso sistema educa-

tivo para esse período tão delicado, mas básico, de formação da mentalidade infantil; contamos em todo o País com 1.098 unidades escolares pré-primárias, 2.043 professores e 64.502 matrículas. Com a crescente industrialização do País e o conseqüente afastamento do lar, das mães operárias, a multiplicação de escolas maternas e de jardins-de-infância torna-se necessidade imperiosa, principalmente nos grandes centros urbanos.

Para cerca de 5 milhões e 800 mil crianças entre os 7 e 11 anos, idade mais apropriada para a formação de hábitos e aquisição das técnicas fundamentais da cultura, dispomos de 89.419 professores primários, ministrando ensino em 40.235 unidades escolares a cerca de 3 milhões e 300 mil alunos. Estes dados, que, à primeira vista, não parecem indicar uma situação muito desfavorável, estão longe de corresponder às necessidades reais de nossa população escolar e, o que é ainda mais grave, acusam um progressivo declínio nos últimos cinco anos. Assim, o total de unidades escolares, que em 1942 chegava a 43.975, vem gradualmente diminuindo de ano para ano, com uma redução no último quinquênio de 3.740 unidades, fato estranhável ante o crescimento contínuo da população em idade escolar primária.

Ensino primário
Deficiências

Fenômeno idêntico se registra no movimento de matrículas em nível primário; este, que em 1941 atingira o total de 3 milhões, 347 mil e 642, vem decrescendo, anualmente, até acusar, em 1945, a cifra de 3 milhões, 295 mil e 291, isto é, com uma diminuição de 52.351 matrículas.

A situação torna-se ainda mais grave ao verificarmos que de 3 milhões, 295 mil e 291 crianças matriculadas em nossas escolas primárias em 1945, apenas 2 milhões, 333 mil e 696 tiveram uma freqüência média regular e somente 1 milhão, 522 mil e 412 obtiveram aprovação nos exames de promoção.

Tomando por base a freqüência real dos escolares e não os dados inseguros da matrícula, que muitas vezes não se positivam, temos que cerca de 3 milhões e 500 mil futuros cidadãos brasileiros estão privados dos benefícios de uma escolaridade sistemática e relegados ao analfabetismo ou ao semi-analfabetismo, justamente nos anos mais propícios à aprendizagem das técnicas e lastros fundamentais da cultura, isto é, dos 7 aos 11 anos.

Esta a situação verificada no importante setor do ensino primário em janeiro de 1946.

Em face disso, e não obstante achar-se o ensino primário sob a alçada direta das autoridades estaduais e municipais, procurou o Governo da União movimentar seus serviços, a fim de desenvolver um vigoroso combate a tão desoladora situação, valendo-se de todos os recursos de que podia dispor.

Até o início do ano findo, 50% da estimativa da taxa de Educação e Saúde não havia recebido emprêgo específico e era incorporada à Receita Geral da União, de modo que o Fundo Nacional de Ensino Primário nada auferia dessa taxa. Para corrigir essa situação, foram expedidos os atos necessários, com o que dobrou o valor da referida taxa, ficando 75% da arrecadação prevista, destinada ao Fundo Nacional de Ensino Primário, para a ampliação e melhoria do sistema escolar primário em todo o País, mediante convênios por firmar entre a União e os Estados.

Além disso, no próprio exercício transato, foi recuperada, para o Fundo Nacional de Ensino Primário, a dotação de 31 milhões de cruzeiros, com o fim de se dar início imediato aos acôrdos previstos pelo Convênio Nacional de Ensino Primário.

Ao órgão federal orientador dos problemas pedagógicos foi confiada a missão de selecionar os tipos mais apropriados e econômicos de prédios escolares, para as zonas rurais, e de distribuir, eqüitativamente, os novos recursos disponíveis entre as unidades da Federação, mediante acôrdos bilaterais.

Com essa primeira etapa do trabalho planejado, já estão previstas perto de 1.200 novas escolas rurais, das quais pouco mais da metade em construção, estando algumas em vias de acabamento.

Dispondo já no corrente ano de uma verba de 147 milhões e 800 mil cruzeiros, o plano do Governo Federal é de ampliar a sua ação para a construção de mais 2 mil escolas e estender sua ação supletiva também à criação de 40 escolas normais para a formação de professores rurais, integrados nas condições de vida e nos problemas específicos e imediatos das zonas em que se processará sua atividade docente. A falta de um professorado primário, recrutado entre as próprias populações rurais e preparado especialmente para enfrentar os problemas do meio, era, até hoje, uma das mais graves lacunas do nosso sistema escolar primário e uma das principais causas do analfabetismo que grassa em nosso meio rural.

Assim, muito devemos esperar desse empreendimento do Governo Federal, visto que mais de 4 milhões e 100 mil crianças, entre 7 e 11 anos, se acham localizadas nas zonas rurais, onde o nosso sistema escolar tem sido, até aqui, de escassa penetração.

Além dessa atuação direta da União, através de órgãos estatais, outras suplementares deverão ser exercidas por certas entidades paraoficiais, como o Serviço Social da Indústria (SESI), o Serviço Social do Comércio (SESC).

A desproporção entre o nosso aparelhamento escolar e as exigências sempre crescentes do nosso desenvolvimento demográfico se acentua e agrava à medida que subimos na escala das idades e dos respectivos graus de ensino.

Ensino secundário
Deficiências

Temos atualmente no país mais de 7 milhões e 200 mil adolescentes entre os 12 e 18 anos — em idade, portanto, de receber educação do segundo grau. A tendência universal de nossos dias é estender as oportunidades educativas de segundo grau aos adolescentes de todas as camadas sociais, a fim de elevar o padrão médio de cultura geral das populações e permitir uma habilitação profissional mais condizente com as novas técnicas de trabalho.

Entretanto, o nosso aparelhamento de educação secundária ainda se acha estruturado nos velhos moldes de um ensino clássico, rígido e uniforme, que lhe tolhe as possibilidades de fácil adaptação às novas realidades sociais. Mesmo quantitativamente, está ele incapacitado de se tornar a escola das grandes massas adolescentes, em continuação à obra de lastreação da cultura realizada pela escola primária. Apesar disso, é acentuada a procura das escolas secundárias, ambiente natural para a expansão e o enriquecimento da personalidade; assim, enquanto, em 1932, se registravam, apenas, 56.208 matrículas nos estabelecimentos de ensino secundário de todo o País, em 1943 essa matrícula ascendia a 213.520 e em 1946 ultrapassou 260 mil.

Mas, para atendermos a esse crescente desejo de educação secundária por parte de nossos adolescentes, dispomos unicamente de 15.804 professores, distribuídos por uma rede escolar diminuta e de reduzidíssima capacidade. As nossas 1.183 escolas secundárias, em geral deficientemente instaladas e mal aparelhadas, acham-se superlotadas com os 260 mil adolescentes matriculados em seus cursos.

Diretrizes
do Governo

A nossa rede escolar secundária deveria ser pelo menos duplicada, bem como os efetivos do seu corpo docente, para poder atender à crescente procura das novas gerações.

Entretanto, quase 7 milhões de jovens brasileiros acham-se prematuramente privados de qualquer influência educativa sistemática. Para corrigir essa situação que, sobre representar grave injustiça social, significa desperdício de vulto do potencial humano do nosso País, pretende o Governo levar avante campanha incentivadora desse nível de ensino, para a qual precisará contar com o apoio e a colaboração do Congresso Nacional.

Não bastará, porém, ampliarmos a rede de nossas escolas secundárias. Será preciso, também, estudar o barateamento de suas taxas de matrícula, a fim de torná-las mais acessíveis ao maior número possível de adolescentes de todas as camadas sociais. A realização deste imperativo democrático de elevada significação social, exigirá a atuação decidida dos Poderes Públicos, tanto de forma direta, pela criação de ginásios e colégios federais, como indireta e supletiva, mediante convênios com os poderes estaduais e municipais, bem como entidades particulares. Além disso, far-se-á mister reajustar as finalidades de nossas escolas secundárias e os seus programas às novas realidades sociais que estamos vivendo. Será necessário dar-lhes maior amplitude, maior flexibilidade e um sentido social mais compreensivo e dinâmico. Por fim, é urgente que se intensifique o preparo técnico e profissional dos novos professores secundários, o que já se iniciou nas Faculdades de Filosofia do País; urge dotar estas instituições de mais amplos recursos para as pesquisas metodológicas do ensino secundário e para a prática de ensino tecnicamente dirigida. É do trabalho, competência e dedicação do professorado secundário que, em última análise, dependerá o êxito de qualquer iniciativa dos Poderes Públicos.

Ensino agrícola

No setor do ensino agrícola, muito há que fazer, pois não tem ele acompanhado o progresso do País, sendo patente a nossa grande deficiência de técnicos em agricultura e pecuária. O nosso trabalhador agrícola e pecuarista chegou a ponto de saturação na sua capacidade de produção empírica. Torna-se imperioso para a economia nacional substituir os velhos métodos rotineiros pelas novas técnicas e pela introdução em larga escala de recursos me-

cânicos que lhes ampliem a produtividade e melhorem a qualidade e conseqüentemente o valor econômico da produção.

O ponto de partida para esta radical transformação terá de ser necessariamente o ensino agrícola bem organizado e aparelhado. É urgente atender-se à sua ampliação e aperfeiçoamento qualitativo, desde o seu grau elementar até o superior. Os primeiros passos neste sentido já foram dados com a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Agrícola e com a próxima inauguração da Universidade Rural, construída no km 47 da rodovia Rio-São Paulo, a qual deverá estar em pleno funcionamento em 1948. Para o tratamento sério do problema que se impõe, mister se faz uma ampla cooperação da União com Estados, Municípios e particulares.

No campo do ensino industrial, tal cooperação vem sendo obtida pois dos 67 estabelecimentos orientados pela União, apenas 23 são federais, havendo 33 estaduais e os restantes municipais ou privados. Das 14.190 matrículas efetuadas no ano findo, 5.390 correspondem às escolas técnicas da União.

Ensino industrial

Outros programas de ensino industrial estão atribuídos a uma entidade oficiosa, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), destinada a organizar e administrar escolas de aprendizagem em todo o País, o qual já possui 77 estabelecimentos ou cursos independentes, com um total de 15.768 alunos.

Analogamente, no setor do ensino comercial, desenvolve-se uma ação fiscalizadora, por parte do Governo, a que se juntarão as atividades de outra entidade oficiosa já constituída, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

Ensino comercial

Paralelamente a essas atividades e tendo em vista o incentivo do ensino técnico agrícola e do industrial, foram feitos, no início do ano findo, acórdos com entidade especializada norte-americana; por êsses convênios, contribuirá anualmente o Governo brasileiro com 10 milhões de cruzeiros por setor, e a mencionada entidade com 5 milhões. A tais recursos se juntarão os dos Estados, que, mediante acórdos parciais, se enquadrem no plano geral previsto. Na parte agrícola já aderiram 14 unidades da Federação, pretendendo-se, na primeira fase, o estabelecimento de 80 centros de treinamento. Na parte industrial já se iniciaram vários cursos, devendo os melhores alunos seguir para os Estados Unidos, onde

terão cursos de especialização, inclusive os de formação de professores.

Assim, reconhecendo estar o País em um estágio preliminar de desenvolvimento do ensino técnico, vem o Governo pondo em prática várias medidas no sentido de incrementá-lo e melhorá-lo, particularmente no tocante à agricultura e à indústria. Outras providências ainda se farão necessárias, avultando o reexame dos programas, para dotá-los de maior objetividade e flexibilidade.

Ensino superior

Voltando agora as vistas para o ensino superior, é de salientar a preocupação do Governo em estimular a instituição de Universidades, dando-lhes um regime de autonomia, com apoio financeiro substancial por parte dos Poderes Públicos, a exemplo do que fôra feito com a Universidade do Brasil, na Capital Federal.

A criação das Universidades não se deve limitar aos aspectos formalísticos, persistindo o conjunto como um simples agrupamento de escolas sem o sentido próprio, e sem o ambiente que favorece a formação da mentalidade necessária; ao contrário, cumprirá aproveitar ao máximo as vantagens didáticas, orgânicas e funcionais do conjunto, e, ao mesmo tempo, criar o *campus* indispensável à elevação do nível cultural, à prática de atividades extracurriculares úteis do ponto de vista social e à formação do espírito universitário.

Não bastará, entretanto, a preparação do meio, que, aliás, se completa com o aparelhamento material adequado; urgirá ainda uma revisão geral do plano de ensino superior, não só no tocante ao aspecto quantitativo, tendo em vista o acréscimo de novos cursos aos poucos existentes, que já não correspondem às necessidades do País, mas também, sob o aspecto qualitativo, adotando programas e sistemas de ensino mais objetivos, associados à prática real e à pesquisa.

Dessa forma, será possível incentivar a formação de nossas elites culturais e corpos técnicos, tendo como ponto de partida as 322 escolas superiores existentes, onde se eleva o número de matrículas a 25.387 e o de professores a 4.823.

Ensino supletivo

Outro ponto importante é o ensino supletivo, pois que 55% da população do País com mais de 18 anos é constituída de analfabetos.

Levando em conta a necessidade de minorar essa situação, reservou o Governo, para esse fim, a quarta parte dos recursos do Fundo Nacional de Educação, e pretende dar andamento a programas corretivos com a brevidade que lhe permitam as contingências gerais, já tendo para isso elaborado o "Plano de Alfabetização de Adultos".

Não pode ser omitida, outrossim, a preocupação do Governo no tocante aos problemas de educação física, manifestada através de centros de formação de professores e do estímulo às atividades desse setor. Tal problema continuará a receber a atenção que merece, como um dos fatores de melhoria dos índices desfavoráveis de robustez de nossa população.

Educação
física

No relativo à saúde, os resultados de estudos realizados recentemente pelos órgãos do Poder Público, no tocante às nossas condições demógrafo-sanitárias e aos recursos médicos preventivos e curativos de que dispõe o País, valem por uma séria advertência, a qual cabe transmitir ao Congresso e ao povo do Brasil, para que meditem sobre a gravidade do problema.

Saúde

Assim, os resultados do censo de 1940 mostraram que a população brasileira está longe ainda de perder as características com que se apresentava no início deste século. Crescimento muito rápido, à custa principalmente de uma natalidade altíssima, a que se opõe um regime de mortalidade excepcional, — eis, sumariamente, o quadro com que ainda hoje nos defrontamos.

Situação
geral
Características
demográficas

Foi revelado pelo mesmo censo que 42,5% da nossa população é constituída de menores até 14 anos de idade. Dificilmente se encontrará outra nação em que pese sobre os adultos tão elevada proporção de infantes para sustentar. Lamentavelmente, as condições especiais de nossa organização social e de nossa estrutura econômica, a doença e a morte prematura privam a massa adulta ativa da capacidade de assistir convenientemente às proles numerosas, criando, como consequência, entre outros, os problemas da alta mortalidade infantil, da infância abandonada e do baixo nível educativo.

Mortalidade No primeiro ano de vida, morrem em algumas regiões do país cêrca de 20% das crianças. Na própria Capital Federal, aproximadamente 16% das crianças não chegam a completar o primeiro ano de existência, taxa essa que é de três a quatro vêzes superior às que se verificam nos países mais adiantados em matéria de saúde. Em conjunto, estima-se em cêrca de 300 mil o número de crianças brasileiras que morrem anualmente antes de atingir um ano de idade, sacrificio permanente de vidas, cuja razão reside na ignorância, no pauperismo, na saúde precária dos pais e em outros fatôres de ordem social e econômica.

Não é sômente na infância, contudo, que se observa a mortalidade elevada. Note-se que em certas capitais do Brasil a probabilidade de morrer dos homens de 30 anos de idade é mais de seis vêzes superior à que se verifica nos países de alto nível sanitário.

A enunciação dêsses fatos servirá, certamente, para convencer o Congresso e o Povo de que medidas radicais precisam ser tomadas no sentido de melhorar a nossa situação de saúde.

Morbidade O povo brasileiro, na árdua luta que há séculos vem travando para desenvolver uma civilização neste país de clima tropical e de recursos difíceis, paga, ainda hoje, pesado tributo à morte, por não ter conseguido dominar as endemias rurais e as moléstias que, de endêmicas nas grandes cidades, passaram a invadir vilas e campos, em ondas epidêmicas.

Endemias rurais Em quase todos os municípios do Brasil, excetuada a maior parte do Estado do Rio Grande do Sul, a malária continua a grassar com intensidade, chegando, na capital do Pará, a porfiar com a tuberculose na conquista do primeiro lugar entre as causas de morte. Mesmo nas baixadas vizinhas da Capital Federal, o impaludismo ainda é uma das mais importantes causas de morte e de incapacidade para o trabalho.

As verminoses contribuem enormemente para o baixo rendimento do trabalho rural. O tracoma e a boubá assolam ainda vastas áreas de nosso território, constituindo problemas de caráter nacional de alta relevância. A peste bubônica, banida praticamente dos grandes centros portuários e industriais, ainda é endêmica, contudo, em 202 municípios do norte e nordeste.

É verdade que, em contraposição ao quadro desolador em aprêço, o Governo, representado no Comitê de Quarentena da Administração de Assistência e Reabilitação das Nações Unidas (UNRRA) reunido em Nova York, em meados do ano findo, conseguiu que, na delimitação das zonas endêmicas da febre amarela silvestre do Brasil, fôsem excluídas amplas áreas, o que significa estar a referida endemia, que tantas vidas roubava no início dêste século, praticamente dominada hoje em dia.

Além dos males apontados, — que imperam em dilatadas regiões do País e cujo combate, por força da Constituição, em grande parte cabe ao Governo Federal executar diretamente —, outras endemias contribuem para retardar o desenvolvimento econômico e o progresso do País.

Destaca-se entre tôdas a tuberculose, causadora de grandes sofrimentos e prejuízos à coletividade, inclusive enorme tributo em vidas, principalmente nas cidades. As estimativas oficiais mais otimistas revelam que, no mínimo, 300 mil pessoas estão presentemente doentes dêsse mal no Brasil. A maioria dessas pessoas se encontra em idade ativa e reprodutiva, justamente na época da vida em que elas são mais necessárias às famílias.

Tuberculose

A marcha da mortalidade por tuberculose nos nossos grandes centros está sendo fortemente influenciada pelo deslocamento contínuo de habitantes das zonas rurais, que, não contando com a resistência adquirida no convívio urbano, se tornaram prêsas fáceis da moléstia ao demandarem as cidades. Esta é outra particularidade que não deve escapar à atenção do Congresso, porque justifica a lentidão da queda da mortalidade por tuberculose no Distrito Federal e em outras capitais do Brasil, onde, pelo tempo em que se alonga o ciclo epidêmico, a referida queda devia ser muito mais acentuada.

As doenças venéreas, principalmente a sífilis, continuam a contribuir de forma alarmante para a cegueira, as afecções do sistema nervoso, do aparelho circulatório e outros males que reduzem ou anulam a capacidade para o trabalho em grande escala e são importantíssimas causas de óbito. Em algumas regiões do País, pode-se afirmar que as doenças venéreas assumiram caráter epidêmico, tal a intensidade de sua propagação.

Sífilis

Lepra

Outra grande endemia, a lepra, está de certo modo sob controle na maior parte do Brasil, embora em certas áreas os índices de incidência sejam ainda elevados. Os censos indicam que existem cerca de 50 mil leprosos no Brasil.

Febres tifóides e disenterias

O surto epidêmico de tifo, que tanto alarma causou no Distrito Federal em 1946, serviu para mostrar como o controle definitivo dessa endemia está ainda longe de ser alcançado. As febres tifóides e as disenterias salteiam praticamente todo o território do País.

A propósito, referem os dados estatísticos mais recentes que apenas três das nossas cidades de mais de 20 mil habitantes, contando-se entre estas as capitais, têm 75 % ou mais de suas casas ligadas a redes de águas e esgotos.

Observa-se também que só 10%, aproximadamente, da população brasileira dispõe de água canalizada, e menor é a percentagem dos habitantes que se servem de esgotos sanitários.

Recursos médicos

Para enfrentar a situação sanitária descrita, dispõe o País de recursos insuficientes e mal distribuídos, o que decorre não só de dificuldades de ordem financeira, mas também das condições em que, atualmente, se exercem as atividades médicas.

Estudos recentemente realizados por órgãos da administração pública provaram que quase a metade de nossa população não dispõe de leitos hospitalares nos seus municípios.

Os leitos de que necessitamos para manter internada a quinta parte dos nossos tuberculosos sobem a 60 mil no mínimo, e, no momento, não dispomos nem da quarta parte desse número.

Os leitos de que carecem os leprosos sobem a 50 mil aproximadamente, e contamos apenas com pouco menos da metade. Para doentes mentais devíamos possuir 110 mil leitos pelo menos e só mantemos perto de 20 mil. Para os casos de clínica geral, precisávamos ter 220 mil leitos aproximadamente e, no entanto, todas as entidades reunidas só mantêm cerca de 85 mil, quase todos situados nos grandes centros urbanos.

Funções elementares de saúde pública, tais sejam a educação sanitária, a higiene infantil, o controle das doenças transmissíveis e outras não menos importantes, são praticamente inexe-

quíveis fora da organização de centros de saúde e postos de higiene. Lamentavelmente, o número, a distribuição e as condições de manutenção desses órgãos básicos da ação médico-sanitária não satisfazem às necessidades mínimas do País.

O número atual de médicos existentes no Brasil é reduzido e, se quiséssemos alcançar a proporção mínima razoável de habitantes por médico em um prazo de 20 anos, as nossas faculdades deveriam em poucos anos ampliar sua capacidade, de mais ou menos, cinco vêzes.

Médicos e enfermeiros

Verificou-se que a concentração dos médicos nas grandes cidades vai a tal ponto, que 40% dos profissionais brasileiros residem no Distrito Federal e na capital de São Paulo.

Até hoje não conseguimos formar no Brasil mais de 5 mil enfermeiras e, muito embora o povo precise de dezenas de milhares, as escolas de enfermagem não podem formar mais de 300 profissionais por ano.

Com exceção da parcela de população já assistida, embora de forma ainda precária, pela previdência social e instituições beneficentes de caráter contributivo, bem como excluídos os poucos brasileiros que conseguiram reunir recursos suficientes para poder custear os serviços médicos de que necessitam, — o grosso da coletividade laboriosa tem de se declarar indigente quando precisa dos serviços prestados pelas instituições particulares ou oficiais.

Custo e financiamento da assistência

Apoiada em grande parte na iniciativa privada ainda insuficiente e em uma ação governamental restrita, sem financiamento adequado e freqüentemente sem a coordenação necessária, a atual organização não atende aos interesses coletivos.

Por outro lado, a experiência demonstrou que os governos municipais não podem, com seus próprios recursos, criar e manter os órgãos de assistência necessários às suas populações, por falta de elementos técnicos e financeiros.

A insuficiência e a variabilidade das verbas orçamentárias disponíveis para saúde e assistência têm contribuído para impedir o planejamento a longo prazo e mesmo a execução de serviços iniciados. Cabe referir, como exemplo de exigüidade das verbas orçamentárias, que os gastos estaduais com a saúde pública e

assistência variaram nos Estados, em 1946, de Cr\$ 24,41 *per capita* para Cr\$ 2,63. Estes números devem ser postos em cotejo com as necessidades reais que sobem a mais de uma centena de cruzeiros *per capita*, segundo as conclusões dos estudos mais recentes sobre o assunto.

Diretrizes da
ação gover-
namental

Tendo na devida conta a situação exposta, impõe-se, não somente como imperativo social, mas também por necessidade econômica, uma atitude enérgica e decisiva, no sentido de disciplinar e desenvolver as atividades médico-sanitárias no País, a fim de que, tão brevemente quanto possível, o povo brasileiro tenha a seu alcance, neste particular, os recursos preventivos e curativos de que precisa.

Em matéria de saúde pública, são deveres da União, de acôrdo com o texto constitucional, "legislar sobre a defesa e proteção da saúde" e organizar a "defesa permanente contra os efeitos das endemias rurais". Assim, a ação federal, no campo da medicina curativa, é primacialmente normativa, cabendo, em primeira linha, aos Estados e Municípios prestar assistência efetiva às populações. Contudo, cabe à União, estimular, coordenar e mesmo executar obrigatoriamente ou em caráter supletivo, e em harmonia de vistas com os Governos das Unidades Federadas, as medidas de ordem médico-sanitária que se fizerem necessárias ao bem-estar nacional.

Cooperação
da Previdên-
cia Social

Dentre as iniciativas governamentais que conduziram a resultados mais próximos da solução do problema de saúde, principalmente no campo da medicina curativa, está a assistência prestada pelas Instituições de Previdência.

Contudo, os estudos sobre o assunto, efetuados pelo Governo, mostraram não ser conveniente uma ação descentralizada e parcial, objetivando classes profissionais distintas, não só porque, dessa forma as medidas preventivas são praticamente irrealizáveis, senão também porque, mesmo as de ordem curativa, se tornam antieconômicas. Além desses inconvenientes de a assistência se restringir a determinadas classes, há outro, de não menos importância, decorrente do fato de que esse sistema contraria o princípio do zoneamento regional, base consagrada da organização das atividades de saúde em nosso país.

Em face da gravidade da presente situação de saúde e considerando as dificuldades de ampliação dos recursos médicos, impõem-se providências tendentes à criação de um sistema nacional de assistência médico-sanitária, por meio do qual toda a população possa obter de forma digna serviços médicos e paramédicos, de caráter preventivo e curativo.

Em virtude das circunstâncias já expostas sobre a carência dos recursos e a necessidade de melhor distribuí-los de acordo com o interesse do povo, faz-se mister subordinar o planejamento, a estruturação e o funcionamento dos serviços de natureza médico-sanitária, em todo o País, a uma política de ordem nacional, estabelecida com base na análise científica dos fatos biométricos, sociais e econômicos, na experiência administrativa e tendo em conta os acordos internacionais firmados pelo Brasil.

O Governo está tomando as providências no sentido de atender a esse imperativo da solução dos problemas de saúde e, nesse propósito, submeterá ao Congresso o Código Nacional de Saúde, que, já tendo sido elaborado pelo órgão competente, está sofrendo revisão, em face dos preceitos constitucionais sobre a matéria.

A necessidade de se criarem meios para o desenvolvimento das atividades de assistência na esfera médica e paramédica, constituiu, como já foi dito, uma das maiores preocupações do Governo no ano de 1946 e cabe referir que, não se limitando a estudar a solução definitiva do assunto, o Governo estimulou a criação de novos recursos e a expansão do campo de aplicação dos órgãos já existentes.

Providências
de
assistência
médica geral

A criação do Fundo de Assistência Hospitalar, em setembro de 1946, veio favorecer o financiamento das Casas de Misericórdia.

A extensão da assistência médica à massa comerciária do Distrito Federal e de São Paulo e a ampliação dos serviços médicos aos empregados em transportes e cargas, e aos bancários, tiveram início em 1946.

No setor da luta contra o câncer, cabe referir a providência dada pelo Governo, instalando convenientemente o órgão especializado respectivo.

Campanha
contra a tu-
berculose

Em 1946, dando ao problema da tuberculose a atenção merecida, lançou o Governo uma campanha de larga envergadura, cuja amplitude, em face das necessidades reais, deve ser progressivamente dilatada.

As realizações preliminares da aludida campanha já tiveram início, estando agora o órgão, a que ficou afeta a responsabilidade da sua execução, empenhado, concomitantemente, em elaborar as fases posteriores do planejamento da campanha, para cuja efetivação se torna necessária a colaboração de tôdas as entidades interessadas no assunto. Inúmeras são as dificuldades técnicas que se encontram na luta contra a tuberculose, porque o seu desenvolvimento envolve todo um conjunto de problemas econômicos e sociais. Contudo, dentre as medidas que requer a campanha, as de ordem médico-sanitária são importantíssimas e capazes de conduzir a uma baixa imediata da incidência da doença.

Os estudos a que o Governo procedeu, sobre a prestação dos serviços sociais elementares a todo o povo brasileiro, dão especial relêvo ao entrosamento das atividades médico-sanitárias com as de assistência social, e procuram demonstrar a possibilidade de realizar a campanha total contra a tuberculose com resultados positivos, não só do ponto de vista sanitário, mas até do ponto de vista econômico.

Malária

A malária recebeu, no ano de 1946, cuidadosa atenção, tendo sido criado o Instituto de Malariologia, órgão destinado à formação de técnicos e aperfeiçoamento dos métodos de trabalho em bases científicas.

Os progressos científicos armaram-nos de novos elementos de combate de muito maior eficiência, capazes de assegurar o tratamento em zonas de população pouco densa. Graças a êles e aos chamados trabalhos de pequena e média hidrografia, já várias regiões, anteriormente devastadas pelo impaludismo, se acham totalmente saneadas e, com o aumento de recursos que lhe foi concedido pelo Congresso, o Governo projeta para o ano em curso um programa muito mais extenso.

Saneamento
dos grandes
vales

Por fôrça do interêsse despertado pela produção de borracha no hemisfério ocidental e pela extração de minério, os vales do Amazonas e Rio Doce tiveram a oportunidade de contar com uma eficiente organização, — o Serviço Especial de Saúde Pública, —

a qual, com a cooperação técnica e financeira dos Estados Unidos da América, realizou apreciável tarefa, tanto no campo da educação sanitária, quanto no combate à malária e outras endemias que assolam aquelas áreas.

Presentemente, estão sendo estudados êsses problemas regionais de saneamento em face da terminação, em dezembro de 1948, do contrato que mantém os Governos brasileiro e americano sôbre o financiamento da citada organização, e tendo em vista as disposições do texto constitucional, que dizem respeito ao desenvolvimento econômico dos vales do Amazonas e do São Francisco.

A criação do Laboratório Central de Contrôlo virá proporcionar meios de regular definitivamente a qualidade dos produtos farmacêuticos postos à venda. Cuida o Governo Federal de sua urgente organização e instalação.

Medicamentos

Resta, contudo, com relação ao problema do medicamento, importante tarefa, que é a de coordenar os meios necessários ao barateamento dos produtos considerados básicos para a defesa da saúde no Brasil.

E' propósito do Governo emprestar decidido estímulo à pesquisa científica no País, no sentido de desenvolver os elementos técnicos indispensáveis à realização dos objetivos de saúde. Já no ano de 1946, o Instituto Oswaldo Cruz recebeu maiores dotações e recuperou a antiga autonomia, assumindo, dêsse modo, a posição necessária ao exercício de suas atividades.

Atividade científica

Com propósitos semelhantes, o Governo apoiou a realização de diversos congressos e conferências, de âmbito interamericano, no ano de 1946, dentro do conceito de que as campanhas de saúde pública, em sua maioria, devem ser considerados sob o aspecto continental.

Cabe agora tratar dos assuntos relativos à previdência, em seu duplo aspecto: a previdência privada e a social.

Previdência

No campo da previdência privada, devemos ressaltar as sociedades de capitalização e as emprêsas de seguros.

Sociedades
de capitali-
zação

As primeiras apresentaram ultimamente grande surto de desenvolvimento, em parte devido à compreensão crescente do espírito de economia nas classes populares, e em parte ao excesso de meios de pagamento disponíveis.

Durante o primeiro semestre de 1946 a receita total de prêmios dessas companhias atingiu a 54 milhões e 440 mil cruzeiros, sendo de 6 bilhões, 704 milhões e 849 mil cruzeiros o valor dos títulos, de todos os planos, em vigor em 30 de junho de 1946.

As operações das companhias de capitalização se regem, no entanto, por uma legislação antiquada, datando de quando essas sociedades ensaiavam as suas primeiras experiências em nosso País.

O Governo tem, porém, em adiantados estudos, e para encaminhamento ao Congresso, projeto de reforma dessa legislação, no sentido de adaptá-la às necessidades atuais, atendendo mais amplamente aos interesses da coletividade, e em obediência ao disposto no art. 149 da Constituição.

Sociedades
de seguros

O mesmo surto de progresso assinalou o campo dos seguros privados, fundando-se novas sociedades destinadas à exploração de seus diversos ramos, o que constitui índice do desenvolvimento industrial do Brasil, a exigir maiores coberturas e a exploração de novos campos, e ainda traduz a maior solidez e confiança das operações com base no mecanismo do resseguro oficial.

É de assinalar, aliás, dentro desse surto de progresso, o clima de garantia que preside às liquidações dos sinistros, mercê da intervenção do Instituto de Resseguros do Brasil.

A despeito, porém, dos progressos assinalados, ainda é relativamente reduzido, comparado com o de outros países, o vulto das operações de seguros em nosso País e o patrimônio protegido contra os diversos riscos, impondo-se, por esse motivo, estudos destinados a fixar com precisão as causas desse retraimento. Por outro lado, é de acentuar que a legislação de seguros privados, entre nós, já se acha obsoleta, ajustando-se dificilmente aos aspectos da vida dos nossos dias. Muito poderiam lucrar os seguros com a adoção de normas legislativas mais atualizadas.

Previdência
social

A previdência pública toma a forma dos seguros sociais, cuja amplitude de ação cada dia se faz sentir com maior intensidade na vida dos povos civilizados. A tendência presente é estender

tais seguros à totalidade da população, ultrapassando o conceito primitivo de uma previdência social circunscrita à segurança de determinadas classes, ou de certos grupos profissionais.

O seguro social brasileiro alcança, em sua forma atual, grande maioria dos trabalhadores urbanos, não sendo, contudo, um seguro de extensão nacional, pois que não abrange o grosso da população do País, como seria de desejar.

Esses seguros se acham a cargo de cinco grandes institutos de previdência e das caixas de aposentadoria e pensões. Para o corrente exercício de 1947, a uma receita total prevista de 4 bilhões, 132 milhões, 711 mil e 670 cruzeiros, corresponderá uma despesa de 1 bilhão, 938 milhões, 411 mil e 823 cruzeiros, na qual se capitulam, entre outras, 1 bilhão, 191 milhões, 801 mil e 345 cruzeiros, com benefícios diversos (aposentadorias, pensões, auxílios-doença e maternidade e serviços médicos) e 430 milhões, 313 mil e 419 cruzeiros com despesas de administração. Em 31 de dezembro de 1945 era de 2 milhões, 762 mil e 822 o número de segurados das referidas instituições, que amparavam 112.227 aposentados e 206.331 pensionistas. O número de segurados ativos pode ser atualmente estimado em 2 milhões e 900 mil, ao qual devem ser acrescidos cerca de 5 milhões e 800 mil dependentes, o que perfaz um total de 8 milhões e 700 mil indivíduos protegidos pelo seguro social. Esse número representa tão-somente 19 % da população total do País, sendo que o número de segurados ativos corresponde a 21 % da população ativa, achando-se excluída a massa de cerca de 10 milhões de trabalhadores rurais.

Há ainda que cuidar de outro aspecto da maior relevância, não apenas ao âmbito da própria previdência social, senão também no da própria economia nacional. É o que diz respeito ao emprêgo das reservas patrimoniais das respectivas instituições.

As reservas das instituições de previdência social, cujo patrimônio já se elevava em 31 de dezembro de 1945 a mais de 6 bilhões e 700 milhões de cruzeiros, deverão ser aplicadas em bases mais amplas que as atuais, e segundo um plano de conjunto que ordene e discipline o seu emprêgo, de forma que se evitem competições prejudiciais e se agravem os males da inflação que afligem o País.

Assim é que, atentas as condições de segurança, rentabilidade e liquidez, devem essas inversões fazer-se de preferência em iniciativas de interesse social dos segurados e, subsidiariamente, da coletividade nacional.

Reservas da
previdência

Entre as inversões de interesse social dos segurados sobrepõe o financiamento de casas populares, para venda ou arrendamento aos segurados. Nesse sentido o Governo vem, outrossim, incentivando as iniciativas da Fundação da Casa Popular, e para isso já determinou fôsse entregue à aludida Fundação a importância de 188 milhões, 194 mil, 173 cruzeiros e 90 centavos por parte das instituições de previdência social.

No que diz respeito às inversões de interesse social e econômico da coletividade nacional, há um grande campo de ação para desenvolver no financiamento de empreendimentos que representam melhoria das condições de vida e bem-estar das populações, ou seja, em obras ligadas aos transportes e serviços de água, luz, esgotos e outros melhoramentos de ordem social. Cercadas essas operações das garantias indispensáveis à recuperação dos capitais nelas invertidos e dos respectivos juros, elas representam, ao mesmo tempo, aplicação segura e de benéficos efeitos econômicos e sociais.

Uma parte importante, porém, dessas reservas deve ser invertida em bens de renda variável, que visem a combater os efeitos da desvalorização monetária, mediante a manutenção do valor real das inversões. Esse aspecto é importante num país como o nosso, e especialmente quando os benefícios têm o seu valor fixado em função do salário final dos segurados.

Conferência
Interameri-
cana de Se-
gurança So-
cial

O Brasil aderiu, em 1944, ao Comitê Interamericano de Segurança Social, destinado a promover a previdência social nos países de nosso continente. A convite do Governo brasileiro, aceito por unanimidade pela Comissão Executiva desse organismo, deverá realizar-se a 2.^a Conferência Interamericana de Segurança Social, no Rio de Janeiro, em novembro do ano corrente, compreendendo, em sua ordem do dia, estudos sobre o seguro-acidentes do trabalho, o seguro-desemprego, as estatísticas médicas do seguro-social e a evolução da Previdência Social nos países americanos.

Assistência
social

Conforme assinalamos, o bem-estar das populações deve ser encarado como uma das finalidades precípuas das atividades governamentais. Não bastará prever o infortúnio e estabelecer meios pecuniários de remediá-lo através das instituições de previdência

social. Ao lado destas, há um largo campo de atividades a que se deve o Estado dedicar na sua missão tutelar de assistência.

Na consideração do bem-estar do povo entram como aspectos primordiais os que dizem respeito à alimentação e à habitação.

Os inquéritos realizados nos últimos tempos evidenciaram que são limitadas as condições da nutrição de nosso povo, quer do ponto de vista quantitativo, quer do ponto de vista qualitativo.

Assistência
alimentar

As causas desse quadro são múltiplas, relacionadas com o grau de deficiência de educação do povo e com a pobreza de grande massa dos habitantes de nosso País, tudo aliado a uma insuficiente produção de gêneros alimentícios e à sua defeituosa distribuição.

A recente conflagração agravou mais ainda o problema alimentar do povo brasileiro, e piores conseqüências traria, não fôsem as medidas em tempo oportuno tomadas pelo Govêrno, consubstanciadas na contenção de preços, na intervenção direta, na distribuição de certos produtos, no pagamento de subsídios ao produtor, no racionamento, nas restrições à exportação e na redução de impostos. Há necessidade, porém, de um estudo mais detido e sistemático de tôdas as providências que, de caráter definitivo, possam influir na melhor alimentação do povo brasileiro. De par com as iniciativas econômicas relacionadas com o incremento da produção e a melhoria e barateamento dos produtos, outras de ordem social deverão ser postas em prática.

Julga, por isso, o Govêrno, — e pretende levar adiante as iniciativas nesse sentido —, que as reservas de previdência social, além das aplicações nomeadas e por nomear, poderão ter igualmente maior emprêgo no setor do crédito agrícola, no financiamento das iniciativas tendentes à melhoria qualitativa e quantitativa da produção de gêneros alimentícios, ou à mais fácil distribuição dos mesmos, através de organismos municipais ou de cooperativas. Também o Serviço de Alimentação da Previdência Social necessita de estrutura administrativa adequada à ação que deve desenvolver em tôdas as unidades da Federação.

Por outro lado, convirá ampliar a nossa atual rede de restaurantes populares, mantidos sem intuitos lucrativos, cuja eficácia já está, entre nós, sobejamente comprovada.

Habitação
popular

O problema da habitação é, no mundo de hoje, um dos mais angustiantes, e suas manifestações se têm feito sentir agora, entre nós, de forma aguda, mercê do crescimento da população, do seu acúmulo cada vez mais acentuado nas grandes cidades, do encarecimento das construções, e da alta dos preços dos imóveis, em desproporção com a capacidade aquisitiva média, além de outros fatores nocivos diretos ou indiretos.

Pouco encarado em épocas passadas, o problema passou a se apresentar por forma crítica nos últimos tempos, a exigir soluções amplas e imediatas.

Nesse sentido foram expedidos dispositivos legais básicos, instituindo e dando estrutura à Fundação da Casa Popular, organismo destinado a enfrentar, em seus múltiplos aspectos, esse problema, bem como os correlatos, de ordem técnica, econômica, financeira e social. Entregue às tarefas de organização, nos primeiros meses de seu funcionamento, deverá a Fundação dar início, no ano corrente de 1947, ao seu programa de empreendimentos.

Não é demais salientar, no entanto, que, para a solução do problema da moradia popular, é indispensável a coordenação de todas as providências, tencionando o Governo levar adiante esse empreendimento, tanto as da alçada governamental, como as decorrentes das iniciativas particulares, as quais, bem orientadas e ajudadas naquilo em que sua ação mereça ser coadjuvada, muito poderão concorrer para o alívio da situação presente.

Assistência
à criança, à
maternidade
e à família
de prole nu-
merosa

Problema fundamental para a formação da nacionalidade é o da assistência à criança, cujos contornos administrativos se situam quer no campo da educação, quer no da saúde, quer ainda no da assistência propriamente dita, impondo-se em seus vários aspectos à melhor atenção governamental. Dentre estes, sobreleva, sem dúvida, o da alta percentagem da mortalidade infantil em nosso País.

De perto de 2 milhões de crianças que nascem anualmente no Brasil, cerca de 500 mil não chegam a completar um ano de idade. Entre as causas desse deplorável índice, algumas estão ligadas a problemas de organização social somente removíveis a longo prazo. Outras, entretanto, são mais suscetíveis de se deixar influenciar por uma política de resultados imediatos, como as que se prendem à melhoria de condições sanitárias, à prestação de assistência pré e pós-natal, à educação, maternal e à assistência alimentar. Propõe-

se, por isso, o Governo, valendo-se da dotação que lhe foi concedida para o corrente exercício, e articulando as organizações públicas com outras semipúblicas ou particulares, inclusive a Legião Brasileira de Assistência, dar execução ao plano de assistência traçado pelos órgãos federais competentes.

E essas providências serão extensivas à infância desvalida e infratora das leis penais, cujo amparo direto cabe à Nação, e que, em sua massa, representa, por si só, um dos mais graves problemas com que se defronta o Governo na proteção aos menores.

De outra parte, há que ampliar a ação benéfica, mas limitada, do abono familiar, que entre nós tem sua concessão circunscrita à família de oito ou mais filhos ou dependentes, menores de 18 anos ou inválidos. Esse número se apresenta demasiadamente elevado, fazendo-se mister reduzi-lo, de modo que a assistência pecuniária direta às famílias numerosas, — umas das formas mais eficientes de amparo universalmente reconhecidas, — possa tomar cunho social mais amplo.

No tocante à legislação do trabalho, é evidente a necessidade de melhor adaptá-la à extensão do nosso território e à variedade de usos locais. Se bem inspirada foi essa legislação, buscando amparar o trabalhador e assisti-lo em suas relações de emprêgo, sua obra precisa completar-se, sob outros aspectos fundamentais, para harmonizar as medidas de proteção vigentes com os interesses superiores da coletividade e a necessidade de acelerar o ritmo da produção nacional.

Trabalho

É indispensável empreender verdadeira campanha para demonstrar que a prosperidade nacional somente pode derivar de um trabalho contínuo e intenso, e que tanto empregadores como empregados devem envidar o máximo de esforços para que a produção brasileira alcance um grau que atenda aos reclamos do consumo interno e às necessidades da exportação. E não é, apenas, em quantidade que há de melhorar, mas também em qualidade, de forma que nossos produtos não sofram, na competição internacional, as desvantagens de sua irregularidade ou mau acabamento.

Devem ser assinaladas as dificuldades sofridas, em 1946, nas relações de trabalho, tanto as oriundas de interferências ideológicas, que procuram ganhar expansão em nosso meio, valendo-se da sindicalização como recurso propício a manobras de agitação,

como as decorrentes das incertezas de conceitos básicos da legislação trabalhista, conceitos que devem ser revistos e mais precisamente definidos ante o novo texto constitucional.

Sindicalização

A ação preponderante que as atividades sindicais exercem nas relações de trabalho e na boa ordem social determinaram a adoção de várias providências de natureza legislativa, por parte do Governo, no curso do ano de 1946, e tendentes a assegurar práticas mais democráticas na constituição das administrações sindicais, bem como a efetividade do imperativo de alheamento das associações profissionais à política partidária. Essas medidas, consubstanciadas nos decretos-leis ns. 9.502 e 9.675, respectivamente de 23 de julho e 29 de agosto de 1946, permitirão que as eleições sindicais se processem livres de manobras de minorias ativas que dantes teriam oportunidade de assenhorear-se da direção dessas entidades. Sem embargo, porém, dessas providências já tomadas, caberá ao Poder Legislativo definir conceitos hoje suscetíveis de controvérsia em matéria sindical, em face do novo texto constitucional, convindo, porém, que não seja perdida de vista na legislação que foi adotada, essa necessidade imperiosa do alheamento a partidos ou facções, sem o que as associações profissionais perderão seu caráter de órgãos defensores dos interesses das classes representadas e passarão a ser simples instrumentos de paixões ou interesses políticos, com grave perigo para a paz social.

Também será de vantagem rever a legislação referente ao imposto sindical, pois as receitas decorrentes da arrecadação desse imposto devem ser empregadas, de preferência, para atender aos interesses inquestionáveis da massa trabalhadora, sobressaindo os de educação e assistência.

Novas diretrizes constitucionais

Outros pronunciamentos legislativos terão de ser levados adiante na regulamentação de normas que, somente em lei ordinária, encontrarão forma exequível. Assim, no que concerne ao conceito e extensão do direito de greve em face das limitações impostas pelo bem público, à participação dos trabalhadores nos lucros das empresas e à remuneração dominical —, sendo de notar que nestes dois últimos aspectos convirá atender, em sua fixação, às necessidades indeclináveis do estímulo à assiduidade e à produtividade.

Quanto ao salário, impõe-se, tal como em outros aspectos trabalhistas, uma revisão das leis existentes sobre o assunto, uma vez que a Constituição Federal deslocou do terreno individual para o campo familiar a fixação do salário mínimo. Urge o estudo da composição familiar dos trabalhadores, de forma que possam ser calculados de novo os níveis de salários vigentes. Será, sem dúvida, esforço oneroso, embora já esteja o órgão federal competente cuidando de empreender essa nova tarefa, a fim de coligir os subsídios estatísticos indispensáveis ao pronunciamento legislativo.

É necessário, porém, que a legislação evite a possibilidade de vir esse novo conceito de salário mínimo criar embaraços ao emprego dos trabalhadores de família numerosa.

No ano de 1946 e em obediência aos postulados da Constituição, foi dada nova estrutura à Justiça do Trabalho, a fim de integrá-la no Poder Judiciário. Esse órgão passou, por isso, a funcionar com inteira e completa autonomia, relacionando-se, apenas, com o Ministério correspondente através da Procuradoria da Justiça do Trabalho. Contudo, e tendo em vista a ação resultante dos pronunciamentos desse organismo na fixação de salários, e a influência dessas medidas no custo da vida, recomendou o Governo aos órgãos especializados daquele Ministério que fornecessem a essa Procuradoria os dados necessários a uma apreciação segura dos níveis de vida que prevalecem entre nós e das relações entre esses índices e a fixação dos salários.

Justiça do
Trabalho

Manteve o nosso País sua filiação à Organização Internacional do Trabalho, da qual é membro fundador. Aos delegados e técnicos brasileiros, governamentais, patronais e operários, que tomaram parte nos trabalhos dessa Organização, tem sido possível seguir os progressos verificados no campo social e observar seus efeitos nos demais países.

Organização
Internacional
do Trabalho

Correlatos com os problemas do trabalho e fatores de máxima importância na estrutura social do País e na própria formação de sua nacionalidade, apresentam-se os problemas de colonização e imigração.

Colonização
e imigração.

Salientamos de início as necessidades de povoamento de nosso território. Não basta, porém, formar populações. É indispensável

fixá-las e assisti-las convenientemente nas tarefas árduas do desbravamento e das primeiras ocupações, ou da radicação em áreas antes povoadas e hoje desertas.

Migrações
internas

Outro aspecto digno de consideração é o dos trabalhadores nacionais que, com suas famílias, se transferem, em migrações periódicas, de umas para outras partes do território nacional, especialmente, em períodos de safra. A esses trabalhadores, e a seus dependentes, pretende o Governo emprestar mais detida assistência, amparando-os no curso de seus deslocamentos, na obtenção de colocação, na execução de seus contratos de trabalho e em seu retorno às regiões de origem.

Imigração

A solução das questões imigratórias trará consigo, correlatamente, a de dois problemas de largo alcance imediato. Antes de tudo, o recebimento de boas correntes de imigrantes viria concorrer para o povoamento de nosso solo, e a utilização de áreas desabitadas ou improdutivas. Além disso, seria atendida a premente necessidade de prover-se o País de mão-de-obra, cuja falta pesa de modo acentuado na economia de determinadas regiões. Consciente dessa situação, o Governo decidiu levar a cabo uma série de providências no sentido de estimular a vinda de apreciáveis correntes humanas, condicionadas aos nossos interesses econômicos, sociais, políticos e étnicos.

Providências

Essas providências visam às duas modalidades da imigração: a espontânea e a dirigida. A fim de prevenir a entrada de elementos que, por suas condições físicas, profissionais e étnicas, não se coadunam com os nossos interesses, foi há pouco aperfeiçoada a legislação sobre concessão de vistos, para coibir a entrada de estrangeiros que não satisfaçam àquelas condições.

Quanto à imigração dirigida, o Governo tomou dois grupos de medidas: um que se refere à vinda de deslocados de guerra, e outro que diz respeito ao recebimento de correntes imigratórias de países europeus, cuja composição racial e social se ajuste às nossas características nacionais. Com relação à vinda de refugiados de guerra, o Governo brasileiro, como membro do Comité Intergovernamental de Refugiados, já expediu instruções a seu representante no aludido órgão, no sentido de concluir acôrdo para

a vinda de refugiados de guerra, mediante a seleção dos imigrantes segundo as nossas próprias normas e conveniências, as quais, além de serem as decorrentes dos nossos interesses sociais, econômicos, políticos e étnicos, incluem também a obrigação de a seleção só ser feita entre agricultores, técnicos e operários especializados.

As despesas para o transporte destes grupos, cuja seleção será feita por comissões brasileiras que já se encontram na Europa, está a cargo do Comité Intergovernamental de Refugiados, o qual contribuirá com recursos para a ampliação, no território nacional, das instalações para recepção, alojamento e fixação dos refugiados na indústria e na agricultura. Calcula-se que o número desses refugiados alcance neste ano a 60 mil, tudo dependendo, no entanto, da nossa capacidade de colocação desses imigrantes, os quais, de preferência, segundo as instruções, devem vir acompanhados de suas famílias, compostas do cônjuge e parentes consanguíneos. Quanto à imigração dirigida dos países emigrantistas, habituais fornecedores de imigrantes ao Brasil, o Governo brasileiro já expediu instruções para a conclusão de acordos com aqueles países a fim de acelerar a vinda de imigrantes cuja seleção está subordinada ao mesmo critério estabelecido para os refugiados de guerra. Cabe esclarecer que só serão admitidos à seleção os imigrantes que representem mão-de-obra apreciável na produção, excluídos os que se dediquem a atividades que não se podem considerar de utilidade para a economia nacional.

Para complemento dessas providências é de encarecer ao Congresso a necessidade de ser apressada a elaboração da lei, de que cogita a Constituição, para a unificação dos órgãos administrativos que se ocupam dos diversos aspectos da imigração. Dada a dispersão atual, de que resulta diversificação de esforços e recursos, além de contradições na orientação da política imigratória, é indispensável e urgente o funcionamento de um órgão que conjugue todas as energias no sentido de solucionar, com prontidão e eficiência, o problema da imigração.

Legislação
complementar

Faz-se, igualmente, necessário encarecer a necessidade de votar recursos para ampliação das instalações e meios referentes a seleção, transporte, recepção, hospedagem, encaminhamento e colocação final desta massa de imigrantes, que, doravante, irá aumentar progressivamente.

POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA

Do ponto de vista econômico-financeiro, o característico preponderante da situação geral do País é o forte desequilíbrio, traduzido nos fenômenos de inflação, entre a massa dos produtos de consumo, imediato ou durável, entregue aos mercados internos, e os meios de pagamento. Seus fatais reflexos, hoje infelizmente mais que patentes, na alta dos preços, no fomento à especulação, na instabilidade dos negócios e em tantos outros sintomas de desordem, apesar de conhecidos, não foram desviados em tempo oportuno.

Ao ter início o atual Governo, esse desequilíbrio se vinha perigosamente acentuando, em progressão tal que o índice respectivo havia dobrado em um quadriênio.

Urgia, portanto, combatê-lo. Para isso, postas de lado as medidas de deflação geral, de conseqüências quase sempre funestas, máxime em se tratando de país com estrutura econômica do tipo da nossa, impunha-se adotar providências deflacionárias de caráter direto e indireto. Obviamente, estavam indicadas, para imediata prescrição, medidas de duas espécies: umas, de natureza financeira, para estancar a corrente emissiva avolumadora do meio circulante; outras, de natureza econômica, com o objetivo de aumentar a produção interna e, subsidiariamente, a importação dos artigos de maior carência.

Quanto às primeiras, é de notar que a considerável expansão do meio circulante, verificada de 1941 para cá, apresentou três fases: uma, até fins de 1943, em que o acréscimo de meios de pagamento decorreu precipuamente de causas externas, ou seja, da aquisição dos excedentes de letras de exportação para manter as taxas cambiais e, conseqüentemente, a estabilidade internacional da moeda; a seguinte, de transição, durante o ano de 1944, que foi, praticamente, de equilíbrio entre as causas externas e

internas; a terceira, a partir de 1945, na qual predominaram estas últimas causas, representadas pelos vultosos *deficits* financeiros dos orçamentos federais, abstração feita do ligeiro reponte de cambiais de exportação, ocorrido em certo período do ano passado.

A natural satisfação, progressivamente crescente, da demanda de importações para cobrir as necessidades acumuladas durante o período da Guerra Mundial, restabelecendo a correspondência entre as cambiais de importação e exportação e evitando as emissões para a compra destas últimas, já seria capaz de melhorar, em muito, a posição interna da moeda. O equilíbrio da balança internacional de pagamentos não bastaria para regularizar a situação do meio circulante. Tornar-se-ia indispensável, outrossim, o equilíbrio da gestão financeira do Governo Federal, pela compressão das despesas públicas, a par do aumento das receitas do Tesouro, de acôrdo com uma revisão justa e racional de nosso sistema tributário.

Já no tocante às providências que visam ao incremento da produção, o problema não se apresenta tão simples, pois a análise dos mercados de trabalho, a de utilização dos transportes e energia e, mesmo, a consideração dos fatos mais comuns da vida cotidiana, revelam, por tôda a parte, sinais de emprêgo, praticamente total, dos atuais meios de produção, situação para que muito contribuíram: a suspensão da imigração por largo período e a restrição ao mínimo da importação de máquinas, equipamentos e combustíveis.

Por outro lado, o aumento da procura de mercadorias e de serviços, determinado pelo acréscimo incessante dos meios de pagamento, vem, nos últimos anos, provocando um emprêgo antieconômico dos nossos fatores de produção, facilitado, ainda mais, por uma política de crédito, indiscriminada e multiplicada. É um movimento de efeitos cumulativos, porque, à medida que cresce a procura em desproporção com o suprimento dos mercados, aceleram-se as dificuldades da produção pelo encarecimento da mão-de-obra, das matérias-primas e dos transportes, pela generalização dos desperdícios, pelo desenvolvimento da especulação, reduzindo, de maneira progressiva, a margem de expansão da produção.

Nessas condições, insistir, sem uma política seletiva previamente estabelecida, no aumento geral das atividades é criar maiores embaraços à produção e, conseqüentemente, forçar ainda mais a alta dos preços; cumpre, portanto, hierarquizar o dispêndio dos esforços do País, com o fito de obter, dentro em breve, a melhoria

econômica da produção. A iniciativa dessa política cabe ao Governo, que deve intensificar, direta ou indiretamente, os empreendimentos que visem à entrega dos produtos mais reclamados pelos consumidores, bem como suprimir, temporariamente, os desenvolvimentos, iniciais ou adicionais, de atividades que concorram para dificultar a produção e circulação daqueles produtos em escassez.

Das considerações expendidas decorre para o Governo o dever de adotar, sem maiores demoras, duas diretrizes básicas complementares: ampliar as disponibilidades de meios de produção e distribuição, e utilizar os existentes do modo mais completo e econômico, mediante o estabelecimento de precedências de determinados empreendimentos sobre outros.

No tocante ao aumento de tais meios de produção e circulação, é óbvia a premente necessidade de várias providências primordiais. Assim, quanto à mão-de-obra, impõe-se: externamente, recorrer à imigração, de oportunidade excepcional no momento; internamente, incentivar o ensino técnico e evitar a evasão dos trabalhadores agrícolas. Por outro lado, quanto aos recursos materiais, cabe explorar, ao máximo, nossas fontes de energia, em especial as consideráveis reservas de potencial hidráulico, com seu aproveitamento em planos de eletrificação, gerais e racionais; utilizar as disponibilidades cambiais, ora congeladas nos Estados Unidos e na Inglaterra, para a aquisição de máquinas e equipamentos necessários à lavoura e à indústria: favorecer, subsidiariamente, o surto de certas indústrias de bens de produção, como a de máquinas agrícolas pela Fábrica Nacional de Motores. Completando o quadro exposto e para maior eficiência na utilização dos meios de produção, cumpriria mencionar várias providências, como o melhoramento ou recuperação de certas regiões do País; a conservação dos produtos perecíveis ou atacáveis; a racionalização do trabalho, quer pelo aumento de rendimento individual, quer pela melhoria dos processos de exploração agrícola ou industrial: a criação de um sistema bancário correspondente a uma política sistemática de crédito seletivo.

Quanto ao emprêgo apropriado dos meios de produção, é de ressaltar a precedência que se deve atribuir, como foi acima assinalado, às obras e serviços relacionados com a entrega imediata de produtos essenciais em escassez nos mercados consumidores internos, — hierarquia a que se devem sujeitar os empreendimentos

públicos e privados. Assim, no ano em curso, as disponibilidades de trabalho e capital devem ser aplicadas, preferentemente, na produção de gêneros alimentícios e no reaparelhamento dos serviços de transporte.

Além das diretrizes gerais de ordem financeira e econômica, destinadas ao combate imediato à inflação — e que podem ser resumidas no equilíbrio orçamentário e no aumento e hierarquização da produção — impõe-se, outrossim, um programa de ação mais dilatada, tendo em vista o fortalecimento progressivo das finanças públicas e da economia nacional, objetivos, aliás, interdependentes.

No tocante ao revigoramento da economia nacional, algumas providências por tomar são de ordem caracteristicamente econômica, como sejam: o equipamento industrial das atividades de base, incluindo energia elétrica, indústrias carbonífera e petrolífera, grande indústria química e mecânica e metalurgia de metais leves; o alargamento do mercado interno, através do aumento de poder aquisitivo das massas rurais; o apoio de nosso comércio exportador em produtos de maior solidez no mercado internacional. Outras providências, porém, são de natureza econômico-financeira, entre as quais as tendentes a assegurar uma balança internacional de pagamentos favorável aos nossos interesses, a propiciar a acumulação de capital nacional, a organizar um sistema adequado de crédito nacional, a dificultar ou impedir as operações de caráter especulativo dos capitais volantes e a encaminhar o capital estrangeiro para algumas atividades produtivas e empreendimentos econômicos de interesse nacional.

Por outro lado, no que diz respeito ao fortalecimento das finanças públicas, afora a influência favorável indireta que decorreria da expansão e estabilidade da economia nacional, providências várias seriam necessárias no campo financeiro, avultando a revisão do sistema tributário em um sentido técnico, a criação de mercado interno para os títulos públicos e a existência de um Banco Central regulador da moeda e do crédito.

Fixada a orientação geral econômico-financeira do Governo, resta passar em revista, sucessivamente, os principais problemas específicos dos campos abrangidos, iniciando pelos relativos aos gêneros alimentícios e transportes, aos quais, em face da situação presente, foi atribuída absoluta prioridade.

O Governo encontrou o País, em fevereiro de 1946, a braços com uma crise de abastecimento sem precedentes na nossa história. Mais grave do que a falta de produção vegetal era a da produção animal.

Gêneros alimentícios

De acôrdo com o recenseamento de 1940, o rebanho bovino nacional era constituído de pouco mais de 34 milhões de cabeças, valor insignificante, não só em relação ao nosso território, mas também às exigências de consumo de nossa população.

Carne

O abastecimento nacional de carne de há muito se vem resentindo do decréscimo da produção bovina, agravado pela grande distância entre os centros produtores e os mercados consumidores, o que obriga o gado a fazer longas viagens, com prejuízo do pêso, e a conseqüente necessidade de engorda em invernadas, que o imobilizam por largo período.

Essa situação tende a agravar-se ainda mais, se não houver possibilidade de prover a indústria nacional de carnes de matadouros frigoríficos modernos, localizados na periferia das zonas produtoras, bem como de transporte adequado e de instalações de grandes câmaras frigoríficas nos principais centros consumidores. É, pois, imprescindível um sistema nacional de produção e abastecimento que permita transportar a longas distâncias as carnes em vez do gado em pé, o que redundará no melhor aproveitamento da capacidade de carga e, conseqüentemente, numa redução do custo de transporte.

Considerando a necessidade de resolver o problema de abastecimento de carne ao mercado interno, principalmente aos centros de maior consumo, tomou o Governo uma série de providências de emergência.

Em linhas gerais, o programa do Governo é: elaborar o plano de produção, industrialização, transporte e comércio de gado, carnes e derivados, adaptável às diversas regiões do País; regular a matança, de modo que esta se intensifique na época do gado gordo e seja restringida ou suspensa na do gado magro; estabelecer cotas de matanças de gado bovino destinadas às charqueadas; entrar em entendimentos com as autoridades estaduais, territoriais ou municipais, que visem à montagem de armazéns frigoríficos nos centros consumidores.

Quanto às providências de emergência adotadas, cumpre salientar a expedição de atos de várias naturezas: dando poderes aos

órgãos públicos para elaborar o plano de abastecimento de carnes; regulando o abastecimento de carne no segundo semestre de cada ano; proibindo a exportação de gado de corte e suínos, bem como os respectivos produtos e subprodutos destinados à alimentação, excetuado apenas o gado abatido no Rio Grande do Sul, até o limite de 350 mil cabeças. Ainda nesse programa incluem-se providências tendentes ao rigoroso cumprimento dos atos que fixaram os esquemas de distribuição de carne; à melhoria e aceleração dos meios de transporte do gado vivo destinado aos estabelecimentos industriais e da carne remetida para os centros urbanos; e à obtenção da cooperação dos estabelecimentos industriais para estocagem de carne.

Quanto à instalação de uma rede de armazéns frigoríficos, de que depende precipuamente a solução do problema, será encaminhado ao Congresso Nacional um projeto de lei pela qual se concedam favores às pessoas físicas e jurídicas que construírem esses estabelecimentos.

Paralelamente a essas providências de caráter restritivo, indispensáveis ao reerguimento da nossa pecuária, tem o Governo cuidado da obtenção de elementos apropriados a levantar o tipo do nosso gado, melhorando-o no rendimento de suas carcaças. Além da importação de reprodutores puros, no valor de 5 milhões e 500 mil cruzeiros, à conta das dotações orçamentárias normais, foi aberto o crédito especial de 10 milhões de cruzeiros para a aquisição de reprodutores no País e no estrangeiro, a fim de revendê-los, ao preço do custo e em prestações, aos criadores brasileiros.

Outra preocupação do Governo é a melhoria de nossas pastagens. Com esse objetivo se vem procurando produzir, nos estabelecimentos oficiais, plantas forrageiras de alto valor nutritivo, para uma distribuição intensiva de sementes entre os criadores.

Em 1946, um surto violento de peste suína determinou a adoção de providências enérgicas, tendo sido aberto um crédito de 1 milhão de cruzeiros para atender às despesas com o seu combate. Nesse sentido, salienta-se o acórdão entre o Governo Federal e os dos Estados do Paraná, São Paulo e Minas Gerais, a fim de construir uma verdadeira brigada para o combate à epizootia, cuja ação apresentou resultados bastante satisfatórios.

Completando essas providências, forneceram-se recursos aos postos de desinfecção de vagões e assim cerca de 50 mil desinfecções em carros, para o transporte de animais, foram realizadas.

Têm-se incentivado os estudos e pesquisas em torno da biologia e da fisiologia normal e patológica dos animais, para que a ação governamental no setor da pecuária seja cimentada em sólidas bases científicas.

No Rio Grande do Sul, amplo trabalho foi realizado para a inseminação artificial de ovinos. Trabalhos dessa ordem serão ampliados e incentivados, bem como estendidos aos bovinos, dada a sua repercussão no aumento e melhoria do rebanho nacional.

Complementando as fontes básicas de gêneros alimentícios de origem animal, há o problema da pesca, cujo tratamento tem sido desenvolvido, em grande parte, por forma empírica, particularmente no que concerne à pesca marítima. Cumpre, pois, associar a ação dos órgãos oficiais e privados, e suplementá-los, até que se obtenha racionalização integral, desde os estudos hidrográficos e biológicos até a execução própria da pesca, a distribuição posterior do pescado e o estabelecimento de indústrias de produtos derivados.

Pesca

Quanto à produção vegetal, foi dado estímulo à produção de gêneros alimentícios através da garantia de financiamento, na base de preços mínimos, para os produtos principais, o que foi legalmente assegurado, por meio do chamado "plano de emergência".

Cereais

Não bastará, entretanto, tomar medidas para o fomento da produção; será ainda necessário, para evitar que se dê o melhor aproveitamento desta ou se evite a sua destruição, recorrer a instalações — tais como armazéns, estações de beneficiamento, silos e câmaras de expurgo —, destinadas a regular a distribuição de produtos e a preservá-los ou expurgá-los de agentes destruidores.

Para realizar tal programa de intensificação e defesa da produção de gêneros alimentícios, o Governo provavelmente ver-se-á forçado a solicitar verbas suplementares. Ao concedê-las, entretanto, o Congresso poderá fazê-lo sem aumento de despesas, porquanto, dentro do plano traçado pelo Governo para o ano de 1947, as verbas já autorizadas, mas não destinadas à intensificação imediata da produção de gêneros alimentícios, nem sempre serão utilizadas integralmente.

Particularizando em relação ao trigo, a escassez da respectiva farinha confirma a necessidade de um fomento racional e intensivo da triticultura. Parte substancial do crédito destinado à execução do plano de emergência para o fomento da produção está

sendo utilizada na aquisição de 10 mil sacas de sementes de trigo das variedades mais apropriadas às regiões do sul do País, correndo pelas verbas orçamentárias normais a compra de sementes para outras zonas do território nacional.

O plano de fomento da triticultura recebeu a cooperação financeira dos moageiros, num total de 3 milhões de cruzeiros, para o contrato de técnicos de capacidade comprovada na experimentação e cultivo daquele cereal. Auxílios financeiros de vulto estão sendo concedidos pelo Governo para grandes empreendimentos tritícios, assegurando-se, outrossim, pelo plano de financiamento e pelos moageiros, preços mínimos compensadores para as safras de 1947 e 1948.

Ainda como complemento indispensável às providências adotadas para o fomento da produção de trigo, cogita o Governo da construção de uma rede nacional de armazéns e silos e do equipamento das estradas de ferro nas regiões tritícolas. Retomando o plano já oficialmente adotado, foi recomposta a Comissão Especial prevista para a sua execução, cujo financiamento está assegurado por intermédio do Banco do Brasil.

Reforma
agrária

Um primeiro aspecto da questão agrária foi-nos fornecido pelo último censo, através do qual se verificou o alto índice de concentração da propriedade rural no Brasil.

Esse aspecto primeiro da estrutura social agrícola traduz a evolução histórica do sistema de utilização da terra adotado na colonização do Brasil, do qual decorre a situação de milhões de brasileiros das zonas rurais submetidos a um processo secular de atrofiamento de suas capacidades físicas e intelectuais, vegetando sem estímulo, sem saúde, sem instrução e morando em terras alheias, cujo valor especulativo as coloca inteiramente fora de possibilidades de aquisição.

Por outro lado, a alta concentração da propriedade agrícola explica, outrossim, o baixo salário do trabalhador rural, a má utilização da terra no Brasil, o atraso da mecanização agrícola, o espantoso desperdício das energias humanas, a não-fixação do

homem à terra, a mesquinhez do nosso mercado interno, o deslocamento demográfico para as cidades, a diminuta densidade de tráfego das nossas estradas de ferro e a impressionante degradação dos solos agrícolas.

As linhas fundamentais dessa reforma agrária estão expressas na Constituição Federal e podem ser realizadas através das providências que se seguem: facilidades de utilização de áreas suficientes para a lavoura ou criação, e habitação higiênica àqueles que desejem dedicar-se às atividades rurais, de forma a fixar à terra o homem do campo, mediante um programa de colonização racional; vigência ao preceito constitucional que erige o trabalho em dever social, aplicando-o no aproveitamento econômico do solo, que não deve ser deixado sem cultivo; revisão da legislação sobre arrendamento de terras, de modo a serem dadas amplas garantias ao arrendatário para a venda e colocação dos produtos do seu trabalho; transformação da contribuição de melhoria mediante adequada regulamentação, num instrumento eficaz para o financiamento de obras públicas de vulto, que visem à recuperação e utilização de terras inaproveitadas por motivo de secas, inundações, endemias, etc.; transformação da tributação territorial num instrumento eficaz para a utilização racional das terras e para combater a concentração da propriedade rural; estabelecimento em bases sólidas do crédito agrícola especializado para o financiamento, a juros módicos, da pequena exploração agrícola e pecuária; encorajamento e estímulo à instalação de cooperativas de agricultores e criadores.

Sem prejuízo de cuidadosos estudos que deverão servir de base a mais profunda reestruturação da economia agrária, de acôrdo, aliás, com o preceituado pela Constituição, está o Governo elaborando o "Código Rural" — de longa data reclamado — e no qual será dado tratamento jurídico adequado à trama de relações que se estabelecem no campo. O anteprojeto, já terminado, está sendo revisto para ser oportunamente submetido ao Congresso Nacional.

Código
rural

Elemento de mais alta relevância para a economia rural do País, terá o Código de atender às peculiaridades regionais, usos, costumes e tradições do meio rural. É necessário, ainda, dar-lhe feição progressista, dentro da diretriz do parcelamento das grandes glebas inaproveitadas ou devolutas, em propriedades passíveis de exploração lucrativa.

Reconhece o Governo, no entanto, que não é bastante dividir as grandes glebas inproveitadas. Urge também reerguer e valorizar o trabalhador nacional, mediante instalação de Colônias Agrícolas, tendo em vista a fixação do homem à terra, pela venda a trabalhadores rurais brasileiros, a longo prazo, de lotes cujo aproveitamento será feito mediante assistência e orientação técnicas. Tais trabalhos foram intensificados em 1946 à conta de créditos no valor de 16 milhões e 500 mil cruzeiros, concedidos para esse fim. Nelas já se encontram localizadas 5.197 famílias, com um total de 25.735 pessoas. Serão acelerados os trabalhos de loteamento, abertura de estradas e construção de casas nessas colônias, cujo programa prevê uma absorção de 80 mil famílias com um total de 400 mil pessoas. É pensamento do Governo instalar, nas Colônias Agrícolas, indústrias rurais, para serem exploradas pelos próprios colonos, em moldes cooperativistas.

Especial atenção vem sendo dedicada ao problema de colonização da Baixada Fluminense, para o conveniente aproveitamento da grande extensão de terra recuperada pelas obras de saneamento. Para a ampliação dos Núcleos Coloniais nela situados, foi solicitado ao Congresso Nacional o crédito especial de 3 milhões de cruzeiros, destinado ao pagamento de desapropriações e indenizações de benfeitorias das terras necessárias.

Ainda com relação à colonização da Baixada Fluminense, foi elaborado um plano de longa duração, abrangendo uma área de 720 mil hectares, que totalizará 60 mil lotes capazes de absorver 300 mil pessoas. A execução desse plano, que exigirá grande inversão de recursos, será um dos fatores mais eficientes para a solução do problema do abastecimento do Distrito Federal. Posteriormente, será recuperada a despesa, mediante venda de lotes.

Torna-se necessário, porém, aprovar uma legislação especial que permita ao Governo a prévia e rápida desapropriação, para fins de colonização das terras em que sejam invertidos recursos na realização de grandes obras de saneamento, irrigação e recuperação.

Outra preocupação do Governo é levar assistência direta aos agricultores, colocando ao seu alcance os benefícios com que a administração pública lhes tem acenado à distância. Essa assistência direta, iniciada com a transferência do maior número possível de técnicos para o interior, culminará com a instalação de postos agropecuários. Aliás, na Conferência dos Secretários de Agricultura, realizada nesta Capital, em novembro do ano findo,

foram estabelecidas as bases indispensáveis para estreita cooperação entre a União e os Estados, no sentido de conjugar esforços e recursos para a prestação de assistência efetiva e orientação adequada aos produtores.

Atendendo a que o problema da mão-de-obra agrícola reclama providências urgentes capazes de contrabalançar o êxodo rural, empenha-se o Governo em intensificar a mecanização, multiplicando o rendimento do trabalho individual, o que compensará o afluxo da população do campo para a cidade e o desvio dos braços da lavoura. Dentro desse propósito, deu o Governo início a um programa, pelo qual foram adquiridos nos Estados-Unidos, através da Carteira de Importação e Exportação do Banco do Brasil, mais de 40 milhões de cruzeiros, de tratores e máquinas agrícolas. A quinta parte desse total será utilizada para a formação de conjuntos motorizados destinados à serventia de pequenos proprietários e sitiantes, para cujo pagamento foi aberto o necessário crédito especial, sendo as máquinas restantes revendidas a agricultores pelo preço do custo.

Mecanização

Além disso, em face da grande procura de tratores no mercado interno, cogita o Governo de fundar, no Brasil, a indústria de tratores e máquinas agrícolas, já tendo sido concedidos pelo Congresso os recursos orçamentários iniciais para esse fim.

Preparando o homem rural brasileiro para uma transformação nos seus métodos tradicionais de trabalho, promove o Governo a instalação de 80 centros de treinamento, com os cursos de trabalhadores agrícolas, tratoristas, mecânico agrícola, enfermagem veterinária e economia rural doméstica.

Ainda dentro do programa de incentivo à produção, tem-se o Governo interessado vivamente pelo problema do cooperativismo, convicto, como está, de que nessa modalidade associativa, aplicável tanto aos produtores quanto aos consumidores, reside uma das armas mais eficazes para a redução do número de intermediários entre uns e outros, garantindo-se aos primeiros a remuneração adequada do seu trabalho, e aos segundos um aumento de poder aquisitivo.

Cooperativismo

Sendo elemento fundamental para o progresso e desenvolvimento do cooperativismo a obtenção de crédito fácil e barato para as cooperativas, criou o Governo a Caixa de Crédito Coope-

rativo, com a finalidade de solucionar o problema do financiamento das cooperativas.

Para aumento das disponibilidades daquela Caixa e conseqüente ampliação de suas operações, foi solicitado e obtido do Congresso Nacional um crédito especial de 50 milhões de cruzeiros. Trata-se de uma despesa de caráter nitidamente reprodutivo e que, por força de lei, reverterá ao Tesouro Nacional, visto ter êste assegurado sua participação nos lucros da Caixa, até o pagamento final da totalidade da importância concedida para a formação do seu capital.

Tem verificado o Governo a necessidade de uma reforma na legislação sobre cooperativas, merecendo especial amparo as cooperativas de consumo, as de crédito, as de seguro, as de horticultores, as de laticínios e as de colonização.

Açúcar

Passando agora à análise de setores agrícolas específicos, há a registrar, quanto ao açúcar, que, ao ter início o atual Governo, se notava uma tendência para o desequilíbrio entre a produção e o consumo. Era, porém, uma tendência inversa à do desequilíbrio que determinou a criação do órgão fiscalizador dessa indústria, porque não resultava mais da superprodução e sim do aumento de consumo, decorrente, por sua vez, de fatores gerais diversos, como sejam: aumento da população nacional, por crescimento vegetativo e pela afluência de elementos estrangeiros procedentes dos países devastados pela guerra; deslocamento de grandes massas demográficas das zonas rurais para os centros urbanos, tanto por efeito de mobilização das forças armadas como da procura de melhores condições de vida nas indústrias cujo ritmo a guerra veio intensificar; preferência crescente dos consumidores pelos tipos finos de açúcar, entre outros motivos, pela propaganda de suas qualidades.

Embora a produção das usinas viesse subindo de safra em safra, a taxa de seu crescimento não acompanhou a do consumo, circunstância que era agravada pelas irregularidades de distribuição, derivadas da deficiência de transporte.

Várias providências haviam sido adotadas em 1945 para intensificar as atividades das fábricas e dos campos, mas os seus resultados, pela própria natureza da economia canavieira, só poderiam aparecer mais tarde. Essas providências foram reforçadas no ano findo pelo Governo, que, através de decreto-lei, promoveu o aumento das cotas de produção de açúcar de usina, com o apro-

veitamento mais amplo das possibilidades agrícolas e industriais do parque açucareiro do País.

Com isso, já em 1946, a produção de usina alcançou cerca de 18 milhões de sacos, nunca atingida até então e que representa um aumento de 2 milhões e 700 mil sacos, aproximadamente, sobre a do ano anterior.

Como decorrência salutar desse acréscimo da produção açucareira, foi extinto o racionamento do açúcar.

No ano de 1946, o Governo intensificou a assistência financeira à produção de cana, de açúcar e de álcool, tendo sido elevado de 90 milhões para 130 milhões de cruzeiros o crédito contratado pela União com o Banco do Brasil.

A assistência técnica ao produtor e a assistência social ao lavrador constituem as preocupações fundamentais do Governo na política açucareira.

Em complemento ao que já foi realizado, grande esforço terá ainda de ser feito no sentido de racionalizar a lavoura de cana e as indústrias de açúcar e álcool, pois transigências neste particular redundariam na proteção da rotina e da ineficiência à custa do consumidor e do nível de vida do trabalhador rural. A situação deste último deverá ser doravante um dos pontos de permanente atenção da política açucareira governamental.

Pelo ato legal que autorizou a ampliação das cotas de produção de açúcar, ficaram os produtores obrigados a aplicar em serviços de assistência médico-farmacêutica a importância mínima de 2 cruzeiros por saco de açúcar, o que fornece uma disponibilidade anual da ordem de 36 milhões de cruzeiros para os fins de assistência. Os estudos iniciados prevêm um ambulatório em cada usina, hospitais regionais, maternidades e um hospital central nas capitais dos Estados açucareiros para casos graves e de alta cirurgia.

A indústria do álcool, criada como solução complementar do problema açucareiro, para o aproveitamento dos excessos de matéria-prima na época de superprodução, acabou por se firmar definitivamente, constituindo novo ramo da economia canavieira.

Alcool

A capacidade de produção diária das 241 destilarias existentes no País é de 1 milhão e 709 mil litros, sendo que a das 67 de álcool anidro se cifra em 936 mil litros e a das 174 de álcool hi-

dratado em 773 mil litros. Esses dados situam o Brasil entre os países de maior parque alcooleiro.

Cumpra ter em vista que a política do álcool carburante, embora deva ser encorajada, não visa propriamente a criar um competidor para a gasolina. Sua função, a exemplo do que ocorre em vários outros países, é antes a de suplementar o abastecimento de carburantes, de forma a manter-nos aparelhados para atravessar os períodos críticos, bem como para permitir economia de cambiais.

Sal

Quanto ao suprimento de sal, tão prejudicado nos últimos anos pelas dificuldades de transporte, pôde ser normalizado no decorrer de 1946.

A deficiência, porém, em matéria de armazéns, nos principais centros distribuidores e redistribuidores de sal, a par de embarcações que façam o serviço de pequena cabotagem, transportando-o para os pequenos portos distribuidores, constituem os mais graves problemas com os quais ainda se defronta o comércio de sal. Eis porque julga o Governo indispensável a instalação desses armazéns, pretendendo estender a esse setor a concessão dos favores facultados para a construção de silos destinados a cereais. Outra providência de que cogita, também, o Governo, é adquirir uma pequena frota de embarcações de 200 a 300 toneladas para transporte de sal aos portos não freqüentados regularmente pelos navios de cabotagem.

Transporte
Situação
geral

Passemos agora a examinar o problema dos transportes, um daqueles cujo ataque se impõe com mais intensidade, num programa de providências econômicas de combate à inflação.

Assim, sob aceitação generalizada, os órgãos governamentais dele incumbidos trataram de elaborar planos para atender a alguns dos seus setores básicos, como sejam, o ferroviário, o rodoviário e o portuário. Alguns desses planos orientaram-se em um sentido de expansão, correção e coordenação de traçados, outros no de reaparelhamento técnico, outros ainda no propiciamento de meios financeiros para novos investimentos ou para a renovação dos equipamentos existentes. Infelizmente, porém, o aspecto econômico nem sempre foi considerado como era devido. Daí o se ter pretendido, em geral, uma melhoria da qualidade e quantidade de serviço, à custa de aumentos de tarifa ou de recursos provindos dos cofres públicos, sem que se procurasse incentivar o ambiente econômico, no sentido de desenvolver a riqueza que viria compensar

gastos feitos e, quiçá, tornar os empreendimentos autofinanciáveis. Exemplificando, o plano de reaparelhamento ferroviário, tècnica-mente elaborado, não teve o seu complemento em um plano de desenvolvimento econômico das zonas servidas pelas estradas de ferro, providência particularmente indispensável nos casos de linhas deficitárias em consequência de sua baixa densidade de tráfego.

Assim, duas séries de providências impõem-se: a primeira, tendente ao reaparelhamento e reorganização de nossos sistemas de transporte; outra, que objective sua consolidação econômica, a fim de tornar desnecessários os acréscimos freqüentes de tarifas ou os auxílios periódicos dos cofres públicos, a expensas, em última análise, dos clientes ou dos contribuintes.

O primeiro grupo, de efetivação mais premente, é de particular interesse onde a movimentação das mercadorias dos centros de produção para os de consumo encontra sérios embaraços, com penosos reflexos para o abastecimento das populações urbanas.

Tal situação, aliás, acha-se generalizada em nosso País, em virtude das condições técnicas acanhadas com que foram estabelecidos certos traçados; da falta de renovação do material rodante e de tração das ferrovias, em parte já obsoleto; da escassez de caminhões; da redução do número de navios mercantes disponíveis; e da capacidade limitada de certos portos.

Empenha-se, por isso, o Governo em corrigir êsses males, para o que, além da revisão dos planos ferroviário, portuário e rodoviário, dando-lhes um sentido econômico e complementando-os do ponto de vista financeiro, promoverá, paralelamente, providências adequadas que produzam resultado dentro do mais breve prazo.

Em vista da situação crítica a que ficamos reduzidos, no setor dos transportes marítimos, em virtude das nossas perdas na guerra, e, ainda, com o intuito de modernizar nossa frota mercante para suportar a concorrência que ora se inicia, viu o Governo coroadas de êxito suas providências para a aquisição de 38 unidades, dotadas dos mais recentes característicos de eficiência para a empresa oficial de navegação, devendo os primeiros navios encomendados chegar pròximamente aos portos nacionais.

Marinha
mercante

No plano de reaparelhamento ferroviário, foram adquiridos, ou estão encomendados, vagões e locomotivas para prover às necessidades mais imediatas das estradas de ferro.

Para um programa a longo prazo, cumpre notar que o transporte ferroviário padece, em nosso País, de dois males fundamentais: baixa velocidade média de trens e fraca densidade de tráfego. Procurará por isso o Governo corrigir as causas precípua da crise do transporte, com a construção de variantes nos trechos de mediocres condições técnicas e a intensificação da produção nas zonas tributárias das linhas férreas.

Entretanto, objetivando a economia de meios de produção, convirá, em complemento, evitar o prosseguimento acelerado de vias que não possam ser utilizadas prontamente, não contribuindo, assim, para a circulação imediata de mercadorias.

O Governo coordenará, ainda, com tôdas as estradas de ferro, o programa de intensificação de aquisição de material rodante no País e no estrangeiro e de melhoramentos das linhas, evitando, porém, neste ano, a intensificação dos trabalhos de extensão das mesmas.

O programa de restauração das estradas de ferro mostra a necessidade da aquisição de 20 mil vagões e mil locomotivas. Já se efetivou em 1946 a importação de algum material e cerca de 3 mil vagões foram encomendados no País. Sendo as necessidades a satisfazer, porém, muito superiores às renovações efetivadas em 1946, justifica-se todo o empenho na aceleração da compra de material para as estradas de ferro.

Passando à situação dos combustíveis ferroviários, cabe assinalar que a mesma, ao invés de melhorar, como se poderia esperar no após-guerra, continua desfavorável, pela diminuição da produção do carvão nacional, encarecimento geral da lenha e poucas probabilidades na importação do carvão estrangeiro. A parcela referente às despesas de combustíveis cresce constantemente nas ferrovias nacionais, subindo à percentagem média de 30% no cômputo do custeio da tonelada-quilômetro útil. Tem sido êste um dos argumentos básicos utilizados pelas direções ferroviárias, quando pleiteiam as majorações de tarifas. Nesse sentido, porém, o argumento máximo é o da majoração extraordinária da mão-de-obra, para deferir as reivindicações do pessoal ferroviário.

Por isso, o Governo Federal foi obrigado, no exercício passado, a atender às várias solicitações de maiores tarifas para equilibrar o custeio ou diminuir o *deficit* das diversas ferrovias do País.

Em 1946 foi encampada, e incorporada ao Patrimônio Nacional, a rede ferroviária, concedida à São Paulo Railway Company,

compreendendo as linhas que vão de Santos a Jundiaí, medida imposta pelos interesses do País e que terá profunda repercussão econômica na zona tributária daquele pórtio.

Como indenização pela encampação, foi paga à Companhia aludida a quantia de Cr\$ 531.104.240,00 em títulos de Dívida Pública, vencendo o juro de 7% ao ano. Essa importância corresponde ao capital da Companhia, reconhecido pelo Governo Federal, e o juro de 7% obedeceu às estipulações do contrato assinado pelo Governo Imperial.

Há sugestões no sentido de ser a rede mencionada entregue a terceiros. O Governo, porém, nenhuma decisão tomou sobre a matéria, não somente porque deseja ter um conhecimento maior das condições e das possibilidades da Estrada, mas, também, porque precisa, primeiramente, liquidar o seu resgate, o que requer algum tempo.

Outra questão sobre o assunto, para a qual se voivem as atenções do Governo, é a que se refere à possibilidade de serem os títulos da Dívida Pública, emitidos para pagamento de encampação, resgatados com "congelados" em libras que o Brasil possui na Inglaterra.

De grande urgência, no campo dos transportes, é, ainda, a ampliação e reaparelhamento de nossos portos. Passando em revista as realizações do ano de 1946, verifica-se que as obras de melhoramento se estenderam pela quase totalidade dos Estados, o mesmo sucedendo com as obras fluviais.

Portos

Vários portos, como os de Santos e Rio de Janeiro, estão com a sua capacidade esgotada, tendo-se tomado providências para dotá-los de aparelhamento mais eficiente, e ainda para aumentar a extensão de cais acostável e a construção de novos armazéns. Outros estão a exigir obras diversas e aparelhamentos que lhes permitam ampliar a capacidade.

Ainda com relação ao problema portuário, cumpre assinalar a questão da dragagem de barras e canais de acesso, cujos serviços, por motivos decorrentes da guerra, ficaram reduzidos a limites muito inferiores aos mínimos exigíveis.

Ainda sobre o problema dos transportes, cumpre aludir à rede de estradas de rodagem, cujo desenvolvimento constitui uma das preocupações do Governo. Durante o ano transato, ordenaram-se

Rodovias

os planos e aparelharam-se os serviços para um trabalho metódico das entidades rodoviárias federal e estaduais. Recursos relativamente consideráveis foram atribuídos ao órgão federal e, como auxílio financeiro, aos órgãos estaduais de Estradas de Rodagem, a fim de ser ampliada a rede rodoviária, e executadas obras de melhoramento da pavimentação das estradas de tráfego mais intenso.

Recursos
para os
planos de
transporte

Quanto aos recursos para atender aos programas de transporte mencionados, o fundamento já existe, em consequência de vários dispositivos legais que estabelecem fontes especiais de receita.

Assim, para as estradas de ferro, foi previsto um acréscimo de 20% nas tarifas, sendo a metade da receita respectiva destinada à renovação de equipamento, e a outra metade a obras novas. O produto dessas taxas adicionais, que está estimado em 600 milhões de cruzeiros, para o ano em curso, se, ao invés de ser aplicado diretamente, o for no serviço de juros e amortização de empréstimos, dará margem a operações financeiras de oito. Restará apenas a expedição de lei que regule a emissão de obrigações, para facilitar e sistematizar a adoção da medida.

Aliás, já algumas ferrovias lançaram mão de operações de crédito com base na arrecadação das referidas taxas, inclusive a Estrada de Ferro Central do Brasil, que as deu como garantia de empréstimo ao Banco do Brasil, feito em libras e dólares. Todavia, o Banco mencionado não é organização adequada a esse gênero de operações, principalmente quando, conforme ocorre presentemente, está ele empenhado em financiar a exportação e o déficit do Tesouro, e, no momento, precisa vender as cambiais de que dispõe. Conseqüentemente, a operação econômica, de fato, seria o financiamento da Estrada de Ferro através de economias formadas, em cruzeiros, e a entrega desses cruzeiros ao Banco do Brasil, para compra das libras e dólares.

Analogamente às ferrovias, os portos foram favorecidos com uma taxa de meio centavo por quilograma de carga embarcada ou desembarcada, ficando a receita correspondente vinculada aos serviços de dívidas contraídas para a execução de obras.

Posteriormente, novos preceitos legais vieram regular a emissão de títulos correspondentes a financiamentos de obras portuárias, de forma que possam ser êstes efetivados em condições plenamente satisfatórias. Daí a utilização imediata que pode ser feita do produto das taxas especiais em aprêço, o qual ascenderá no ano corrente, segundo o previsto, a 160 milhões de cruzeiros.

Por outro lado, as rodovias têm a sua construção assegurada pelo Fundo Rodoviário Nacional, cujas disponibilidades financeiras para o exercício fluente estão avaliadas em 700 milhões de cruzeiros.

Asseguradas as garantias, através das taxas mencionadas, para os serviços de juros e amortização de empréstimos, restará obter estes últimos das fontes mais adequadas.

No caso de explorações portuárias e ferroviárias, em que há possibilidade da emissão de obrigações para atender às operações de crédito, é preciso verificar se esses títulos poderão ser tomados imediatamente pelas instituições de previdência, a título transitório, com a recomendação de sua ulterior transferência para as companhias de seguros privados e de capitalização, cujas reservas, de natureza quase pública, são mais consentâneas com as condições desses financiamentos de renda fixa. Essa utilização de reservas das instituições de previdência nas obras e reequipamentos de portos e estradas de ferro, teria tripla finalidade: primeiro, proporcionar recursos para empreendimentos urgentes; segundo, garantir a precedência desses empreendimentos sobre os demais, evitando que os recursos em aprêço sejam utilizados em aplicações que se não harmonizem com o programa do Governo; por último, dar aplicação, a uma rentabilidade adequada, aos fundos de previdência immobilizados em bancos a juros baixos.

Para a construção de estradas de rodagem, o financiamento garantido pelo Fundo Rodoviário poderá ser obtido, preferentemente, das empresas de capitalização e seguros.

Sobre os dois importantes assuntos mencionados, relativos ao financiamento dos planos de transporte, serão, oportunamente, enviadas mensagens ao Congresso.

Passando a outras atividades básicas para a economia nacional, serão tratados, sucessivamente, a energia elétrica, os combustíveis, as atividades extrativas minerais e vegetais, as indústrias de transformação e o comércio exterior.

Em matéria de eletricidade, o programa que se impõe é promover o aproveitamento racional das respectivas fontes primárias, isto é, as reservas hidráulicas e os combustíveis nacionais, e a regulamentação efetiva do serviço público de fornecimento de energia elétrica.

Energia
elétrica

Em grandes extensões do País, encontram-se usinas produtoras de energia elétrica sem disponibilidade de fornecimento, a começar pelas que servem às duas maiores cidades : Rio e São Paulo.

Em face disso, foram tomadas medidas práticas para a ampliação das instalações dos atuais concessionários, sem prejuízo, entretanto, da política geral de energia, conveniente ao desenvolvimento da economia nacional.

Em país pobre de combustíveis, como o nosso, o aproveitamento da energia hidráulica deve ser encarado como uma indústria-chave. Assim, os princípios nacionalizadores firmados em nosso Código de Águas devem ser mantidos, já que não pode ficar subordinada a desígnios estranhos uma atividade da qual depende primacialmente o desenvolvimento industrial do País e, conseqüentemente, o aparelhamento da defesa nacional.

Para a nacionalização progressiva do serviço público de eletricidade, estabeleceu o referido Código sistema de concessão a prazo limitado e a amortização obrigatória do investimento efetuado, sistema já de longa data introduzido em nossa legislação portuária, ferroviária e em inúmeras concessões de gás, telefones, eletricidade, esgotos, etc., e que permite ainda evitar a supercapitalização do acervo das explorações.

Visando a levar à prática tal dispositivo, foi elaborado, no curso do ano findo, um anteprojeto de regulamentação do Código de Águas, e legislação subsequente, na parte concernente à indústria elétrica.

A federalização do controle da indústria de eletricidade, justificada por várias razões, acarretou certo desestímulo dos poderes públicos locais e regionais, privando a coletividade da ação eficiente e objetiva dessas administrações.

Para eliminar êsses inconvenientes da política centralizadora, o Governo vem estudando uma legislação especial sobre o cumprimento do Código pelos Executivos estaduais, nos moldes do que tem sido feito em outros setores da administração pública.

Dentro dessa orientação, foram reconhecidos em 1946, como órgãos auxiliares do Governo Federal, a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul, o Departamento de Águas e Energia Elétrica de Minas Gerais e a Divisão de Energia Elétrica do Estado do Rio de Janeiro, a exemplo do que havia sido feito anteriormente com a Inspetoria de Serviços Públicos do Estado de São Paulo.

Ainda em 1946, foi ultimado o estudo sobre eletrificação, elaborado por uma comissão especial e no qual se demonstra a necessidade da interferência do Governo no campo da energia elétrica, diretamente em alguns casos e supletivamente noutros.

Preconizam os estudos em aprêgo a criação de entidades especiais de economia mista, como meio eficiente de obter a coordenação regional, abrangendo: aproveitamento racional das disponibilidades de energia pela construção de rêsdes primárias de transmissão; concentração, pelo estabelecimento de grandes centrais elétricas; eletrificação ferroviária em larga escala, em virtude da utilização conjunta das linhas de transmissão e das subestações pela via férrea e pelas cidades do trajeto; fomento do consumo em consequência do baixo nível da tarifa, o qual poderá ser mantido sem perturbar o progresso econômico das entidades regionais coordenadoras.

Quanto aos recursos para a execução dêsse plano, podem-se fazer as mesmas considerações apresentadas ao cogitar do reequipamento ferroviário e portuário. As instituições de natureza pública ou quase-pública encontrariam, também, aqui, aplicação absolutamente segura para seus fundos, uma vez que a legislação sobre tarifas de energia elétrica assegura remuneração para os capitais invertidos na indústria.

Continuando a tratar dos problemas de energia, cumpre assinalar a particular importância do carvão, não só por sua função como combustível, na qual surge, inclusive, como fonte primária térmica da energia elétrica, mas também pelo seu aproveitamento como matéria prima da indústria siderúrgica.

Carvão

As jazidas carboníferas nacionais, como é sabido, são de exploração difícil e cara. Para o desenvolvimento de sua mineração, impõe-se o amparo do Governo, com uma adequada política de preços, capaz de assegurar a continuidade da referida indústria, defendendo ao mesmo tempo o produtor e o consumidor. Nesse sentido foram expedidos em 1946 vários dispositivos legais, dispondo sobre características, preços e distribuição do carvão mineral, fixando novos preços para os carvões produzidos nas minas do Rio Grande do Sul, para garantir a manutenção dos atuais salários, e regulando o cálculo do preço do carvão de Santa Catarina, no sentido de estimular a produção de suas minas.

Além disso, durante o referido ano, foram estudados diversos assuntos referentes ao carvão, cujos trabalhos ainda estão em de-

envolvimento: estudo de um plano geral de levantamento dos depósitos existentes nos Estados do Paraná e de São Paulo, considerando a necessidade de ser feito exame sistemático dos combustíveis nacionais e a conveniência do melhor conhecimento, na atualidade, dos carvões procedentes desses Estados, principalmente no que diz respeito ao seu emprêgo na fabricação de coque a gás; estudo do carvão rio-grandense, no local da produção, para o fim de ser determinado o custo desse combustível e a fixação do preço por que deverá ser vendido; regulamentação dos atos legislativos expedidos em 1946 que dispõem sobre as características, preços e distribuição do carvão mineral produzido no País.

Apesar de tôdas as providências tomadas, entretanto, a nossa produção nos três Estados em exploração — Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná — ainda é inferior a dois milhões de toneladas, quando as necessidades de nosso País, tendo em vista um padrão de vida razoável, exigiriam seis a sete vêzes esse valor.

Para o fomento da produção de carvão no Brasil, os problemas diferem conforme a região. Assim, no Rio Grande do Sul, as reservas à vista são pequenas, fazendo-se mister aumentar as disponibilidades conhecidas, através de uma campanha intensiva de sondagens, em tôda a faixa de ocorrência provável, que inclui grande parte do vale do Jacuí e as zonas de São Gabriel e Rio Negro, o que possivelmente exigirá a constituição de um serviço oficial autônomo federal, estadual ou misto. Já em Santa Catarina, o serviço de abertura de novas minas está mais adiantado. Quanto ao Paraná, a dificuldade reside apenas no transporte, podendo ser a mesma, no entanto, contornada desde que se associe ao interêsse da exploração o do abastecimento em combustível da Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina.

Com todos êsses problemas solucionados, a produção deverá aumentar de dois a dois e meio milhões de toneladas, o que ainda é exíguo. Daí o empenho em pesquisar novas fontes, em outras regiões, com um programa análogo ao do Rio Grande do Sul, já havendo indicações promissoras nos Estados de Piauí e Maranhão, onde foram colhidas amostras de ótimo carvão.

Tôdas as providências citadas não devem impedir a importação do carvão estrangeiro, enquanto assim o exigirem as necessidades do consumo nacional.

Petróleo

Passando agora ao petróleo, cabe remontar ao ano de 1939, em que foi descoberta uma jazida em Lobato, nos arredores da Ci-

dade do Salvador. De então para cá, desenvolveram-se no Estado da Bahia os trabalhos de perfuração, sendo quatro, atualmente, os campos conhecidos, um dos quais também de gases naturais. A reserva de petróleo desses campos é de nove e meio milhões de barris, e a de gás natural, no campo de Aratu, está calculada em cerca de 1 bilhão de metros cúbicos.

As perspectivas que êsses campos oferecem à economia nacional são fruto exclusivo de tenaz perseverança e dos recursos financeiros despendidos pelo Governo no sentido de oferecer à Nação o petróleo de que necessita para o seu desenvolvimento econômico.

Atualmente, a produção está limitada às necessidades restritas de uma rudimentar refinaria do Governo, em Aratu, com capacidade máxima de 200 barris diários, para consumo nos próprios serviços locais.

Objetivando a exploração comercial do petróleo, está sendo organizada, como sociedade de economia mista, com o capital de 50 milhões de cruzeiros, a "Refinaria Nacional de Petróleo, S. A.", por instalar na Bahia, e que terá capacidade para tratar 2.500 barris de petróleo bruto por dia, volume que corresponde ao atual consumo dos Estados da Bahia, Sergipe e Alagoas.

Para ocorrer às despesas com a execução dessa medida, é indispensável a abertura de um crédito de 25 milhões de cruzeiros, que já foi solicitado ao Congresso Nacional em projeto pendente de decisão.

Possivelmente, ainda no corrente ano, será iniciada a montagem da refinaria, e, segundo minuciosos estudos técnicos, o capital nela invertido poderá ser amortizado em prazo extremamente curto.

Estuda o Governo, também, a construção de um oleoduto entre Santos e São Paulo, para transportar mais economicamente os combustíveis líquidos destinados ao planalto daquela região.

Com essas medidas pretende o Governo incentivar a exploração da indústria de extração e refinação do petróleo, que poderá ser ainda mais incrementada, dentro da política geral de aproveitamento dos recursos minerais.

Quanto a essa política, a Constituição, embora mantendo o princípio da distinção entre a propriedade do solo e das minas para efeito de exploração ou aproveitamento, assim como o preceito

da exigência de prévia autorização ou concessão federal para essa exploração e aproveitamento, introduziu inovações nessa matéria de tanta relevância para a economia nacional. Passou a admitir, em princípio, a participação do capital estrangeiro nas companhias organizadas no País, mas, por outro lado, assegurou ao Governo a faculdade de intervir no domínio econômico e monopolizar determinada indústria ou atividade, desde que assim o exija o interesse público.

Diante das nossas disposições constitucionais, está sendo o Código de Minas revisto, para oportuno exame do Congresso Nacional.

Entre os problemas ligados à exploração de recursos minerais, avulta o da extração de minérios para exportação.

Situação
geral

Dêstes, surgem, em primeiro plano, os minérios de ferro, objeto de acôrdo celebrado em Washington, no ano de 1942, com os Governos da Inglaterra e dos Estados Unidos da América, o primeiro dos quais transferiu ao Brasil o seu direito de propriedade das jazidas de Itabira, e o segundo abriu um crédito de 14 milhões de dólares para aquisição de equipamento, materiais e máquinas, para a restauração e reaparelhamento da Estrada de Ferro Vitória a Minas, e o aparelhamento das minas e do pôrto de Vitória. Cumprindo ao Brasil executar tôdas as obras que permitissem promover a exportação anual de 1 milhão e 500 mil toneladas de minério, foi organizada uma sociedade de economia mista, com 67,8% de participação do Governo.

Muitas obras já foram realizadas, mas a maioria ainda está por fazer, sendo preciso, para a sua conclusão, a quantia de 390 milhões de cruzeiros, aproximadamente, dos quais 7 milhões e 500 mil dólares, e o restante em moeda nacional.

Como no corrente ano está prevista a realização de 40% das obras restantes, os recursos financeiros, com que se deve contar, cifram-se a 156 milhões de cruzeiros. Dependerá da aprovação do Congresso Nacional autorização para que o Governo propicie à Companhia Vale do Rio Doce, S. A., garantias do Tesouro para efetivação de empréstimos externo e interno necessários à conclusão das referidas obras.

Antes, porém, faz-se mister um exame geral da situação, tendo em vista as condições econômicas reais do empreendimento.

Outras indústrias extrativas minerais, que haviam tido forte incremento durante a guerra, em virtude das necessidades do es-

fôrço bélico de nossos aliados, agora, com a cessação do conflito e conseqüente redução de atividades, tiveram de enfrentar sérios problemas de ordem econômica e social. Entre estas encontram-se as relativas a certas matérias-primas minerais, como tantalita, berilo, xelita, quartzo, mica, etc., cuja produção é quase exclusivamente destinada ao mercado externo.

Por outro lado, o mecanismo do comércio internacional de minério está a exigir medidas de proteção à nossa economia mineral, porquanto, nos casos dos minerais cujo monopólio físico não possuímos, os preços são ditados pelos compradores, que os procuram nivelar aos dos mercados indefesos.

Para solução dos dois problemas, acredita o Govêrno ser necessário regular a classificação e, tanto quanto possível, a padronização dos estoques existentes nos portos de embarque, além de fiscalizar as transações com êles realizadas, com o objetivo de proteger os interêsses nacionais com o mínimo de interferência possível na intimidade das trocas, mas promovendo, neste particular, a defesa da nossa economia e estabilizando-a diante das oscilações da procura nos mercados consumidores e de possíveis compressões especulativas. Necessário será, ainda, regular o financiamento dos minerais de exportação, inclusive a *warrantagem* na base do preço que fôr estabelecido.

Passando, agora, das indústrias extrativas minerais às vegetais, merecem menção especial os problemas da borracha e das madeiras.

Indústrias
extrativas
vegetais

Quanto ao primeiro, assumiu feição crítica com a terminação da guerra. De fato, as indústrias bélicas suspenderam suas atividades, cessando as necessidades de certas matérias-primas, entre as quais se encontra a borracha. Por outro lado, o restabelecimento dos transportes internacionais e o reinício da produção no Oriente criaram para a borracha brasileira nova situação.

Borracha
Situação
geral

Nas condições atuais, o produto brasileiro, ao preço de 60 centavos de dólar por libra-pêso, F.O.B., não pode competir com a borracha do Oriente, que custa, no momento, 23½ centavos. Conseqüentemente, se não forem renovados os Acôrdos de Washington que terminam em 30 de junho de 1947, o preço da borracha nacional tenderá ao nivelamento no mercado internacional, acarretando situação difícil para os produtores.

Os interesses dos produtores e dos industriais brasileiros, manifestados ao Governo por intermédio de recomendações aprovadas na *Reunião para Estudo dos Problemas da Borracha*, realizada em meados do ano findo, no Rio de Janeiro, são pela manutenção do preço atual, até 1950, procurando-se ajustá-lo gradativamente aos preços internacionais. Enquanto, porém, não pudermos concorrer no mercado mundial, é necessário estabelecer o equilíbrio entre a produção e o consumo industrial do País, para evitar a superprodução.

Impõe-se como programa de Governo baixar o custo de produção da borracha. O plano de valorização econômica da Amazônia, preceituado no art. 199 da Constituição, está intimamente ligado à defesa da borracha.

Madeiras

No setor da economia madeireira, pode assinalar-se sensível melhoria nas condições gerais, com a eliminação de algumas restrições às suas atividades.

A liberação da gasolina, que veio favorecer o transporte rodoviário, e a ligeira melhoria do transporte ferroviário, permitiram que a cota de produção das serrarias se elevasse de 17,5% de sua capacidade para 25%, o que redundou não só em maiores possibilidades para o abastecimento de madeiras aos principais centros consumidores do País, como na permissão de maiores exportações para o mercado platino.

Embora ainda subsistam algumas dificuldades quanto ao suprimento do mercado interno, tudo faz crer que o incremento do transporte marítimo o normalize definitivamente, como ficou positivado, no decorrer de 1946, quanto ao Distrito Federal e áreas que d'ele dependem.

Em São Paulo se construiu um Entrepoto de Madeiras, destinado a receber quantidades maiores do produto, por isso que as estações terminais das estradas de ferro que demandam aquela capital não dispõem de pátios suficientemente amplos para receber o produto em quantidades capazes de atender aos reclamos do consumo.

Regulou-se, também, ultimamente, a exportação por via fluvial, cujo movimento indiscriminado para entrega aos países vizinhos produzia, de ordinário, grandes oscilações no preço do similar exportado por via marítima.

De outra parte, medidas disciplinares tomadas em benefício do aperfeiçoamento da indústria de compensados, notadamente a

proibição da instalação de fábricas de categoria inferior, fizeram com que o produto tivesse melhoradas as suas qualidades.

Urge o estabelecimento de uma firme política de reflorestamento, para o que cumpre articular as diversas iniciativas tomadas por diferentes órgãos e entidades, umas visando à cultura de espécies economicamente exploráveis, outras no sentido da preservação e conservação do solo. O que se tem feito nesse sentido, especialmente os Parques Florestais já instalados nos quatro Estados do Sul, vale como afirmativa do que se pode fazer e do que deve ser feito.

Cabe mencionar, aqui, em primeiro plano, a Usina Siderúrgica de Volta Redonda, cujo início de atividades, no ano findo, constituiu acontecimento auspicioso, coroando os esforços de todos os brasileiros que se têm empenhado em dotar o País de siderurgia pesada.

Siderurgia

Até 31 de dezembro de 1946, haviam sido produzidas 97.741 toneladas de ferro gusa, 86.109 de aço em lingotes, 15.959 de laminados do trem desbastador e 13.011 de laminados do trem de trilhos e perfis. A coqueria havia fornecido 133.542 toneladas de coque metalúrgico, além de variados subprodutos, como benzol, toluol, xilol, nafta solvente, sulfato de amônio, alcatrão bruto e combustíveis para motor.

A fim de atender à colocação dos produtos no mercado, foi organizado um serviço de vendas, através de distribuidores selecionados entre os mais qualificados comerciantes de cada ramo, bem como estabelecidos escritórios nas cidades de Pôrto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador.

Apesar de recentemente instaladas essas organizações de venda, as perspectivas são as mais animadoras. A primeira entrega de aço ao consumidor verificou-se no início de novembro passado.

A elevada tonelagem de matérias-primas necessárias ao funcionamento da usina tem sido transportada normalmente.

Nas minas de carvão de Santa Catarina também se registrou grande progresso. A estação de beneficiamento de carvão, de Capivari, produziu 150.624 toneladas de carvão metalúrgico, tendo sido instalado um turbogerador de 4.800 kw para melhorar o abastecimento de energia às minas de carvão.

Em Volta Redonda e Santa Catarina, foram construídas, em 1946, cerca de mil residências para operários, funcionários e engenheiros. Em Volta Redonda teve início a construção de um grande hospital, foram inaugurados vários cursos técnicos profissionais e um ginásio para ministrar ensino secundário à população escolar e a adultos.

O programa para 1947 será caracterizado pela ultimização das obras referentes ao laminador de chapas grossas, aos laminadores de tiras, à fundição, à usina de alcatrão, às rédes internas de intercomunicações, de águas e esgotos, e de energia elétrica, à escola técnica profissional e às cidades operárias.

Em 1947 a produção anual deverá atingir 250 mil toneladas de produtos de aço acabados, abrangendo perfilados, trilhos, chapas grossas e finas, fôlhas zincadas e de flandres, nas proporções que o mercado exigir.

Indústria química

Ainda dentro do programa de dotar o País de indústrias de base, essenciais à sua efetiva emancipação econômica, está o Governo empenhado em instalar uma indústria de álcalis, para fabricação de carbonato de sódio (barrilha) e hidróxido de sódio (soda cáustica), ambos imprescindíveis às indústrias de metalurgia do alumínio, da refinação do petróleo, da extração e preparação de produtos de celulose, do vidro, de saponificação, de tecidos e outras.

Indústria mecânica

No setor da grande indústria mecânica, a principal iniciativa do Governo é a Fábrica Nacional de Motores, em vias de ser transformada em sociedade de economia mista. É estabelecimento moderníssimo, capaz de atender à demanda de inúmeros equipamentos de urgente necessidade para o País e de larga procura no mercado interno. Prepararam-se, assim, projetos novos e construíram-se os protótipos para fabricação em série de fusos para filatórios de grande procura pela indústria têxtil, hidrômetros, compressores para frigoríficos, etc.

Tendo em vista os planos de mecanização da lavoura, foi estudado um tipo de trator agrícola mais conveniente, e verificada a possibilidade de sua fabricação pela Fábrica Nacional de Motores. Mediante pequena adaptação, será possível lançar no mercado 100 tratores por mês, por preços inferiores aos da praça.

Para o programa em aprêço e como complemento às instalações já efetuadas, deverão ser concluídos, êste ano, um *hall* de montagem para os tratores, os edifícios imprescindíveis a essa fabricação, a pavimentação das principais estradas, o hospital com capacidade para 200 leitos, bem como as obras de saneamento e combate à malária.

Um campo que se desenvolveu sobremodo em nosso País, em consequência da recente conflagração, que de muito diminuiu as disponibilidades dos grandes abastecedores dos mercados internacionais, foi o da indústria têxtil.

Indústria
têxtil

Todavia ao ter início o recente surto da indústria em aprêço, o respectivo equipamento, já antigo, sofreu forte desgaste com o regime de superutilização a que foi submetido durante a guerra.

Urge, pois, renovar o aludido aparelhamento, para que o País, valendo-se de sua mão-de-obra já experimentada e de sua matéria-prima, possa produzir a baixo custo, concorrendo nos mercados externos, mesmo depois que os grandes países industriais retomem o ritmo de suas exportações, e, sobretudo, atendendo às reais necessidades de nossa população em matéria de vestuário.

Para garantir a colocação de tecidos no estrangeiro, assegurando-nos vantagens aduaneiras e comerciais, foram ou estão sendo negociados alguns acôrdos com países interessados na compra de nossos produtos têxteis. Entre os já concluídos, podem citar-se os assinados, em 1946, com a Argentina, Uruguai, Chile e Paraguai.

Antes de versar os problemas financeiros do País, cabe tratar da importante questão do comércio exterior, na qual a política do Governo se enquadra no plano geral econômico-financeiro de combate à inflação.

Comércio
exterior

Assim, no tocante à importação, faz-se mister incentivar, predominantemente, a entrada no País de bens de produção, sem perder de vista, entretanto, a conveniência da vinda de certas utilidades básicas, particularmente gêneros de primeira necessidade, que, sôbre representar um freio à especulação em certos setores, contribui para diminuir o desequilíbrio entre as disponibilidades de bens de consumo e o meio circulante.

Tendo em vista uma ação intensa na obtenção de bens de produção, surgem como fatores particularmente favoráveis

as reservas em ouro e cambiais de que dispomos no exterior, as quais ascendem, respectivamente, a Cr\$ 7.096.368.832,20 e Cr\$ 6.886.547.295,50. Para a utilização das mesmas com este fim, estão sendo feitos grandes esforços e é lícito esperar que, à medida que se fôr operando a reconversão industrial nos países em que possuímos aquelas reservas, maiores possibilidades nos sejam oferecidas para a aplicação de nossos saldos na aquisição de máquinas e equipamentos, reclamados pelo fomento à lavoura e pela renovação e desenvolvimento de nosso desgastado parque industrial e do nosso sistema de transportes. Além das medidas relativas à utilização dos congelados, outras, incluídas em acôrdos comerciais, propiciarão subsidiariamente a importação de bens de produção de outros países industriais.

Por esta última forma, será assegurada, também, a vinda para o Brasil de várias utilidades indispensáveis.

Quanto ao comércio exportador, de um lado, foram gradualmente adotadas providências restritivas, que se generalizaram com a promulgação de decreto-lei que proibia a saída de todos os gêneros considerados essenciais, excetuados os embarques em cumprimento a acôrdos internacionais anteriores ou os destinados à obra de assistência empreendida pela UNRRA; de outro lado, medidas estão sendo postas em prática, não só no que diz respeito a assegurar uma situação favorável a nossos produtos básicos de exportação, mas também no que se refere a assegurar a colocação dos excedentes exportáveis de produtos cujas disponibilidades transitoriamente aumentaram.

Com isso, ter-se-á garantida a parcela da renda nacional, proveniente da exportação, a qual, embora tenda a diminuir relativamente à conseqüente ao desenvolvimento das atividades internas, apresenta uma importância notória, mercê de sua repercussão na economia nacional.

Essa circunstância decorre, em grande parte, de que os principais produtos de exportação se acham, presentemente, concentrados nos dois maiores centros de consumo do País, incluídos o café, o algodão em rama e os tecidos de algodão, provenientes principalmente de São Paulo e do Distrito Federal.

Quando os mencionados produtos estão em alta naquelas unidades federadas, a elevação dos preços tende a generalizar-se por todo o País, dada a importância que tem um acréscimo de

poder de compra nesses dois centros. Do mesmo modo, difundem a depressão, quando ocorre um declínio em seu poder de compra. Daí a correlação profunda entre os mercados internos e as exportações.

Assim, a retenção de uma parcela das receitas destas últimas num fundo estabilizador seria medida de alto alcance para a economia nacional.

É de notar que a elevação do valor das exportações, em 1946, foi muito acentuada.

A exportação de tecidos, que vinha em *crescendo* desde 1942, se avolumou extraordinariamente em fins de 1945 e princípios de 1946, com a abertura de novos mercados até então fechados pela guerra, ameaçando de séria escassez o consumidor nacional, pois a produção chegou ao máximo de suas possibilidades.

Daí ter o Governo proibido, logo nos primeiros meses de 1946, as exportações de tecidos de algodão e seus artefatos, liberando-as parcialmente, a título precário, ao fim do ano, quando o abastecimento do mercado interno o permitiu.

Quanto ao café, cuja exportação se vem mantendo estável, há tendência para que o preço respectivo se conserve elevado, apesar da expectativa de declínio de preços dos produtos agrícolas, nos mercados internacionais, no correr de 1947. A produção do café vem sendo muito inferior à procura, mormente agora, com o elevado poder de compra dos consumidores americanos e com a reabertura dos mercados europeus. Entretanto, a política de economia e centralização de medidas entregues a entidades autárquicas, determinou a supressão da que orientava e dirigia a produção e distribuição do café nacional, passando a órgãos ministeriais algumas das atribuições anteriores, como o controle dos embarques de café, no próprio interesse dos Estados produtores, e acompanhamento da venda do produto brasileiro, em concorrência com o de outras nações. Com isso, ficou o País sem órgãos no exterior suficientemente aparelhados para acompanhar e analisar de perto as vicissitudes dos mercados de café, de modo que a solução adotada não está satisfazendo plenamente. A execução da política do café, quer interna, quer externamente, deverá ficar a cargo da organização que substitui a autarquia extinta. É pensamento do Governo solucionar o assunto de acôrdo com as indicações da experiência.

Além das medidas referentes à proteção de determinados produtos, outras foram tomadas no sentido de restabelecer o inter-

câmbio comercial com nações amigas, que se havia interrompido com a guerra. Nesse sentido foram firmados acôrdos comerciais com a França, a Bélgica, a Finlândia e a Tcheco-eslováquia, todos com o objetivo de restabelecer e incentivar transações mercantis com os citados países, facilitando a colocação de nossos produtos e a aquisição de utilidades necessárias ao Brasil.

São, pois, variadas as providências que se impõem para defender e expandir o nosso comércio externo, bem como para ajustá-lo ao programa geral solucionador da crise inflacionária que atravessa o País.

Finanças
Situação
orçamentária

As dificuldades de ordem orçamentária que teve de enfrentar logo de início, impunham ao Governo a máxima discrição no tocante à execução do seu programa de realizações.

Encerrado o exercício de 1945 com um *deficit* de Cr\$. . . . 997.820.956,80, mais grave se apresentava, entretanto, a situação financeira do País no princípio do exercício de 1946, uma vez que as despesas ordinárias haviam sido majoradas de cerca de dois bilhões de cruzeiros, em virtude do aumento de vencimentos e salários dos servidores públicos, civis e militares, assim como das pensões e proventos da inatividade, sem que fôsse prevista verba correspondente na receita.

Viu-se, assim, o Governo compelido a adotar uma política de moderação nos gastos públicos, com prejuízo, em muitos casos, da execução de empreendimentos reclamados pela nossa evolução econômica e social.

Não permitindo as condições do Tesouro o atendimento de muitas das mais urgentes necessidades coletivas, cuja satisfação constitui o objetivo das finanças públicas, tornou-se imperioso que o Governo, na execução do seu programa, obedecesse, tanto quanto possível, ao critério de executar os serviços, segundo o grau de sua urgência e utilidade social imediata.

Com o propósito de atenuar males decorrentes dessa imperiosa política administrativa, foram adotadas providências tendentes a aumentar a receita pública.

Graças a êsse rigoroso contrôle da execução orçamentária, tanto na parte da despesa quanto na da receita, pôde o Governo minorar as dificuldades emergentes e atender a muitos serviços novos, de execução inadiável e imprescindível, evitando, assim, a eclosão de crise de maiores proporções.

Das principais rendas tributárias, só o produto do impôsto de renda foi ligeiramente inferior à previsão, tendo contribuído para a receita orçamentária de 1946 com a importância de Cr\$ 2.674.436.732,00. A previsão fôra de Cr\$ 2.705.500.000,00 e a arrecadação, em 1945, de Cr\$ 2.349.783.586,00.

Os impostos de consumo, importação e sêlo produziram cerca de 900 milhões de cruzeiros a mais do que o previsto.

A arrecadação das rendas tributárias foi de Cr\$ 9.366.879.812,80, superior, portanto, em Cr\$ 1.161.829.812,80 à estimativa. A Receita Geral elevou-se a Cr\$ 11.569.575.689,20, total que abrange a importância de Cr\$ 177.681.339,20, oriunda das rubricas especiais do extinto orçamento do Plano de Obras e Equipamento.

Em confronto com a receita geral de Cr\$ 11.569.575.689,20, a despesa total atingiu a Cr\$ 14.202.543.954,70, do que resultou o *deficit* de Cr\$ 2.632.968.265,50 para o exercício de 1946.

E' oportuno ressaltar a influência preponderante que o aumento de vencimentos dos servidores públicos teve na composição dêsse elevado *deficit*.

A previsão da receita para o exercício de 1947 foi baseada nos mesmos tributos que vigoraram no exercício anterior, inclusive no impôsto sôbre os lucros apurados nas vendas de bens imobiliários, que foi o único tributo criado pela União em 1946.

O orçamento do exercício de 1947 apresentava ligeiro *superavit*, de Cr\$ 13.526.277,00, tendo sido a receita orçada em Cr\$ 12.003.650.000,00 e a despesa em Cr\$ 11.990.123.723,00.

Posteriormente, com a lei discriminativa e retificativa da Verba 4 — Obras e Equipamentos — o orçamento passou a apresentar o *deficit* de Cr\$ 594.036.214,00.

O Govêrno está atento e já tomou providências que visam a contrabalançar, ao menes em parte, êsse *desequilíbrio*.

Assunto de inadiável execução é a reforma tributária.

O problema da tributação está inteiramente ligado ao desenvolvimento econômico e social.

Como em todos os países novos, ainda não intensamente industrializados, o nosso problema básico, fundamental, é favorecer a formação de capitais, despertar a iniciativa privada, incentivar a produção.

Reforma
tributária
Impôsto de
Renda

Qualquer reforma tributária deverá atender a êsses princípios, a fim de não retardar o progresso econômico e social.

Nossa política tributária está, aliás, definida pela Constituição, art. 202, nos seguintes termos:

“Os tributos terão caráter pessoal, sempre que isso fôr possível, e serão graduados conforme a capacidade econômica do contribuinte”.

Iniciando a reforma tributária pela do imposto de renda, as modificações introduzidas na lei atualmente em vigor obedeceram aos princípios estabelecidos pela Constituição e constam de projeto que o Governo tem em estudos.

Imposto de
consumo

Este tributo constituiu até agora a principal fonte de renda da União, mas deverá futuramente ser sobrepujado pelo imposto de renda. A necessidade imperiosa do equilíbrio orçamentário ressalta, no momento, a sua importância em nosso sistema tributário e aconselha modificações em sua legislação, principalmente para aperfeiçoar o sistema de arrecadação.

Há necessidade de corrigir imperfeições e lacunas, simplificando normas regulamentares; extinguindo taxas sobre gêneros alimentícios, e outras vedadas pela Constituição; reduzindo ao mínimo o número das espécies tributadas; finalmente, melhorando a máquina fiscalizadora, que é necessário modernizar e aperfeiçoar.

No ano de 1946 a arrecadação do imposto de consumo elevou-se a Cr\$ 3.866.031.333,70, contra Cr\$ 2.832.166.105,60 em 1945, verificando-se, assim, o aumento de Cr\$ 1.033.865.228,10. Confrontando-se a cifra arrecadada com a prevista na lei de meios, observa-se um acréscimo de Cr\$ 528.331.383,70.

Rendas
aduaneiras

O recrudescimento do comércio externo, após o término da Guerra, já se faz sentir de modo sensível no aumento do volume da importação e, conseqüentemente, na arrecadação das taxas e direitos aduaneiros. Estas contribuíram para a receita da União, em 1946, com a importância de Cr\$ 1.576.159.815,30 contra a previsão de Cr\$ 1.196.780.000,00. A arrecadação em 1945 foi de Cr\$ 1.026.038.690,80.

O excesso da arrecadação sobre a previsão, em 1946, foi de Cr\$ 379.379.815,30. A diferença de arrecadação, entre 1945 e 1946, foi de Cr\$ 550.121.124,50.

Não obstante, adotando a nossa tarifa a taxaço específica, os respectivos direitos não se ajustam automaticamente à flutuação dos preços, como acontece com os *ad-valorem*.

Disso resulta a constante redução efetiva dos direitos cobrados. Em muitos casos, essa redução do ônus tributário anula os objetivos do legislador.

E' preciso ficar bem esclarecido que não é propósito do Governo conduzir sua política tarifária no sentido de uma proteção desmedida; mas, para defender indústrias nascentes e legítimos interesses de nossa economia, cuja produção agroindustrial urge diversificar por imperativos geo-econômicos, teremos de pôr em prática processo que assegure justo equilíbrio de preços entre o produto nacional e o estrangeiro.

A fim de atender à determinação do art. 1.º do Decreto n.º 23.481, de 21 de novembro de 1933, que estabeleceu a percepção, como base, de *oito mil réis* pelo antigo mil réis ouro, a reforma da tarifa, realizada em 1934, elevou, naquela proporção e relativamente à parte cobrada em ouro, os direitos então vigentes.

Aquela relação, contudo, não mais corresponde ao ônus representado pelos direitos de importação fixados em 1934, o que impõe, por consequência, um ajustamento que corrija esse desnível.

Essa providência não poderá ser considerada como elevação da tarifa, pois, na realidade, nada mais é que um mero reajustamento, ao câmbio atual, do valor, em cruzeiros, correspondente à parte em *mil réis* ouro, cobrada até 1934.

Além do imposto de consumo e da tarifa alfandegária, cuja reforma será submetida à apreciação do Congresso Nacional, é intuito do Governo cuidar também da reforma dos demais tributos, visando à simplificação das normas regulamentares e à justiça das res-

pectivas imposições, sem descurar, contudo, da necessidade de aumentar os índices de arrecadação, para que, fortalecida a receita, possa atender ao vulto das despesas públicas e à solução reclamada pelos complexos problemas da administração.

É certo que em épocas recentes os grandes impostos federais — consumo, renda e sêlo — passaram por grandes reformas; os princípios nelas consubstanciados e a orientação que se lhes imprimiu serão mantidos de modo geral; a preocupação do Governo é a de reajustar e simplificar, sem demasias ou exageros, procurando quanto possível adotar uma imposição clara e dispensar ao contribuinte tratamento justo e equitativo.

Está convocada para 15 de maio vindouro uma conferência dos Secretários da Fazenda de todos os Estados, na qual deverão ficar definidas, em face do texto constitucional, a situação do Governo federal e a dos Governos estaduais e municipais, em relação ao direito de tributar e, bem assim, instituídas as bases de organização tributária, da qual decorrerão múltiplos benefícios à administração pública e aos interesses dos contribuintes.

Imposto do
sêlo

A arrecadação do imposto do sêlo ultrapassou em 1946 a cifra de um bilhão de cruzeiros, contra 862.224.386,30 em 1945. A previsão orçamentária de Cr\$ 954.140.000,00, muito alta em relação à de 1945, foi ainda assim excedida, porque ao crescimento natural da renda, conseqüente ao maior volume de transações, juntou-se outro fator: a agravação da incidência de alguns artigos da Tabela, pelo decreto-lei n.º 9.409, de 27 de junho de 1946.

Digna de registro é a circunstância de se vir progressiva e deslucadamente elevando a arrecadação desse tributo a partir do ano de 1942, quando, com o decreto-lei n.º 4.655, de 3 de setembro, ficou por completo modificada a estrutura do imposto, com características novas, que puseram termo a antigas controvérsias, suscitadas no campo administrativo e no judiciário.

O imposto do sêlo recai sobre a circulação dos valores; a agravação de taxas importa criar entraves à efetivação das respectivas transações, como acontece no caso do sêlo de recebimentos, cuja demasia desencoraja os depósitos bancários.

Outros aspectos da lei do sêlo exigem atenção, sendo necessário dar maior amplitude à "verba bancária" e adotar métodos que

permitam a diminuição da estampilhagem direta, com as cautelas devidas aos interesses do Tesouro.

Assume também especial relêvo o assunto da reorganização do contrôlo do sêlo nas operações bancárias. A centralização anterior ao decreto-lei n.º 2.609, de 19 de setembro de 1940, pode servir de base a essa reorganização, a fim de que os serviços não se resintam das discordâncias e heterogeneidades atuais.

Não obstante esperar a consecução do equilíbrio orçamentário no próximo ano, através do prosseguimento do programa de compressão de despesas e da revisão de impostos que visem ao aumento e racionalização da renda tributária, terá o Governo necessidade de recursos extra-orçamentários para financiamentos econômicos de interesse nacional, o que o forçará a lançar mão de outras fontes que não a emissão. Tais financiamentos são custeados, em geral, por empréstimos internos, os quais, além da vantagem de evitar novas emissões, canalizam o excesso de meios de pagamento para objetivos econômicos de interesse coletivo.

Crédito público
Dívida interna fundada

Apesar de a nossa dívida interna fundada ser relativamente pequena, — pois o respectivo saldo em circulação, em 31-12-46, era de Cr\$ 9.965.458.534,00, — não apresenta o nosso mercado de títulos condições favoráveis para o lançamento de novos empréstimos.

Muitos fatores concorrem para essa situação anômala, mas, em grande parte, isto é devido à falta de mecanismo adequado, que facilite a colocação dos títulos governamentais.

O Governo está empenhado em modificar essa situação e tudo fará para fortalecer o crédito público, pois nêle deposita grande confiança como legítimo e eficiente processo de financiamento das despesas públicas, notadamente das que dizem respeito aos empreendimentos de caráter reprodutivo.

Era a seguinte a posição das contas relativas aos empréstimos em circulação em 31-12-1946:

Dívida externa federal

Empréstimos em libras	£	74.104.045-9-9
Empréstimos em dólares	US\$	110.074.045,00
Empréstimos em francos ouro	Frs. o	229.185.500,00
Empréstimos em francos papel	Frs. p	272.908.462,50

Amortizações efetuadas em 1946

Empréstimos em libras	£	1.751.704-0-0
Empréstimos em dólares	US\$	6.452.600,00

Remessas feitas para o serviço geral em 1946

Empréstimos em libras	£	1.420.963-0-0	Cr\$	107.199.722,30
Empréstimos em dólares	US\$	12.150.000,00	Cr\$	212.935.000,00

Saldos congelados no estrangeiro

Os vultosos saldos verificados, no último quinquênio, em nossa balança de comércio, tornaram possível a formação de uma reserva-ouro e de cambiais que ascende a cerca de meio bilhão de dólares americanos. Todavia, apreciável parte dessa importância é constituída por moedas bloqueadas, de que não podemos livremente dispor, apesar dos esforços do Governo no sentido de convertê-las em moeda de curso internacional ou destiná-las à aquisição de mercadorias e produtos, principalmente bens de produção, indispensáveis ao reequipamento de nosso parque industrial e de nossos meios de transporte.

No mês de janeiro último, conseguimos liberar a considerável parcela de US\$ 43.127.342,27, relativa a créditos congelados na República Argentina.

Apesar das dificuldades apresentadas por esse problema, que assume aspectos diferentes em cada país, o Governo espera, em breve, encontrar solução que atenda satisfatoriamente aos interesses da economia nacional, para isso entrando em contato direto com os Governos e entidades bancárias dos países interessados, tal como se acaba de fazer com a Argentina.

Política cambial

A situação cambial do Brasil não deixa preocupações no momento e apresenta indícios favoráveis para o futuro. O grande saldo da balança comercial permitiu, em 1946, alterações de grande significação na política cambial.

Assim, foi assegurada a liberdade de compra e venda de moedas estrangeiras; abolido o mercado de câmbio "Livre Especial", que sujeitava as remessas para viagens e manutenção a uma taxa mais elevada; facultada a movimentação de fundos em moeda nacional pertencentes a residentes no exterior; eliminada a cota de 30 %, compulsoriamente entregue pelos bancos tomadores ao Banco do Brasil; extinto o mercado de câmbio "oficial"; substituído o impôsto de 5% sobre as vendas de câmbio por uma cota de 3 %, posteriormente também extinta.

De igual modo, foi assegurado o retôrno do capital estrangeiro prèviamente registrado na Carteira de Câmbio do Banco do Brasil. Tal providência, de grande alcance para a atração de novos capitais estrangeiros, tão necessários à nossa expansão econômica, foi ampliada logo após, abolindo-se limitações percentuais a que estava sujeito o retôrno de capitais, bem como restrições à remessa de juros, lucros, dividendos, viagens, etc.

Mais tarde, cancelou-se a exigência da comprovação de venda em moeda estrangeira para o fornecimento de guias de embarque, passando estas a ser expedidas igualmente para a exportação de mercadorias adquiridas em moeda nacional, providência que contribuiu para maior prestígio internacional de nossa moeda.

As múltiplas medidas tomadas no tocante à política cambial, inspiradas tôdas no objetivo de facilitar e normalizar nosso intercâmbio com o estrangeiro, concorreram para consolidar o valor do cruzeiro nos mercados financeiros do exterior.

Não obstante, para atenuar repercussões inflacionistas do saldo da balança comercial, foi necessário apelar para os exportadores, no sentido de que aplicassem, em letras do Tesouro Nacional, 20% do valor das cambiais negociadas. O objetivo desta medida foi reduzir os encargos do Tesouro Nacional, oriundos de compras de letras de exportação, que o força a recorrer à emissão de papel-moeda.

O comércio de exportação, notôriamente beneficiado pelos lucros que a guerra e suas conseqüências permitiram auferir, compreendeu o alcance da medida e, de bom grado, correspondeu à colaboração que lhe foi solicitada. Praticamente, trata-se de um empréstimo a curto prazo, feito pelos exportadores ao Tesouro, mediante remuneração razoável. Em 31 de dezembro, as letras em circulação subiam ao total de 744 milhões e 342 mil cruzeiros. O Governo não poderá lançar mão desses recursos, porquanto êsse empréstimo é medida de ordem monetária, tendente apenas a evitar o aumento da inflação.

O Governo transformou grande parte das disponibilidades no exterior, acumuladas nos últimos anos, em ouro físico, cujo pêsô, em 31 de dezembro do ano findo, se elevava a 314.881 quilogramas, no valor de Cr\$ 7.096.389.907,80.

Compra e
venda de
ouro

A fim de evitar novas emissões, foi abandonada a política de compra de ouro nacional. A compra que vinha sendo feita, a partir do ano de 1934, foi suspensa, passando-se à venda do metal monetário, pertencente ao Tesouro Nacional, até ao limite equivalente a 300 milhões de cruzeiros. Durante o ano de 1946, foram vendidos, em virtude dessa resolução, 11.881 quilogramas de ouro, correspondentes a 4% da reserva total, isto é, de ouro sob a guarda do Banco do Brasil e depositado no estrangeiro.

Os acordos
de Bretton
Woods

Ao mesmo tempo que procura o Brasil resolver, internamente, seus problemas de moeda e crédito, iniciam suas atividades o Fundo Monetário Internacional e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento. Essas duas organizações financeiras internacionais, criadas em plena guerra, na Conferência das Nações Unidas, realizada em julho de 1944, em Bretton Woods, destinam-se a impedir as perturbações monetárias, a coordenar a política cambial e a conceder empréstimos a curto e longo prazo, com o fim de estabilizar o valor da moeda dos países aderentes e lhes desenvolver a economia.

Desde a primeira hora, o Brasil colaborou ativamente na organização desses poderosos institutos, onde tem saliente lugar na administração. Nossa política, em face dessas organizações, mantém-se invariável. Creditamos ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento a quantia de Cr\$ 253.680.000,00 em moeda nacional, posta à sua disposição no Banco do Brasil, tendo pago até hoje, àquela instituição internacional, a importância de US\$ 2.100.000.

A fixação do valor de nossa moeda terá lugar, oportunamente, de acordo, aliás, com a prerrogativa permitida nos Estatutos do Fundo Monetário Internacional.

Crédito no
exterior

Em matéria de crédito internacional, observa-se o deslocamento dos empréstimos por parte dos particulares para os Governos ou instituições internacionais.

A redução de créditos particulares aos Governos estrangeiros decorre da manifesta preferência aos investimentos diretos. A entrada de capitais estrangeiros no território nacional, para variados empreendimentos, tende a ser cada vez maior. Com o propósito de facilitar o afluxo desses capitais, o Governo baixou o

decreto-lei n.º 9.025, de 27 de fevereiro do ano passado, assegurando a remessa de lucros e o retôrno de capitais.

Abrimos as portas ao capital alienígena sempre que êle possa colaborar ativamente na exploração racional de nossos recursos naturais, no aperfeiçoamento de nossas instalações técnicas, na criação de novas indústrias, e continuaremos esta política com as precauções necessárias para que essa colaboração seja de fato benéfica à economia nacional.

A importância de papel-moeda em circulação no último dia do ano findo elevava-se a 20 bilhões e 489 milhões de cruzeiros. Atendendo-se a que a circulação no último dia do ano de 1945 era de 17 bilhões e 530 milhões de cruzeiros, verifica-se que, durante o ano de 1946, se emitiram 2 bilhões e 959 milhões de cruzeiros.

Meios de
pagamento

Apesar de ter atingido tão alto nível, cumpre observar que o valor da emissão em 1946 foi ligeiramente menor que o da correspondente a 1945 (3.073 milhões), não obstante o saldo da balança de comércio em 1946 ter excedido o de 1945 em mais de 2 bilhões de cruzeiros.

Se bem êsse confronto impressionante não possa prestar-se a uma análise profunda do problema do volume do meio circulante em relação com as necessidades econômicas, não deixa êle de evidenciar o esforço da administração pública no combate à inflação.

E se houve redução absoluta e relativa de moeda emitida, maior ainda foi a diminuição relativa da moeda bancária, graças à ação da Superintendência da Moeda e do Crédito, em sua política de disciplina do crédito.

Assim, os depósitos à vista aumentaram apenas de 9%, tendo passado de 30.748, em 1945, a 33.486 milhões de cruzeiros, enquanto que o potencial monetário passava de 45.069 para 50.301, no ano findo.

E' um dos principais pontos do programa econômico-financeiro do Governo o combate à inflação e êste tem sido realizado em suas diferentes modalidades, desde a compressão da emissão de moeda manual e bancária até à isenção temporária de taxas e direitos sôbre comestíveis importados.

Com a finalidade de estancar a emissão de papel-moeda, o Governo determinou que os 50% dos lucros compulsoriamente

depositados no Banco do Brasil, à ordem da Superintendência da Moeda e do Crédito, deveriam ser utilizados unicamente em suprimentos à Carteira de Redescontos e especialmente destinados ao desenvolvimento e amparo da produção.

De outro lado, a política de restrição do crédito tem sido orientada, não no sentido de uma restrição indiscriminada de crédito, o que seria duplamente desastroso para a economia nacional, mas no sentido de um saneamento, a fim de que as atividades verdadeiramente produtivas e necessárias não se vejam preteridas pela especulação desenfreada.

Infelizmente, as dificuldades de produção e transportes no País e no estrangeiro privam-nos da arma mais eficaz para combater a inflação: a abundância de mercadorias.

Reforma
bancária e
política de
crédito

Uma das preocupações do Governo — cuja posse se deu em meio à maior inflação de moeda e de crédito de que há memória na história econômica de nosso País — é a reforma do sistema bancário, para maior disciplina, especialização e difusão do crédito, em bases sólidas e compatíveis com as peculiaridades de nossa estrutura econômica.

Consubstanciado em anteprojeto, o assunto teve ampla repercussão na imprensa, nas associações de classe e nos meios estudiosos do País.

Logo que se ultimem os debates, aquêlê documento será submetido ao Congresso, com as devidas alterações.

Em linhas gerais, o projeto de reforma bancária prevê a criação de um Banco Central e de outros de crédito especializado.

O Banco Central enfeixará em suas mãos funções presentemente atribuídas ao Tesouro Nacional, à Superintendência da Moeda e do Crédito, ao Banco do Brasil, à Carteira de Redescontos e a outras entidades.

O Governo tem procurado resolver os problemas da política de crédito e, em particular, assegurar tranqüilidade às legítimas atividades bancárias, aparelhando os estabelecimentos de crédito para enfrentar desajustamentos decorrentes da reconversão da política econômica de guerra para a de paz.

Assim, foram transferidas à Superintendência da Moeda e do Crédito atribuições fiscalizadoras, anteriormente exercidas pela Caixa de Mobilização Bancária, tais como os pedidos de autoriza-

ção para funcionamento de bancos e casas bancárias; a determinação de bases para o capital mínimo dos estabelecimentos de crédito, segundo categoria e jurisdição; autorização para instalação de agências de bancos nacionais no exterior; determinação de encaixes mínimos para os estabelecimentos sediados em praças não servidas por agências do Banco do Brasil; funções fiscalizadoras do funcionamento dos institutos de crédito, prevendo os casos de intervenção nas suas administrações e providências dela decorrentes.

Ao lado da Caixa de Mobilização Bancária, surgiu nova entidade destinada a amparar os estabelecimentos de crédito — a “Caixa Hipotecária de Liquidações” — criada junto à Superintendência da Moeda e do Crédito, com o fim de promover condições favoráveis à liquidação de créditos bancários, a longo prazo, aplicados na compra de bens imóveis urbanos até 31 de dezembro de 1945. A nova instituição extinguir-se-á, automaticamente, com o resgate da última operação. Terá a faculdade de emitir “cédulas hipotecárias”, com a garantia específica do imóvel correspondente, as quais serão transferíveis por simples endosso e isentas de selo, podendo ser aceitas pelo valor nominal em operações com a Caixa de Mobilização Bancária.

Não sofreu solução de continuidade, no ano de 1946, a expansão da rede bancária nacional — mais 95 institutos, entre sedes e filiais — conquanto se tivesse processado em ritmo menos acelerado do que o registrado em anos anteriores: 256 novos estabelecimentos em 1943; 275 em 1944; 306 em 1945.

No início do ano findo, mediante Circular da Presidência da República, foi determinada a exclusividade de depósitos, no Banco do Brasil, de todas as disponibilidades dos órgãos estatais, para-estatais ou autárquicos, sociedades de economia mista, ou outras em que o Tesouro tenha responsabilidade ou participação efetiva.

Nos últimos anos, o Governo empregou consideráveis somas em empreendimentos de natureza econômica de interesse nacional. O Tesouro Nacional foi o principal subscritor dos títulos oferecidos pelas empresas mistas Companhia Siderúrgica Nacional, Companhia Vale do Rio Doce e Banco de Crédito da Borracha.

Empresas
mistas

É óbvio que as importâncias destinadas a tais inversões não devem ser obtidas por meio de impostos ou crédito bancário a curto prazo. É necessário, portanto, que tais financiamentos se alicerem em bases sólidas de um mercado de capitais a longo

prazo, ainda mesmo na hipótese de orçamentos perfeitamente equilibrados.

A reorganização do mercado interno de capitais que o Banco Central pode orientar de modo definitivo, facilitará semelhantes iniciativas.

DEFESA NACIONAL

Analisadas as funções específicas do Estado, nos setores político, social, econômico e financeiro, — atividades de natureza civil, — examinar-se-ão agora as de caráter militar, que objetivam basicamente a defesa nacional e foram, não há muito, postas à prova, no maior conflito da História.

Foi de proveito incalculável a experiência então colhida.

Na esfera especificamente militar, os elementos incumbidos da coordenação de esforços reconheceram a necessidade de um órgão permanente que tivesse a seu cargo, na paz e na guerra, decidir sobre a organização do conjunto das Forças Armadas, e articulá-las com os elementos de natureza civil, concernentes ao potencial humano e à capacidade industrial do País.

Aproveitando os ensinamentos de tão dura e fecunda experiência, os quais mostraram que as forças vivas da Nação — morais, políticas, culturais, econômicas e militares — devem ser preparadas para a sua defesa, determinaram-se várias providências legais para a reestruturação de todo o organismo incumbido dos problemas da Segurança Nacional.

Não somos, nunca fomos nação armamentista nem belicosa. Nossos anseios de convivência pacífica e fraternal com os outros povos, afirmados através de toda a nossa história e reafirmados no princípio constitucional de não nos envolvermos em guerra de conquista, — não poderiam, entretanto, induzir-nos a descuidar da nossa própria segurança. Assim, invertemos a elevada parcela da receita pública de cerca de 35 % nas despesas com as Forças Armadas, dadas as condições peculiares de nossa geografia física e política, que nos colocam em situação estratégica delicada no plano mundial.

Todavia, cabe ponderar que, em futuro não muito distante, a expansão econômica do País, acarretando o aumento da arrega-

dação e o desenvolvimento dos outros setores da Administração Pública, talvez permita reduzir apreciavelmente essa percentagem. Além disso, já nas despesas presentemente consignadas às classes armadas, uma fração de cerca de 10% não é destinada a fins militares, pois sua aplicação envolve aspectos de educação em geral, saúde e assistência, ou prestação de certos serviços de interesse coletivo, bem como o pagamento de inativos, que em outros países corre por conta dos Ministérios fazendários.

Exército

Cuidou-se de completar a desmobilização do Exército e reintegrá-lo no regime de paz, já que essas tarefas não puderam ser totalmente cumpridas no ano anterior. Reduziram-se os efetivos em armas em mais de 30% e licenciou-se grande número de oficiais da Reserva. Várias unidades foram extintas, outras mantidas apenas com os elementos indispensáveis à guarda e conservação do material. Simultaneamente, procedeu-se a ampla reforma de toda a organização militar, à luz da nova conceituação dos fatores que a condicionam e das lições da nossa própria e da alheia experiência.

A reforma dos órgãos da alta administração, burocráticos, técnicos e de provimento, a reorganização do Comando Superior e a reestruturação das grandes e pequenas unidades obedeceram a uniformidade de concepção e foram planejadas em conjunto.

Sua execução preparou base segura para o desenvolvimento de nosso potencial militar, imperativo a que não podemos fugir, dadas as responsabilidades que nos tocam na defesa da América e da ordem mundial, estabelecida pela Organização das Nações Unidas.

A reestruturação do organismo militar foi consubstanciada em três leis básicas, que fixam, respectivamente, a organização ministerial, a organização das forças, a composição dos quadros e efetivos.

A essa reorganização geral da administração, do comando e das forças, já em plena execução, seguiu-se a reforma do serviço militar, que sempre padeceu de defeitos e vícios difíceis de extirpar, porque oriundos de condições intrínsecas de nossa civilização. A lei de 1939 representara um grande passo no sentido do aperfeiçoamento da instituição, mas a experiência demonstrou que o princípio do sorteio já não corresponde às exigências de uma organização militar moderna; assim, foi êle abandonado na nova

lei e substituído pelo da seleção, dentro da classe convocada, dos indivíduos de maior capacidade militar potencial para incorporação ao Exército Ativo, concebido hoje como um quadro do Exército mobilizável.

Reduziu-se, dentro de limites sensatos, a prestação de serviços no Exército Ativo pelos indivíduos que dedicam suas atividades à lavoura, evitando-se destarte a desorganização da produção e o êxodo das populações rurais, sem contudo deixar de prover a sua preparação militar. Para tanto prevê-se, nas regiões de maior densidade agrícola, a instalação de Tiros de Guerra, antigamente acumulados, de preferência, nos grandes centros. Cuidou-se de possibilitar a formação de reservas capazes, em que abundem os especialistas, de vital importância para um Exército dotado de armamento e equipamento bélico modernos. A crise que defrontamos na organização da "Força Expedicionária" foi a de pessoal dessa categoria, além da de quadros inferiores.

Em vista das condições da vida social, a idade de incorporação foi diminuída para 18 anos. Estendeu-se às mulheres o serviço militar, em caráter voluntário.

No tocante à educação, após quatro anos de atividades escolares atenuadas em virtude do estado de guerra, reabriram-se, em 1946, os cursos de tôdas as escolas e centros.

Ensino
militar

Efetuuou-se a remodelação do ensino em todos os seus graus e modalidades. Os cursos de Estado-Maior e de formação de técnicos mereceram especiais cuidados. Restabeleceram-se os cursos da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, sob novos moldes, com o aproveitamento da experiência de oficiais que combateram na Europa e daqueles que fizeram cursos e estágios nas Escolas e Corpos de Tropa do Exército norte-americano. Dos novos métodos de instrução adotados, excelentes resultados já foram colhidos.

Considerando a variedade e complexidade do material de que é dotado o Exército, procurou-se dar solução ao delicado problema da seleção e formação de sargentos, graduados e especialistas. Reabriu-se, com êsse objetivo, a Escola de Sargentos das Armas e organizou-se o Centro de Aperfeiçoamento e Especialização do Realengo, que funcionaram com regularidade e resultados satisfatórios.

A formação de oficiais da Reserva, para preenchimento de claros nas unidades mobilizadas durante a guerra, prosseguiu em ritmo menos acelerado, — uma vez que desapareceram os motivos de uma preparação rápida e em massa. Da eficiência dos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva diz bem a atuação, na campanha da Itália, daqueles que nesses Centros conquistaram o oficialato.

Indústria
militar

A indústria militar, nos limites dos recursos postos à sua disposição, pôde prover às necessidades ordinárias do consumo de paz. Os estabelecimentos de produção continuaram a desempenhar o seu relevante papel de órgãos de estudos técnicos, de orientação industrial e de preparo de especialistas.

Por meio de encomendas efetivas e de aquisições regulares, prosseguiu o Exército no incentivo à fabricação de artigos militares pela indústria privada, e, através de seus órgãos, continuou a acompanhar e auxiliar, quanto possível, o trabalho de exploração das riquezas minerais estratégicas.

Obras
militares

Já em 1946 restringiram-se de muito as obras militares, limitadas ao prosseguimento e conclusão das que se achavam em andamento, sem prejuízo de reparos inadiáveis em quartéis e de outras edificações. A construção de estradas de rodagem em que, desde há vários anos, eram empregados batalhões especializados, sofrerá, no ano em curso, justificada redução.

Programa
de trabalho

No corrente ano, a política por seguir está praticamente condicionada à lei orçamentária, que não dá margem à realização de programas dilatados. Consolidar a nova organização e concluir as instalações materiais correspondentes; intensificar a formação e o aperfeiçoamento de quadros e especialistas e apurar o preparo da tropa por meio dos novos métodos de instrução e de adestramento rigoroso, — eis a tarefa prevista.

De futuro, quando fôr melhor a situação econômico-financeira nacional, pôr-se-á em execução um programa de aquisições de material bélico, dentro de padronização adequada, bem como de construção de casernas e campos de instrução, de modo

que a força mínima de tempo de paz possa constituir o núcleo selecionado do Exército de Campanha, que o Estado-Maior do Exército encara como necessário à nossa defesa.

A Marinha, cujos órgãos não foram reestruturados, teve suas atividades principais, no ano findo, reduzidas a preparo do pessoal, conservação do material, prosseguimento da construção de navios no País e estudos tendentes à melhoria das instalações das Bases Navais, além do restabelecimento da Esquadra e da criação de organismos especializados nos terrenos de hidrografia, navegação e comunicações.

Marinha

No que diz respeito à instrução, iniciou-se, em 1946, em bases modernas, a remodelação do ensino profissional, inspirada no vasto e bem sucedido programa norte-americano.

Ensino
naval

Foram reabertas a Escola de Guerra Naval e a Escola de Especialização para subalternos. Estavam ambas fechadas desde 1942 em virtude do estado de guerra, que exigia o serviço de todo o pessoal. Vários novos cursos funcionaram em 1946, desde o de Comando, para oficiais, até os de instrutores, enfermeiros, rádio-técnicos, operadores de som e de radar, a que se acresceram outros, de atualização, em todos os níveis, nas especialidades de máquinas, artilharia, eletricidade, motores, torpedos e telegrafia.

Durante o ano de 1946, não efetuou a Esquadra operações de guerra, nem comissões de qualquer caráter em conjunto; foi usada para treinamento do pessoal da Marinha e do Lloyd Brasileiro que tripulará navios encomendados aos Estados Unidos da América.

Esquadra

Em referência ao aparelhamento da Armada, prosseguiu-se, no Arsenal de Marinha da Ilha das Cobras, a construção de seis contratorpedeiros, os primeiros dos quais foram lançados ao mar no dia 14 de julho; o mesmo aconteceu a um dos seis caça-submarinos, cuja construção está sendo ultimada nos estaleiros da Organização Lage, na Ilha do Viana. Teve andamento, ainda, o aparelhamento da base de Natal e da "Almirante Castro e Silva", para submarinos.

Do programa previsto para 1947, sobressaem as seguintes tarefas: ultimação da construção e aparelhamento de quatro con-

tratorpedeiros e conclusão das obras e instalações de algumas bases navais e sedes de órgãos de instrução.

Além desses, outros aspectos há, de ordem geral, que precisam ser estudados logo que a situação financeira o permita: renovação progressiva do material flutuante; construção de um pôrto militar, devidamente equipado, que se tornará, de futuro, a mais importante base naval do País. Paralelamente a estes dois empreendimentos, cumpre reestruturar a organização do Ministério, para mais íntima cooperação entre os seus diferentes órgãos, tendo em vista a eficiência de todos os serviços e o preparo para a guerra.

Aeronáutica

Ainda se encontrava a Aeronáutica em fase de organização administrativa, quando foi chamada a colaborar na segunda guerra mundial. Daí o crescer sob o império das circunstâncias, a fim de atender às tarefas urgentes.

Impôs-se, então, a necessidade de enfrentar, em conjunto e do alto, os maiores problemas, na esperança de que os desdobramentos sucessivos se processassem harmônicamente. Foram encarados, por urgentes, os seguintes aspectos: a formação de técnicos; a preparação de comando; o estabelecimento dos princípios iniciais em que deve assentar a indústria aeronáutica; o recebimento das Bases construídas pelos americanos ao norte e nordeste do Brasil e do material excedente americano; a questão de aeroportos e sua utilização; o desenvolvimento dos meios de segurança à navegação aérea; as questões de assistência ao pessoal; as questões de saúde; as diretrizes de uma política aérea de comércio, em face dos acôrdos de Chicago; a reestruturação dos órgãos ministeriais e da Força Aérea e o estímulo à capacidade de cooperação da F. A. B. com os demais organismos nacionais.

Preparo do pessoal

Quanto ao preparo de pessoal, tornara-se exigência imperiosa o acelerar a formação de especialistas, e, já em atenção a isso, havia sido criada, em 1943, em São Paulo, a Escola de Aviação, que passou a coadjuvar a Escola Técnica de Especialistas de Aeronáutica.

Minucioso estudo determinou a revisão do contrato de ensino da referida Escola Técnica, com uma economia anual de quarenta milhões de cruzeiros.

No terreno da indústria aeronáutica, foi criada a Comissão de Organização do Centro Técnico de Aeronáutica, que, assistida por especialistas do Instituto Tecnológico de Massachusetts, estabeleceu um plano para construção do referido Centro, onde, ao lado de laboratórios experimentais, se professassem cursos de engenharia em condições de preparar o pessoal.

Indústria
aeronáutica

A coexistência de cinquenta tipos de aeronaves dificultava particularmente o trato do material aéreo, para cuja manutenção se exigem capacidade técnica, eficiência dos parques e estudo adequado dos sobressalentes. Adotada conveniente política de compressão, foi reduzido a sete o número daqueles tipos, devendo desaparecer progressivamente os 43 restantes.

Lacuna que precisava ser preenchida era a inexistência de um Curso de Estado-Maior, que, criado em 1946, já forneceu à Aeronáutica seus primeiros oito alunos diplomados. Em 1947, o curso funcionará com a amplitude desejada.

Curso de
Estado-
Maior

Na conformidade de acórdos e tratados, mais se acentuava, após a guerra, a necessidade de entrarmos na posse das Bases construídas em território nacional pelo Governo americano, com autorização do Governo brasileiro. Foram finalmente aquelas Bases, em número de quinze, devidamente recebidas, sendo de assinalar a respeito as múltiplas dificuldades criadas por explorações políticas, principalmente de origem extremista.

Bases
aéreas

O material dito excedente, deixado pelos norte-americanos e mandado adquirir por baixo preço, já está quase totalmente recebido, devendo salientar-se que essa medida redundou em grandes vantagens, sobretudo econômicas, para os cofres públicos.

Obras várias de infra-estrutura levaram-se a termo em alguns pontos do País, particularmente em São Paulo e no Rio de Janeiro: o Aeroporto Santos Dumont e as Bases de Afonsos, Santa Cruz e Galeão, esta última convertida em aeroporto da cidade.

Aeroportos

Entretanto, em obediência à política de compressão de despesas, proscreeu-se o meramente suntuário, eliminou-se o supérfluo e retardou-se o transferível, tendo-se realizado tão somente o indispensável.

Navegação
aérea

Outro assunto que ininterruptamente preocupou a administração foi a segurança à Navegação Aérea, assunto complexo, de solução obviamente necessária. O problema provocou o assentamento de um plano, que compreendia: fixação de aerovias, sua classificação por grandeza e valor, consoante o seu emprêgo — para 24 horas ou somente para vôos diurnos, etc —; seleção de meios materiais e de pessoal técnico. Está êsse plano sendo atualizado, a fim de atender ao recentemente estabelecido no Conselho Permanente de Montreal, e a que terá de obedecer-se internacionalmente. A segurança do vôo, além de necessidade nacional, é também exigência internacional, em virtude do tráfego mútuo de linhas aéreas. Como tal, o problema requer mais a assistência do Governo do que a das Companhias particulares nacionais ou estrangeiras.

Política
aérea de co-
mércio

Da política aérea de comércio, que no final da guerra se divisara com característicos de competição, assentaram-se bases na conferência de Chicago, em que tomou parte nosso País. Em consequência, foi aqui nomeada uma Comissão de Estudos relativos à Navegação Aérea Internacional, de cujos trabalhos resultou, no ano transato, o restabelecimento de acôrdos bilaterais com os Estados Unidos e a Inglaterra, e o início de entendimentos com a França, Portugal, Holanda, Argentina, Suécia e Espanha. Com base nos acôrdos firmados será assegurada melhor política nacional, defendida da asfixia pelas nações de maiores possibilidades.

Quanto às realizações futuras, são representadas pela continuação do tratamento dos problemas básicos acima enumerados, que todos foram por igual postos em equação, mas não puderam alguns ser em definitivo solucionados no correr do ano findo.

Cabe acentuar, com respeito à formação de especialistas, que é intenção do Governo fundir as Escolas de Aviação e Técnica de Especialistas de Aeronáutica, mediante plano já delineado, de que resultarão economia e proveito para a aprendizagem. De fato, a transferência dos referidos estabelecimentos para Natal, em instalações pertencentes à Aeronáutica, permitirá evitar o pagamento anual de dois milhões e seiscentos mil cruzeiros, que se despende em aluguéis de prédios ocupados pela Escola Técnica de São Paulo. Tal solução apresentará a vantagem de ser levado às regiões nordestinas o sentido técnico, que irá precipitar a formação de novas indústrias com tôdas as suas consequências de progresso.

São essas as considerações que precisavam ser feitas com relação às Fôrças Armadas. Por sua própria natureza, largos recursos se exigiriam para prover a suas necessidades; mas, em vista da crise econômico-financeira que o País atravessa, terão elas de arrostar, com estoicidade, os sacrifícios impostos a todos os setores da vida brasileira, aceitando-os como um imperativo da hora presente.

ADMINISTRAÇÃO

Após a análise das atividades da Administração Federal relativas à execução dos fins do Estado, passar-se-á a apreciar a ação conjunta dos órgãos denominados de Administração Geral, cuja função é proporcionar àqueles os meios de funcionamento — e de cuja eficiência depende, fundamentalmente, a perfeita realização dos programas do Governo.

É hoje reconhecida, pacificamente, na grande maioria dos países civilizados a importância das funções de administração geral, consequência da divisão do trabalho e da expansão do campo de influência do Estado.

Em verdade, são indiscutíveis as vantagens de submeter tais funções a um tratamento permanente e de caráter uniforme, inspirado em orientação especializada, a cargo de órgãos próprios, criados precisamente para o seu desempenho.

De 1936 a esta parte, tem-se o Brasil aplicado ao cumprimento de programa de racionalização dos serviços públicos, o que lhe deu relêvo entre as nações sul-americanas, como pioneiro de tais realizações.

Apesar dos resultados colhidos, manteve-se o espírito vigilante de crítica, pois dificilmente seria possível, ante o vultoso das dificuldades, realizar obra perfeita em setores tão amplos, que abrangem, simultaneamente, questões de pessoal, material, organização, orçamento, edifícios públicos e documentação.

Se certa tendência para a hipertrofia das atividades de administração geral teve reflexo perturbador nos órgãos encarregados de realizar os fins do Estado; se a centralização excessiva chegou a criar embaraços à máquina burocrática; se, após os primeiros êxitos,

ocorreu súbita mudança de ritmo em relação à fase inicial, — tôdas estas falhas, tanto que identificadas, iam sendo corrigidas e poderão vir a sê-lo em maior escala, graças à unidade de orientação que o sistema estabelecido preconizava.

Entretanto, quando se impunha a adoção de providências descentralizadoras, que retificariam muitas das falhas já observadas —, foi o sistema abalado por uma série de iniciativas assistemáticas, que, ensejadas por uma situação transitória, atingiram, profundamente, os princípios então em vigor; não, porém, para substituí-los por outros, senão para atender a soluções isoladas, de conseqüências prejudiciais.

Tais iniciativas vieram ampliar os compromissos financeiros da Administração Federal, já majorados em mais de dois bilhões de cruzeiros com o aumento de vencimentos e salários dos servidores civis e militares.

Foi êste, em suas grandes linhas, o panorama administrativo que teve de enfrentar o atual período presidencial.

Em face disso, a mais urgente providência indicada seria a rigorosa compressão de despesas públicas, quer de forma direta, pelas restrições impostas aos gastos em obras novas — acentuadamente as que não apresentassem caráter reprodutivo, e em nomeações e readmissões de pessoal — quer indiretamente, com evitar-se o apêlo a dotações adicionais.

A fim de promover-se a reparação dos danos que feriram os princípios do sistema da Administração Geral, determinou o Governo o reexame dos atos anteriores, que lhes haviam tirado caráter uniformizador, exigido pela técnica de administrar.

No setor de Pessoal, tratou-se de restabelecer os valores relativos de funções e profissões, bem como de suprimir a maioria dos cargos vagos nos quadros federais. Daí resultou uma economia imediata de 199 milhões e 550 mil cruzeiros na despesa nominal, que, somada à quantia por obter futuramente, dará um total de 812 milhões e 504 mil cruzeiros.

Em conseqüência, previu-se, mediante estudos de relocação das Repartições, melhor aproveitamento dos servidores públicos, com o intuito de distribuí-los sob o só critério da necessidade de serviço.

A par de providências várias de caráter regulamentar nos campos de Pessoal e Material, sobressaíram os estudos iniciados para atender a modificações instituídas na nova Carta Constitucional, de 18 de setembro de 1946.

No mais, o conjunto de órgãos integrantes do sistema de Administração Geral atuou, principalmente, no exercício de atribuições de rotina, salientando-se entre estas a elaboração da proposta orçamentária para 1947, trabalho êsse que logrou merecer do Congresso referências elogiosas.

Concluída a fase de adaptação às reformas mais ou menos profundas por que tem passado, mister se faz entrar agora em um período criador, no qual tôdas as atividades se intensifiquem e acelerem, norteadas pelas seguintes diretrizes: economia máxima no funcionamento dos serviços; aumento de sua eficiência, pela continuação, em sentido cada vez mais técnico e objetivo, do programa racionalizador da máquina administrativa, e pela ordenação de esforços parciais dentro de um programa de caráter geral; descentralização, na medida das conveniências em regime de responsabilidade, das funções executivas, sujeitas sempre à orientação e supervisão dos órgãos centrais.

Programa de trabalho

Dentro dêste quadro geral de propósitos, vários objetivos específicos deverão ser colimados, relativamente a cada campo de especialização.

No setor de Administração de Pessoal, impõe-se: o fortalecimento dos princípios do sistema do mérito, critério racional e democrático que convém estender, quanto possível, ao provimento de cargos ou funções de direção e chefia; o estudo e implantação de um sistema adequado de classificação de funções e cargos, base de tôda a sistemática de Administração de Pessoal e fator importante para a Organização; o desenvolvimento de programa de treinamento de pessoal, que inclua os responsáveis pelas funções de direção e chefia; a revisão do Estatuto dos Funcionários e outras leis e regulamentos sôbre pessoal, a fim de escoimá-los dos defeitos verificados durante a sua vigência e adaptá-los à Constituição de 18 de setembro de 1946; a revisão das lotações numéricas das Repartições, tendente a mais apropriada distribuição de pessoal, inclusive tendo em vista evitar o congestionamento que hoje

Pessoal

se verifica na Capital da República; providências várias em prol de maior economia e rendimento dos serviços, como a continuação da política de vedar, em princípio, o ingresso de pessoal, e a solução dos problemas de readaptação de servidores e aproveitamento de disponíveis.

Material

Na esfera do Material, diversas providências tornam-se indispensáveis: reestruturação do sistema de órgãos incumbidos do assunto, para melhor situar funcionalmente as atividades normativas e as de pesquisas e permitir a necessária ação supervisora, impossível quando o órgão executivo principal é a própria cúpula do conjunto; elaboração de normas e padrões; aperfeiçoamento dos métodos de aquisição, distribuição e abastecimento de material; novos rumos que visem a tornar precisas as estimativas de consumo; campanha contra o desperdício; prolongamento da vida útil do material, por meio da recuperação.

Edifícios Públicos

Quanto ao setor de Edifícios Públicos, destinado a promover a instalação conveniente das repartições, a preocupação máxima, dentro do quadro geral de equilíbrio orçamentário e decréscimo de procura de meios de produção, será evitar, tanto quanto possível, a realização de obras, preferindo-se uma fase de planejamento, para poder o Governo dispor de elementos de projeto cuidadosamente elaborados, quando se fizer mister a interferência reguladora das obras governamentais, contrabalançando efeitos de depressão. Assim, serão desenvolvidos, particularmente, estudos genéricos de normas e padrões e de disponibilidades locais de material e mão-de-obra, além de estudos de projetos, em cada caso particular. Complementarmente, conviria ainda rever as normas relativas à execução de obras, no sentido de restabelecer as que haviam sido postas em prática com o "Plano de Obras e Equipamentos".

Organização

Nos domínios da Organização, importantíssimas reformas há por executar: cumpre aumentar a eficiência dos serviços públicos e paralelamente diminuir os gastos com eles realizados, — desde o âmbito restrito da racionalização de rotinas e métodos de trabalho, até o terreno mais amplo do planejamento estrutural e funcional, — ainda que para isso sejam necessárias grandes

alterações, que atinjam as linhas mestras das organizações ministeriais ou importem supressão de órgãos.

Do ponto de vista da administração orçamentária, tem-se em mira imprimir ao Orçamento o seu verdadeiro sentido, isto é, de um plano de trabalho cujo cumprimento e resultados serão *pari passu* verificados e medidos. O referido plano será, naturalmente, organizado de forma tal que atenda ao seu objetivo, orientando-se a matéria no sentido dos fins a que se propõe o Estado, e permitindo, ainda, em face dos métodos e da faculdade de preparo da proposta orçamentária, que se consiga uma articulação, tão perfeita quando possível, entre as ações parciais dos órgãos no conjunto governamental. Sobre a receita pública, tornam-se necessárias considerações, para o reexame do sistema tributário e a redução das despesas da arrecadação, pela reforma do aparelho coletor, ao qual cumpre, outrossim, dar maior eficiência.

Orçamento

Resta examinar o setor de Documentação, de suma importância para uma administração democrática. Informando o público a respeito dos assuntos do seu interesse e prestando contas das atividades do Governo, a Documentação facilita, além disso, pela coleta sistemática de elementos informativos, a orientação dos responsáveis pela coisa pública.

Documentação administrativa

Ela concorre para que os assuntos não tenham solução demorada, ou, em sendo decididos prontamente, fiquem evitados de forte dose de empirismo e improvisação. Para sua maior eficiência, torna-se indispensável a existência de um sistema de documentação administrativa em que cada órgão condense a documentação dos que lhes estão hierarquicamente subordinados, de modo que possa o Governo, a qualquer momento, possuir uma rápida síntese do panorama geral da administração pública para, lastreando as suas decisões, poder imprimir-lhes um sentido conforme à realidade.

Se no âmbito da documentação administrativa isso está longe de ser conseguido, quer pela falta de funcionamento, em sistema, dos órgãos atuais, quer pela incompreensão do sentido dinâmico e influente dessa atividade, grandes progressos têm sido feitos, — é justo assinalar — no domínio da documentação estatística. Encontra-se em franco desenvolvimento um sistema em cujo extremo superior está um órgão normativo e executivo, de supervisão e

Documentação estatística, geográfica e censitária

coordenação; no extremo oposto, uma rede de 1.669 agências municipais, a que, de futuro, se acrescentarão cerca de 5.000 subagências para os Distritos. Esse conjunto, cujas atividades regionais são custeadas pela "Caixa Nacional", instituída com os recursos do "Sêlo de Estatística", tem obtido apreciáveis resultados em seus trabalhos: devem ressaltar os dos campos social e econômico, onde, graças aos elementos coletados, se tem hoje noção muito mais precisa da realidade brasileira. Além dos efeitos diretos de suas atividades, outros, indiretos, decorrem da ação exercida por meio de Convênios de âmbito nacional junto aos organismos municipais, cujos problemas básicos são postos em relêvo, sob assistência técnica e unidade de vistas de fundo nacional.

Ao sistema em aprêço dois outros se associam: um, de caráter permanente, relativo à documentação geográfica; outro, de natureza intermitente, o da documentação censitária.

O primeiro vem fazendo, sistemáticamente, o levantamento geral da Carta do País, segundo prioridade exigida pela economia e defesa nacionais. A trabalho semelhante, mas restrito ao âmbito militar, dedica-se, aliás, o serviço competente do Exército, o qual, para levar avante, com a intensidade necessária, as atividades a seu cargo, precisa ser convenientemente equipado.

Quanto ao censo periódico, traduz-se em planos decenais de preparo, coleta e apuração de dados, nos campos demográfico, social, agrícola, industrial, comercial, de transportes, de comunicações e de serviços pessoais e coletivos.

Os sistemas especializados referidos, isto é, de documentação estatística, geográfica e censitária, precisam ser cada vez mais aperfeiçoados e incrementados, em vista do papel relevante que exercem na vida de relação do aparelho administrativo. Os censos periódicos, em particular, deverão ser planejados, ainda, tendo em vista uma apuração suficientemente rápida, para que não percam atualidade os elementos recolhidos.

Se lhe fôr possível realizar o programa previsto para as atividades de administração geral, incluídos os diferentes meios informativos e documentários, terá o Governo cumprido, neste importante setor da vida nacional, os compromissos que assumiu com o povo brasileiro.